

RELATÓRIO E CONTAS
CONTAS INDIVIDUAIS

20

18

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

Av. da Liberdade, n.º 242

1250 – 149 Lisboa / Portugal

Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa

NIPC: 500 940 231 • Autorização ASF n.º 1197 • LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

01

**MODELO
DE GOVERNO
CORPORATIVO**

004

02

**ÓRGÃOS
SOCIAIS**

006

03

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

008

04

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

023

05

**DEMONSTRAÇÃO
DO RENDIMENTO
INTEGRAL**

027

06

**DEMONSTRAÇÃO
DE VARIAÇÃO
DE CAPITAIS PRÓPRIOS**

029

07

**DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS
DE CAIXA**

031

08

**ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

033

09

**DIVULGAÇÃO
DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO**

108

10

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS**

117

11

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL**

126

01



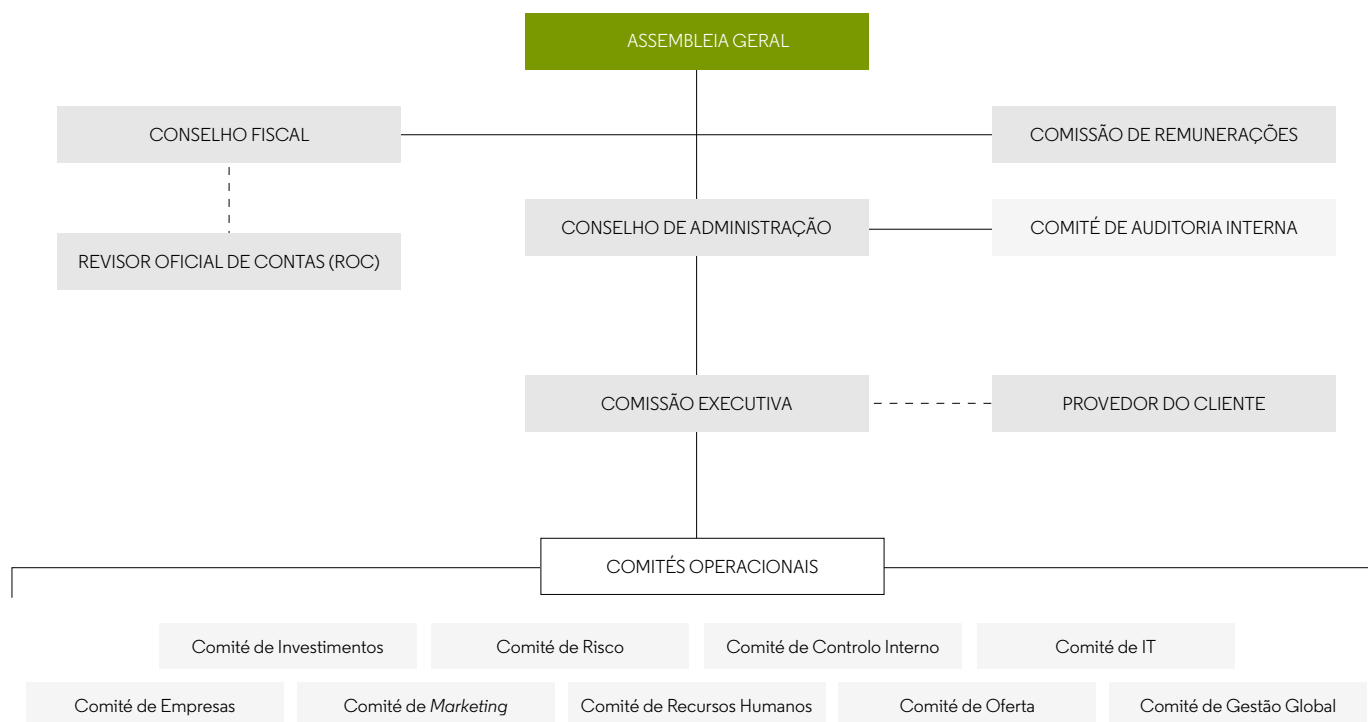
**MODELO
DE GOVERNO
CORPORATIVO**



MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

De acordo com o modelo de Governo Societário adotado, a Seguradoras Unidas S.A. integra um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e uma Comissão Executiva na qual, nos termos previstos no Artigo 20.º dos Estatutos, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da Sociedade.

Por forma a reforçar um modelo de governação assente numa gestão sã e prudente do negócio, no reforço da comunicação, da transparência e da interação entre os diversos Órgãos de Administração e de Fiscalização, Titulares de Funções-Chave e Responsáveis de Topo foram criados diversos Comitês, nos quais para além de estarem presentes um ou mais membros dos Órgãos de Administração ou de Fiscalização, consoante os casos, tem assentos os vários Diretores de primeira linha de reporte e os titulares de Funções-Chave.



02



ÓRGÃOS
SOCIAIS



ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL

Sofia Leite Borges (Presidente)
Denise Alfaro Guimarães Luz (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexander Wallace Humphreys
Bogdan Ignashchenko
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães (Presidente)
Jan Adriaan de Pooter
José António Correia Dias Nogueira da Silva
Pedro Luís Francisco Carvalho

COMISSÃO EXECUTIVA

Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira
Jan Adriaan de Pooter (Presidente)
José António Correia Dias Nogueira da Silva
Pedro Luís Francisco Carvalho (Vice-Presidente)

CONSELHO FISCAL

Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)
Manuel Maria de Paula Reis Boto
Pedro Manuel Aleixo Dias
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por Ana Cristina Soares Valente Dourado (Efetivo)
Fernando Gustavo Duarte Antunes (Suplente)



03



**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Seguradoras Unidas, S.A. (adiante designada por “Seguradoras Unidas” ou “Companhia”) respeitantes ao exercício de 2018.

3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Ao longo de 2018, o enquadramento externo da economia portuguesa permaneceu favorável, tendo a economia portuguesa crescido de forma estável acima de 2%, beneficiando de um conjunto de fatores de crescimento que continuaram presentes, embora estejam a ser afetados por alguma incerteza geopolítica, políticas dos bancos centrais menos acomodáticas (normalização monetária do FED) e aumento da volatilidade financeira nas bolsas.

3.1.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

A economia mundial continuou a expandir-se a um ritmo sólido, num quadro de manutenção de condições favoráveis nos mercados financeiros e de trabalho e de níveis relativamente elevados da confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas. Ao longo do ano, assistiu-se, contudo, à materialização de alguns riscos negativos anteriormente elencados, nomeadamente um aumento do protecionismo comercial e focos de instabilidade financeira em certas economias emergentes mais vulneráveis, num quadro de normalização da política monetária nos EUA e de um menor apetite ao risco pelos investidores internacionais. Neste contexto, o crescimento do PIB mundial em 2018 denotou uma menor sincronização entre países.

O comércio mundial desacelerou de forma mais pronunciada do que a atividade económica, devendo manter ainda assim um ritmo de crescimento relativamente forte em 2018. Esta evolução é consistente com a o ciclo económico nas economias avançadas, que se traduz numa moderação da atividade económica e, em particular, do investimento e das exportações. O aumento das tarifas sobre as importações dos EUA, em particular sobre as oriundas da China, e respetivas medidas de retaliação, estarão a afetar negativamente os fluxos de comércio entre estes dois países.

O preço do petróleo apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018. Nos primeiros nove meses do ano o preço do Brent apresentou uma tendência ascendente, tendo atingido cerca de 86 USD/barril no início de outubro. Esta evolução ocorreu num contexto de crescimento continuado da procura e de algumas restrições do lado da oferta, tais como o colapso da produção na Venezuela, as expectativas de redução das exportações do Irão associadas à reintrodução de sanções sobre este país e após o colapso do preço do barril Brent em novembro, à decisão da OPEP de reduzir a produção no 1.º semestre de 2019.

Os mercados financeiros viveram um ano de 2018 de forma intensa, com diversos episódios de correções bolsistas, um aumento gradual dos prémios de risco da dívida das empresas, subidas e descidas dos prémios de risco soberano na periferia da Zona Euro, o fortalecimento do dólar face às principais moedas avançadas (principalmente no caso das emergentes), bem como uma forte volatilidade do preço do petróleo.

Tudo isto ocorreu dentro de um contexto de maiores tensões geopolíticas e comerciais e de retirada de incentivos em matéria de política monetária, elementos que fizeram esquecer o contexto de volatilidade muito reduzida que ocorreu nos últimos anos. O sentimento negativo do mercado traduziu-se em descidas anuais nos principais índices de ações, destacando-se as desvalorizações dos principais índices da Europa, dos asiáticos e EUA, conforme quadro em anexo:

Índices Acionistas	2018	2017	VAR18/17 (%)
DOW Jones	23 327	24 719	-5,6%
Nasdaq	6 635	6 903	-3,9%
S&P 500	2 507	2 674	-6,2%
EuroStoxx 50	3 001	3 504	-14,3%
PSI 20	4 731	5 388	-12,2%
FTSE MIB	6 728	7 688	-12,5%
DAX 30	10 559	12 918	-18,3%
CAC 40	4 731	5 313	-11,0%
IBEX 35	8 540	10 044	-15,0%
BOVESPA	87 887	76 402	15,0%
NIKKEI 225	20 015	22 765	-12,1%
Hang Seng 45	25 846	29 919	-13,6%

No mercado obrigacionista, observou-se um aumento das taxas de rendibilidade da dívida pública nos EUA e no Reino Unido, associada a expectativas de subida das taxas de juro de política monetária num futuro próximo. Na área do euro, as taxas de juro de dívida pública apresentaram períodos de volatilidade essencialmente associados à incerteza política em Itália. Portugal beneficiou da melhoria da notação de *rating* e das perspetivas económicas, e registou uma diminuição das *yields* de dívida de curto e longo prazo (-25 bps a 2 anos e -22 bps a 10 anos).

O diferencial de rendibilidade da dívida pública de Itália face à dívida alemã aumentou significativamente, tendo contribuído também para um alargamento noutros países da área do euro, embora de forma limitada:

Mercado Dívida	2Y			Mercado Dívida	10Y		
	2018	2017	VAR18/17 (p.p.)		2018	2017	VAR18/17 (p.p.)
Div. Alemanha	-0,61	-0,63	0,02	Div. Alemanha	0,24	0,43	-0,19
Div. França	-0,46	-0,47	0,01	Div. França	0,71	0,79	-0,08
Div. Inglaterra	0,75	0,44	0,31	Div. Inglaterra	1,28	1,19	0,09
Div. Itália	0,47	-0,25	0,73	Div. Itália	2,74	2,02	0,73
Div. Espanha	-0,24	-0,35	0,10	Div. Espanha	1,42	1,57	-0,15
Div. Portugal	-0,35	-0,10	-0,25	Div. Portugal	1,72	1,94	-0,22

As condições monetárias e financeiras na área do euro mantiveram-se acomodáticas, apesar de um ligeiro aperto ao longo do ano. A nível global, nos mercados financeiros registaram-se diversos picos de volatilidade, associados ao anúncio e aplicação de medidas protecionistas pelos EUA, à revisão das perspetivas para o crescimento global e ao ciclo de normalização da política monetária nos EUA.

O BCE reiterou a sua intenção de terminar as compras líquidas do programa alargado de compra de ativos no final de 2018 e reinvestir o capital dos títulos vencidos do programa durante um período prolongado. Adicionalmente, as taxas de juro diretoras da política monetária deverão manter-se nos níveis atuais, pelo menos, até ao verão de 2019 e, em qualquer caso, enquanto isso for necessário para assegurar que a evolução da inflação permanece alinhada com as atuais expectativas de um ajustamento sustentado para o objetivo de estabilidade de preços.

A evolução das taxas de câmbio do euro em 2018 pautou-se essencialmente por uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano, e de depreciação das moedas das economias de mercado emergentes, com exceção da moeda chinesa.

3.1.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Faltando a publicação oficial dos últimos dados do ano, tudo indica que, no conjunto de 2018, a economia portuguesa terá crescido de forma estável acima dos 2%. Isto representa uma desaceleração em comparação com os 2,8% de 2017 e reflete uma contensão natural do crescimento à medida que a economia entra numa fase mais madura do ciclo (além de sentir o efeito da desaceleração das principais economias vizinhas numa economia aberta ao comércio como é a portuguesa). Assim, espera-se que esta dinâmica continue em 2019, com um ritmo de crescimento perto de, mas possivelmente ligeiramente inferior a 2%. No entanto, a economia portuguesa enfrenta esta fase do ciclo reforçada pelas melhorias de competitividade alcançadas nos últimos anos (competências trabalhadores, capacidade de inovação e melhorias no mercado de trabalho).

De acordo com os dados mais recentes das contas nacionais, o saldo orçamental do setor público situou-se em +0,7% do PIB no 3.º trimestre de 2018. Este registo positivo reflete a boa dinâmica que as contas públicas têm vindo a exibir nos últimos anos, sustentada pela força da atividade económica e do mercado de trabalho. Assim, as receitas registaram um crescimento significativo (5,4% homólogo), enquanto as despesas também mantiveram um bom desempenho e aumentaram apenas 0,8% (excluindo os efeitos de base relacionados com as ajudas ao sistema financeiro). Após o ajustamento destes dados de despesa por causa do pagamento do subsídio de Natal aos funcionários públicos e pensionistas, estes valores reforçam a previsão de que o saldo orçamental vá terminar o ano em torno de -0,7% do PIB.

O mercado de trabalho consolidou a sua recuperação em 2018, sendo que a taxa de desemprego se aproxima dos níveis registados antes da crise, destacando-se a indústria automóvel a liderar as exportações de bens e a deter o maior peso económico em termos de criação do PIB. Os preços da habitação aumentaram ao longo do ano, beneficiando pela procura turística e internacional nos centros das cidades, e da dinâmica forte na concessão de crédito para esses fins.

3.1.3. MERCADO SEGURADOR

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2018 registou um aumento de 11,8% face a 2017, situando-se em 12 942 milhões de euros (+1 362 milhões de euros), fortemente impulsionada pela evolução do segmento Vida.

O segmento Vida manteve a tendência de crescimento da produção registada em 2017, o início de um novo ciclo com crescimento dos produtos de poupança, contrastando com a conjuntura dos últimos anos, que aliou baixas taxas de juro de longo prazo, à redução da taxa de poupança dos particulares e à adoção de um novo regime de solvência que penaliza os riscos inerentes às garantias financeiras.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 8 115 milhões de euros, +14,5% face ao ano anterior (+1 026 milhões de euros) destacando-se o crescimento dos prémios das contribuições para PPR's (+55,5% face a 2017). Trata-se do valor mais alto de sempre nesta modalidade, denotando que estes produtos continuam a merecer a confiança dos aforradores.

O segmento Não-Vida manteve um elevado ritmo de crescimento (7,5%). O volume de prémios Não-Vida atingiu 4 827 milhões de euros (+337 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho (+13,5%), que manteve um crescimento de dois dígitos pelo 3.º ano consecutivo.

O ramo Saúde (+7,4%) manteve um crescimento relevante apesar de inferior ao verificado em anos anteriores. Os ramos Automóvel (+6,8%) e Incêndio e outros Danos (+5,7%), com destaque para os ramos Multirriscos (+5,4%), apresentaram taxas de crescimento superiores às registadas em 2017.

3.2. FACTOS RELEVANTES EM 2018

Segundo as estimativas do Banco de Portugal de dezembro 2018, o PIB cresceu 2,1% em 2018 (2,8% em 2017), impulsionado sobretudo pelo investimento (+3,9%) e exportações (+3,6%). O consumo privado também contribuiu positivamente para este resultado, com uma estimativa de crescimento de 2,3%.

Conforme referido, 2018 voltou a ser um ano de elevado crescimento do setor segurador em Portugal, com uma variação do volume total de prémios de 11,8%, com particular destaque para o setor Vida que cresceu 14,5%, enquanto o Não-Vida que cresceu 7,5%.

Os fatores de crescimento em Não-Vida mantêm-se na continuidade do ano anterior, com destaque para o crescimento da economia, com impacto ao nível da atividade das empresas e da matéria segura, e do poder de compra das famílias também alavancado pelo aumento do crédito concedido. Ao nível do setor segurador, manteve-se globalmente o foco no equilíbrio técnico, que permitiu a continuidade da aplicação de políticas de aumentos de preço junto dos Clientes (*repricing*) em ramos mais pressionados como Acidentes de Trabalho, Automóvel e Saúde Grupo.

O setor segurador prosseguiu na trajetória de crescimento já verificada em anos anteriores e ganhou peso no PIB. Em Não-Vida, merecem particular destaque o desempenho dos ramos de Acidentes de Trabalho (+13,5%), Saúde (+7,4%) e Automóvel (+6,8%). De assinalar que Saúde é já a 2ª maior linha de negócio em Não-Vida, só ultrapassada por Automóvel.

Em Acidentes de Trabalho e Saúde Grupo, o movimento de ajustamento de preços com vista ao aumento da rentabilidade de exploração nestes ramos, foi o principal responsável pela evolução, enquanto em Saúde Individual e Automóvel verifica-se novo aumento do número de pessoas seguras e veículos seguros, respetivamente.

O segmento Vida apresentou uma evolução positiva de 14,5%, devido ao grande impulso dos PPR's que registaram uma subida de 55,5%, alcançando 3,5 mil milhões de euros, o que constitui o maior valor de sempre nesta família de produtos e reflete o renovado interesse da população em soluções complementares de reforma. Por oposição, os produtos tradicionais registam uma evolução ténue de apenas 2,3%.

No que respeita à rentabilidade do setor, consolida-se a tendência de melhoria, mas ainda assim com valores desafiantes ao nível da sustentabilidade futura. De acordo com os dados provisórios de 2018 publicados pela APS, o rácio combinado Não-Vida é já inferior a 100%, mas ainda comporta vários desafios nos ramos com maior peso no mercado:

- Em Acidentes de Trabalho o rácio combinado é de 107,1% (melhoria de 17,6 p.p.);
- Em Automóvel o rácio combinado é de 104,8% (melhoria de 1,3 p.p.).

Em 2018, voltaram a verificar-se alguns riscos catastróficos que pressionaram novamente os ramos de Incêndio e Outros Danos, com destaque para o Furacão Leslie em outubro de 2018, que teve um custo superior a 60 milhões de euros para o conjunto do setor segurador.

A Seguradoras Unidas teve um desempenho superior ao mercado em Não-Vida, registando um aumento do volume de prémios de 9,6% (*versus* 7,5% do mercado), o que permitiu um aumento da quota de mercado para 15,5% (+ 0,3 p.p. vs. 2017).

Em 2018 concluiu-se o processo de integração da carteira originária do sistema Açoreana nos sistemas da Seguradoras Unidas, em linha com o plano, o que constituiu um marco no mercado, devido ao curto prazo em que ocorreu (18 meses), mantendo-se elevados níveis de retenção de negócio, e fidelização da rede, que sustentaram o crescimento.

Manteve-se a aposta numa estratégia digital no *back office* e *front office* para suporte às operações com vista à melhoria contínua do desempenho operacional e dos níveis de serviço a Clientes e Parceiros de Distribuição.

À semelhança do mercado, o efeito de *repricing* no caso de Acidentes de Trabalho e o aumento do número de objetos e pessoas seguras nos restantes casos explicam este bom desempenho.

A aposta comercial dirigiu-se, pois, para o segmento de Retalho (Particulares e Negócios), e no caso de Médias e Grandes Empresas apostou-se na captação seletiva e enfoque na retenção de carteira.

A evolução da carteira de prémios foi impulsionada sobretudo pela componente de Não-Vida (+9,6%), e em particular pelos ramos Acidentes de Trabalho (+14,4%), Automóvel (+12,1%) e Saúde (+7,4%).

Com o objetivo de prestar sempre um serviço de excelência aos Clientes dos segmentos Particulares e Empresas realizaram-se um conjunto de alterações e lançamentos de produtos ou iniciativas que visaram tornar o processo de gestão da relação com o Cliente mais simples, rápido e transparente.

Desse conjunto de iniciativas destacamos as seguintes:

Particulares

- Em Saúde, lançamento de um novo simulador multi-opção mais simples, rápido e com melhor usabilidade, alicerçando a capacidade de venda mais massiva por parte da rede de vendas. Lançaram-se também duas novas opções no produto AdvanceCare Saúde permitindo servir melhor os Clientes no segmento intermédio de necessidades;
- Em Multirrisco Habitação, incremento dos capitais base da cobertura de Riscos Elétricos com possibilidade de contratação de capital adicional, e retirada de limites de idade dos equipamentos para efeitos de indemnização nesta cobertura;
- Em Vida Risco, lançamento de uma nova oferta pioneira no mercado com o produto Vida Mais Vencer, vocacionado para doenças oncológicas;
- Lançamento do Concurso Mais Digital, com o objetivo de atualização massiva de dados de Cliente, adesão ao envio de documentação através de e-mail (Cliente Verde) e prestação de informação aos titulares de dados e pedido de consentimento de *Marketing* e de Dados de Saúde para todos os Clientes em carteira e Novos Clientes no contexto do RGPD;
- Enfoque na Prevenção, com lançamento de comunicações frequentes a Clientes com o intuito de alertar e promover comportamentos responsáveis e serviços em prestadores convencionados a preços mais acessíveis;
- Reforço das vantagens dos Clientes desmaterializados, com descontos de bancarização superiores e isenção de custos de documentação;
- Na marca LOGO:
 - Continuação da exploração de oportunidades de parcerias para produtos estratégicos através de telefone e *internet* com *players* de destaque na grande distribuição;
 - Alargamento da capacidade de subscrição Auto através da *App* e *Smartphone* na LOGO.

Empresas

- Lançamento, em março, da nova oferta MR Empresarial, abrangendo num único produto Riscos de Estabelecimento e Industriais, com questionários de risco integrados permitindo a agilização de todo o processo de venda;
- Criação de nova Oferta Saúde Empresarial, vocacionada para SME's, através de um produto standard até 50 colaboradores;
- Lançamento das coberturas de renúncia de Direito Regresso em Acidentes de Trabalho e Assistência a Domésticas.

A estratégia digital e de inovação das plataformas de serviço ao Cliente e aos Parceiros manteve-se como uma prioridade clara enquanto pilar diferenciador do posicionamento da Companhia no mercado:

- Alcançado o marco de 332 mil "Clientes Verdes" na Tranquilidade (um aumento de 220 mil face a 2017) a que se somam 120 mil Clientes da LOGO, também desmaterializados, os quais contam com uma proposta de valor diferenciada, quer a nível financeiro quer de nível de serviço e que permite à Companhia um elevado nível de eficiência;
- Simplificação do registo na *App* Tranquilidade, a qual tem já 66 mil utilizadores registados, e registou 8 000 acessos durante o último mês do ano;
- Continuação do ambicioso programa de automação de processos que permitirá o aumento da eficiência nas operações de produção e sinistros.

A estratégia de distribuição passou por centrar o esforço comercial no desenvolvimento da relação com os principais parceiros de negócio.

Nesse sentido, apostou-se:

- Foco das equipas internas nos 1 936 principais Agentes dos Departamentos Comerciais;
- Na implementação do programa *Free Market*, através do qual foram colocados no mercado e cedidos a Parceiros de Negócio a gestão de 24 pontos de venda e respetivas carteiras Diretas, mantendo assim a capilaridade e a forte presença física junto dos Clientes. No âmbito deste programa foi igualmente cedido o apoio às carteiras dos agentes mais pequenos. A Companhia mantém onze postos de venda nos Açores, onde a distribuição direta, com a marca Açoreana, continua a ter grande peso;
- No relançamento do Programa Gestores de Seguros, a Academia Tranquilidade, através do qual se formam agentes de raiz com o objetivo de reforçar a Rede Exclusiva;
- Na melhoria dos níveis de rendibilidade nos canais de Corretores e Parcerias.

Em resultado, o desempenho dos diferentes grupos voltou a demonstrar o forte compromisso entre os Parceiros e a Companhia:

- Os Parceiros Multimarca e Exclusivos cresceram em Não-Vida 14,5% face a 2017, com principal relevo para os ramos Não-Vida de Acidentes de Trabalho e Automóvel;
- Os Corretores apresentaram um crescimento de 2,2%, também com grande responsabilidade do Automóvel e Acidentes de Trabalho;
- As Parcerias cresceram globalmente 7,1%, assente sobretudo em Automóvel retalho.

Os inquéritos de satisfação realizados voltaram a indicar um nível de satisfação elevado.

Entre os clientes, o nível de satisfação com a qualidade de serviço em sinistros manteve-se ao nível dos 8 pontos (numa escala de 0-10), em Automóvel, manteve-se estável em Habitação com uma avaliação de 7,7 e registou um decréscimo ligeiro de 0,1 para 7,8 em Acidentes de Trabalho, o que constitui um bom desempenho tendo em conta que coincidiu com o período de migração em produção e sinistros. A intenção de recomendação mantém-se elevada, entre os 85% e os 90%, transversalmente a todos os ramos.

A Seguradoras Unidas está empenhada em ser um *player* socialmente relevante do sector junto de todos os *stakeholders* e contribuir para uma sociedade melhor. A Companhia quer ser mais do que apenas um fornecedor de seguros e ter um papel de liderança na construção de uma sociedade mais segura.

Desta forma a Companhia trabalha para prevenir e reduzir os impactos negativos de situações adversas, e fá-lo de forma responsável, criando valor.

No âmbito da sua estratégia de responsabilidade social, a Seguradoras Unidas promoveu em 2018, em parceria com um grupo de comunicação social, o Projeto “Prevenir e Educar por uma Floresta Verde”, que tinha como objetivo sensibilizar populações e, particularmente, alunos para a importância da preservação da floresta. Desenvolvido em cinco localidades do país, durante cinco semanas, o projeto teve divulgação alargada em jornais e rádios nacionais.

A nível interno, destaque para a iniciativa “Venda de Estrelas” da *Make A Wish*, em que a Empresa, os Colaboradores e os Parceiros conseguiram angariar 15 506 euros, que permitiram realizar o desejo de 7 crianças que sofrem de doenças graves (3 em Lisboa, 3 no Porto e 1 nos Açores).

Durante o ano, a Companhia foi mais uma vez distinguida pela sua estratégia de mercado e serviço prestado a clientes e parceiros, tendo recebido os seguintes prémios:

- “Escolha dos Profissionais do setor segurador”, pelo 5.º ano consecutivo;
- “*Best Buy Award*”, que reconhece a Tranquilidade como a companhia com melhor relação Preço/Qualidade, pelo 2.º biénio consecutivo, desde 2015;
- *SuperBrand* 2018, eleita pelos consumidores.

Finalmente, um dos eventos mais marcantes na vida da companhia no ano 2018 foi o Rebrand da marca, que manteve a designação Tranquilidade no Continente e Madeira e Açoreana na Região Autónoma dos Açores e que permitiu o rejuvenescimento da mesma e o reforço dos valores da marca: Simplicidade, Proximidade e Responsabilidade com foco na prevenção.

3.3. PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

	2018	2017	VAR 18/17 (%)
Balanço			
Investimentos ^{a)}	1 643 535	1 657 480	-0,8
Ativo líquido	2 167 777	2 232 308	-2,9
Capital próprio	167 167	131 902	26,7
Provisão p/prémios não adquiridos (SD+RA)	165 616	155 094	6,8
Provisão matemática e passivos de contratos de investimento	661 456	734 677	-10,0
Provisão para sinistros (SD+RA)	990 036	989 836	0,0
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	904 601	911 993	-0,8
Provisões técnicas (SD+RA)	1 724 047	1 781 524	-3,2
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	799 249	735 659	8,6
Vida	53 287	54 797	-2,8
Não-Vida	745 962	680 862	9,6
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	701 818	641 748	9,4
Vida	48 607	49 661	-2,1
Não-Vida	653 211	592 087	10,3
Custos com sinistros de seguro direto	615 077	638 737	-3,7
Vida	103 906	106 054	-2,0
Não-Vida	511 171	532 683	-4,0
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	541 967	578 893	-6,4
Vida	103 026	104 027	-1,0
Não-Vida	438 941	474 866	-7,6
Custos operacionais	123 634	170 010	-27,3
Rendimentos	34 716	23 711	46,4
Resultado líquido	50 646	-41 690	221,5
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto	69,7%	79,2%	-9,5 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	77,2%	90,2%	-13,0 p.p.
Resultado líquido/prémios brutos emitidos	6,3%	-5,6%	11,9 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	95,4%	110,5%	-15,1 p.p.

a) Inclui: investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras *Unit Link* e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos.

3.4. A ATIVIDADE DA SEGURADORAS UNIDAS EM 2018

3.4.1. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

A produção de seguro direto atingiu 799 249 milhares de euros em 2018, o que significa uma variação de +8,6% em relação ao ano anterior. O mercado segurador apresentou uma variação positiva de 11,8% relativamente a 2017.

A Companhia apresentou um crescimento significativo no volume de prémios de seguro direto de 63 590 milhares de euros, para o qual contribuíram o crescimento verificado nos ramos Acidentes e Doença (+10,3%, ou seja, +22 241 milhares de euros) e em Automóvel (+12,1%, ou seja, +35 904 milhares de euros).

Em Acidentes e Doença a variação positiva deveu-se ao comportamento positivo do ramo Acidentes de Trabalho, que registou um acréscimo de +20 503 milhares de euros, correspondendo a uma variação de +14,4%, ligeiramente acima do mercado (+13,5%). O ramo Saúde cresceu 7,4% face ao ano anterior, em linha com o mercado (+7,4%).

(milhares de euros)

Prémios de Seguro Direto	2018	%	2017	%	VAR 18/17 (%)
Vida	53 287	6,7	54 797	7,4	-2,8
Tradicionais	42 199	5,3	40 605	5,5	3,9
Financeiros	11 088	1,4	14 192	1,9	-21,9
Não-Vida	745 962	93,3	680 862	92,6	9,6
Acidentes e Doença	239 027	29,9	216 786	29,5	10,3
Incêndio e Outros Danos	111 526	14,0	105 039	14,3	6,2
Automóvel	331 606	41,5	295 702	40,2	12,1
Transportes	6 064	0,8	6 298	0,8	-3,7
Responsabilidade Civil	17 313	2,2	17 139	2,3	1,0
Diversos	40 426	5,1	39 898	5,4	1,3
Total	799 249	100,0	735 659	100,0	8,6

3.4.2. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

O total de custos com sinistros de seguro direto Não-Vida em 2018 ascendeu a 511 171 milhares de euros o que representa, uma variação de -4,0% em relação a 2017.

O ramo Incêndio e outros Danos apresentou em 2018 uma diminuição significativa dos custos com sinistros de 12,5% face ao ano anterior (-12 509 milhares de euros), com destaque para o decréscimo em Multiriscos.

Este decréscimo deveu-se maioritariamente aos grandes fogos que devastaram Portugal no segundo semestre de 2017, cujo impacto em custos com sinistros de seguro direto ascendeu, na Companhia, aproximadamente a 51 600 milhares de euros.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2018	2017	VAR 18/17 (%)
Vida	103 906	106 054	-2,0
Tradicionais	26 607	26 620	0,0
Financeiros	77 299	79 434	-2,7
Não-Vida	511 171	532 683	-4,0
Acidentes e Doença	167 057	186 206	-10,3
Incêndio e Outros Danos	87 485	99 994	-12,5
Automóvel	231 873	233 051	-0,5
Transportes	12 365	2 195	463,3
Responsabilidade Civil	7 579	9 866	-23,2
Diversos	4 812	1 371	251,0
Total	615 077	638 737	-3,7

A taxa de sinistralidade Não-Vida em 2018 (custos com sinistros brutos / prémios brutos adquiridos) situou-se em 69,7%, o que representa uma redução de 9,5 p.p. em relação ao ano anterior.

(%)

Custos com Sinistros / Prémios Brutos Adquiridos *	2018	2017
Acidentes e Doença	70,1	86,4
Incêndio e Outros Danos	77,8	94,7
Automóvel	72,5	81,0
Transportes	197,9	33,1
Responsabilidade Civil	44,9	57,4
Diversos	12,0	3,4
Total	69,7	79,2

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

3.4.3. PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2018 ascenderam a 1 724 047 milhares de euros, resultando numa variação de -3.2% (-57 477 milhares de euros) face a 2017.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas de Seguro Direto e Resseguro Aceite	2018	2017	VAR 18/17 (%)
Provisão para Prémios Não Adquiridos	165 616	155 094	6,8
Provisão Matemática Vida	528 554	591 765	-10,7
Provisão para Sinistros	990 036	989 836	0,0
Vida	61 224	65 377	-6,4
Acidentes de Trabalho	564 684	552 058	2,3
Outros Ramos	364 128	372 401	-2,2
Outras Provisões Técnicas	39 841	44 829	-11,1
Total	1 724 047	1 781 524	-3,2

3.4.4. RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2018 ascendeu a 2 279 milhares de euros negativo.

No âmbito do saldo de resseguro, de destacar o impacto em sinistros e variação das provisões técnicas resultante dos mencionados fogos ocorridos em Portugal em 2017, que resultaram no reconhecimento de recuperáveis de resseguro no montante de 41 127 milhares de euros.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2018	2017	VAR 18/17 (%)
Vida	565	1 032	-45,3
Prémios	5 128	4 771	7,5
Comissões	-2 818	-1 571	79,4
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-1 745	-2 168	-19,5
Não-Vida	1 714	13 531	-87,3
Prémios	86 009	83 962	2,4
Comissões	-9 688	-12 303	-21,3
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-74 607	-58 128	28,3
Resultado	2 279	14 563	-84,4

3.4.5. SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2018 foi de 141 368 milhares de euros e apresenta um crescimento de 85,5% em relação ao ano anterior (+65 158 milhares de euros), sobretudo devido ao desagravamento do saldo desfavorável de resseguro cedido (+11 817 milhares de euros).

Por ramos, a melhoria substancial foi registada em Acidentes e Doença, cujo saldo técnico apresentou um crescimento de 30 138 milhares de euros (aumento dos prémios e diminuição dos custos com sinistros), com particular ênfase no ramo Acidentes de Trabalho, que registou um aumento de 30 691 milhares de euros, em resultado igualmente do aumento dos prémios e diminuição dos custos com sinistros.

O ramo Incêndio e Outros Danos apresentou uma evolução favorável, com o saldo técnico a crescer 19 731 milhares de euros. Esta evolução decorre sobretudo do ramo Multirriscos, fortemente influenciado pela catástrofe dos incêndios em 2017, cujo saldo técnico líquido de resseguro cresceu 13 929 milhares de euros em relação a 2017 (diminuição dos custos com sinistros).

(milhares de euros)

Saldo Técnico, Líquido de Resseguro	2018	2017	VAR 18/17 (%)
Acidentes e Doença	45 493	15 355	196,3
Incêndio e Outros Danos	24 947	5 216	378,3
Automóvel	59 834	40 107	49,2
Transportes	373	2 319	-83,9
Responsabilidade Civil	5 504	5 261	4,6
Diversos	5 217	7 952	-34,4
Total	141 368	76 210	85,5

3.4.6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais ascenderam a 123 634 milhares de euros em 2018, -27,3% em relação ao ano anterior. Em termos de custos recorrentes, verificou-se uma diminuição de 6 357 milhares de euros, -5,4% face a 2017.

Os Custos com Pessoal no valor de 59 156 milhares de euros apresentam uma diminuição de 39,4% face a 2017. Esta diminuição está diretamente relacionada com custos não recorrentes relativos à reestruturação da Companhia pós-fusão (+35 610 milhares de euros) registados em 2017. Sem este efeito, os Custos com Pessoal ficariam 4,7% abaixo de 2017.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuiram 8,6% face a 2017, -4 553 milhares de euros.

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2018	2017	VAR 18/17 (%)
Custos com Pessoal	59 156	97 664	-39,4
Fornecimentos e Serviços Externos	48 447	53 000	-8,6
Impostos e Taxas	5 556	5 797	-4,2
Amortizações	9 098	11 085	-17,9
Outros *	1 377	2 464	-44,1
Total	123 634	170 010	-27,3

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

3.4.7. QUADRO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2018 foram admitidos no quadro efetivo 52 novos colaboradores e verificaram-se 251 saídas: 221 relativas a Rescisões Mútuo Acordo (RMA) e 30 por iniciativa própria ou da Empresa. O número de saídas em 2018 manteve-se elevado devido ao Estatuto de Empresa em Reestruturação atribuído pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social às Seguradoras Unidas até ao final do ano de 2018.

(milhares de euros)

	2018	2017	VAR 18/17 (%)
Total Quadro Efetivo a 1/1	1 123	1 292	-13,1
Admissões	52	50	4,0
Saídas	251	219	14,6
Pré-Reforma ou Reforma	0	2	-100,0
Iniciativa Própria/Empresa	30	40	-25,0
Rescisões Mútuo Acordo (por via empresa declarada em Reestruturação)	221	177	24,9
Total Quadro Efetivo a 31/12	924	1 123	-17,7

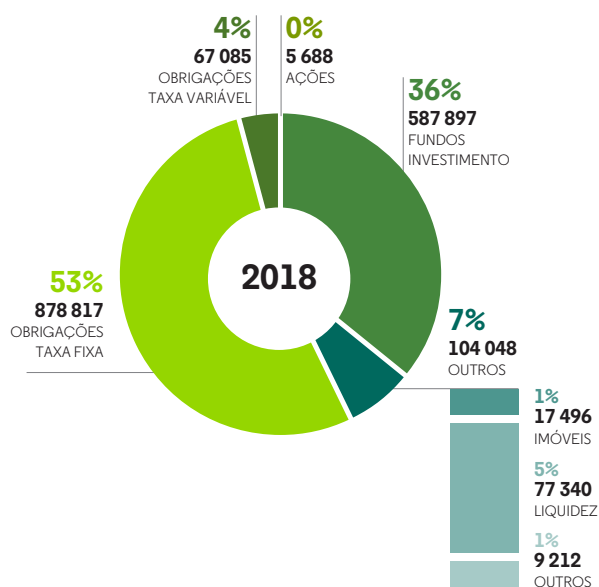
3.4.8. INVESTIMENTOS

A atividade financeira da Seguradoras Unidas, registou uma rentabilidade média global de 2,3%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e em fundos de investimento diversificados e o processo de redução da exposição ao sector imobiliário.

A evolução dos mercados financeiros em 2018 manteve o perfil dos últimos anos sendo caracterizada por grande volatilidade e por taxas de juro em níveis historicamente baixos. Neste contexto, e devido à incerteza sobre a evolução dos mercados financeiros, a companhia manteve a estratégia de investimentos conservadora e focalizada sobretudo em ativos de rendimento fixo quer através de investimentos diretos, quer através de fundos de investimentos.

Carteira de Investimentos 2018

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL*)



* Inclui investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber, investimentos a deter até à maturidade, terrenos e edifícios, ativos não correntes detidos para venda, caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e eventuais retenções relacionadas com investimentos. Exclui ativos de carteiras *Unit Link* e Caixa e depósitos à ordem geridos pela tesouraria e que não são considerados investimentos.

A estratégia de investimentos adotada teve entre os seus principais vetores, a gestão da duration dos ativos e passivos e minimização do risco de taxa de juro da carteira de investimentos, seguindo as indicações da regulamentação da atividade seguradora designada de Solvência II.

Desta forma a estratégia de investimentos executada em 2018 visou em primeiro lugar, fechar o *Gap* de durações entre ativos e passivos, sobretudo em Não-Vida e, em segundo lugar investir em ativos com *yields* superiores (principalmente através investimentos em empréstimos não listados) otimizando o RoSCR.

Por forma a promover o aumento da duração das carteiras de investimentos, a companhia promoveu o investimento em obrigações de dívida pública *Euro Core* (ou *quasi-government*) com durações longas, tendo sido mantida alguma exposição em maturidades curtas em *High Yield*, *Investment Grade* e Financeiras por forma a capturar uma correlação significativa com o portfolio referência da EIOPA em termos de Ajustamento Volatilidade.

Com o objetivo de dispersão de risco a outros emissores fora da zona Euro e a outras classes de ativos com maior rentabilidade, embora sempre com cobertura do risco cambial para conseguir maior flexibilidade e rapidez na execução de transações, o investimento direto em ativos financeiros foi substituído por investimento em *Exchange Traded Funds* e sobretudo em ICAV's.

Desta forma, em 2018 houve um relevante investimento em fundos de investimentos em que a companhia tem controlo e participação total (ICAV's), tendo atingido o montante de 460 milhões de euros no final de 2018.

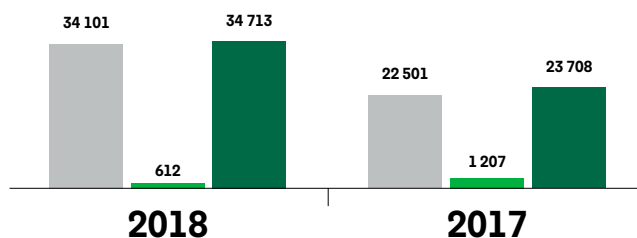
O investimento em ações e em imóveis foi fortemente reduzido ao longo do ano, sendo intenção da companhia eliminar o restante destas classes de ativos durante 2019.

No final do ano, a carteira de investimentos da Seguradoras Unidas situou-se em 1 644 milhares de euros. O investimento em obrigações de taxa fixa representou a maior fatia do investimento, com 53% do total da carteira de investimentos. Destaca-se ainda, a exposição a fundos de investimento no valor de 587 897 milhares de euros, reportando-se essencialmente a fundos de títulos de rendimento fixo (541 121 milhares de euros) e fundos imobiliários (43 468 milhares de euros).

A carteira de obrigações (investimento direto) apresentou um *rating* médio de *investment grade* (A) e uma exposição a dívida soberana de 714 520 milhares de euros, com forte exposição aos países *Euro Core*.

Juros e Dividendos

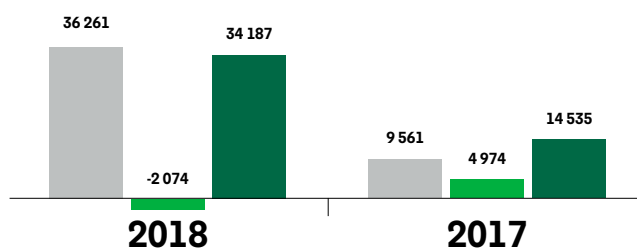
(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

Valias Registadas em Ganhos e Perdas

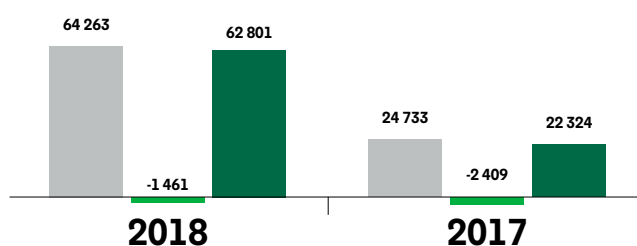
(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL e imparidades)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

Resultados Atividade Financeira

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão – não inclui UL)



■ Títulos ■ Imóveis ■ Total

No ano de 2018, o resultado da atividade financeira da Seguradoras Unidas, foi positivo em 62 801 milhares de euros o que representa um aumento de 40 477 milhares de euros, face ao ano anterior. A venda das participações na *Europ Assistance* e GNB Seguros e apesar das imparidades reconhecidas na operação em Angola, alavancaram os resultados em 26 710 milhares de euros. O aumento dos investimentos via fundos (ICAV's) com o correspondente registo de rendimentos via resultados foram os grandes responsáveis por este aumento.

A rentabilidade média dos ativos financeiros da Companhia foi de 2,3% (+1,3% em 2017). Incorporando o efeito dos ganhos não realizados contabilizados na reserva de justo valor, a rentabilidade foi de 3,8% (+2,4% em 2017).

3.4.9. CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido da Companhia em 2018 foi positivo em 50,6 milhões de euros que compara com um resultado negativo de -41,7 milhões de euros em 2017.

O Capital Próprio aumentou em 35,3 milhões de euros fruto sobretudo do resultado líquido do exercício (positivo em 50,6 milhões de euros), parcialmente anulado pela performance negativa registada na reserva de reavaliação (negativa em 17,9 milhões de euros) em consequência da evolução dos mercados financeiros no ano de 2018.

(milhares de euros)			
Capital Próprio	2018	2017	VAR 18/17 (%)
Capital Social	84 000	84 000	0,0
Outros Instrumentos de Capital	27 097	27 097	0,0
Reservas de Reavaliação	-3 605	14 335	-125,1
Outras Reservas	49 247	46 688	5,5
Resultados Transitados	-40 218	1 472	n.a.
Resultado Líquido	50 646	-41 690	-221,5
Total	167 167	131 902	26,7

A melhoria do resultado líquido em 2018, reflete uma melhoria dos resultados técnico e financeiro da Companhia, combinada com um decréscimo significativo dos custos operacionais.

Para além da realidade acima descrita existe ainda um conjunto de impactos decorrentes de eventos não recorrentes, que afetaram os resultados de 2018 e de 2017, que complementam a explicação para a variação significativa ocorrida nos mesmos.

Desta forma realçamos que o resultado líquido de 2017 foi afetado negativamente por um conjunto de eventos de carácter não recorrente dos quais se destacam:

- Reconhecimento em 2017 do custo total a incorrer com o processo de reestruturação da Companhia, estimado em 35,6 milhões de euros;
- Reconhecimento da menos valia potencial a incorrer com a venda em 2018 de um conjunto de imóveis, estimada em 18,8 milhões de euros;
- Imparidades de 4,9 milhões de euros nas empresas participadas em Angola e Moçambique.

Por outro lado, relativamente ao resultado de 2018, os eventos de carácter não recorrente tiveram um impacto na sua globalidade positivo, sendo de realçar:

- Reconhecimento das mais valias decorrentes da alienação das participadas Europ Assistance e GNB Seguros nos montantes de 19,8 e 12,2 milhões de euros, respetivamente;
- Reconhecimento de imparidade nas participações nas subsidiárias africanas, no montante global de 5,2 milhões de euros;
- Desreconhecimento de impostos diferidos (com origem na Tranquilidade) no montante de 24,4 milhões de euros.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o novo Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

3.4.10. GESTÃO DE RISCO, SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E COMPLIANCE

Gestão de Risco e Sistema de Controlo Interno

A aplicação dos requisitos qualitativos, regulados na Diretiva Solvência II, e a entrada em vigor do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), introduziram significativas alterações na atividade seguradora, com particular enfoque nos princípios associados ao desenvolvimento de boas práticas a nível de gestão de riscos.

A criação e desenvolvimento subsequente dos requisitos qualitativos veio fomentar a eficiência dos sistemas de governação e gestão de riscos, bem como dos procedimentos de controlo interno. Neste contexto, importa salientar a interligação crescente entre as estruturas de gestão da seguradora e a autoavaliação do risco, vistos agora como parte integrante e fundamental da estratégia de negócio.

Ao nível do sistema de governação, a atual ordem normativa salienta a atuação do órgão de gestão da empresa de seguros, imputando-lhe a responsabilidade da implementação de sistemas eficazes de controlo interno e gestão de riscos.

Neste contexto, nos últimos exercícios foram desenvolvidas e melhoradas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual e Grupo;
- Participação ativa em grupos de trabalho da APS sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Revisão e respetiva formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;

- Desenvolvimento de estudos para aplicação de cargas de capital ao *pricing* de Não-Vida e revisão de processos, informação e documentação para efeitos do respetivo reporte;
- Reporte público do Relatório sobre a solvência e situação financeira, a nível individual e Grupo;
- Desenvolvimento de ações de verificação e/ou monitorização das políticas de Solvência II enquadradas nos domínios do sistema de gestão de risco: política de investimentos, política de subscrição, política de resseguro, entre outras;
- Monitorização dos limites de tolerância ao risco (SCR por risco) de acordo com o perfil de risco definido no âmbito da política de gestão de risco em vigor;
- Desenvolvimento de iniciativas com vista a promover uma cultura de risco, designadamente no âmbito da auto-avaliação do risco por parte dos vários departamentos da companhia e da eventual necessidade de implementação de medidas de controlo adicionais;
- Lançamento das bases de um sistema de avaliação de risco – *risk scoring*;
- Reporte do ORSA individual e Grupo;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash flows*;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Melhoramento de ferramentas de monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;
- Acompanhamento, específico, da aplicação da Política de Investimentos e Política de Subscrição e Resseguro;
- Relativamente ao risco de Continuidade de Negócio:
 - A Companhia manteve a procura pela constante atualização e desenvolvimento da perceção do seu plano integrado de continuidade de negócio, nomeadamente no que respeita à adequação de pessoas, requisitos técnicos, instalações e estratégias de recuperação, para diferentes cenários de incidentes;
 - Criação de um novo documento de gestão de comunicação de crise, com o respetivo desenvolvimento de *workshop* junto dos seus principais intervenientes.
- Durante o último ano, mais especificamente, e tendo presente o objetivo contínuo de otimização do requisito de capital de solvência, foram reanalisados processos de reporte de informação utilizados no cálculo do Solvência II, resultando estes de atividades com impacto em diversos riscos;
- Também, ainda no ano findo, no Comité de Risco, mantendo os mesmos objetivos, foi desenvolvida uma análise mais objetiva e prática no sentido de promover um diálogo mais dinâmico com as principais áreas operacionais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na *Internet* no prazo legal.

3.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Seguradoras Unidas, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido do exercício de 2018, no montante positivo de 50 645 844,27 euros tenha a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício no montante de 5 064 584,43 euros para Reserva Legal;
- b) O remanescente para Resultados Transitados.

3.6. OBJETIVOS PARA 2019

Do ponto de vista macroeconómico, em 2019 espera-se que haja algum abrandamento no nível de crescimento face a 2018. Ainda assim a economia continuará favorável registando-se um crescimento do consumo privado e uma redução do desemprego, tanto em Portugal como na Zona Euro. Mantêm-se as incertezas relativas ao impacto do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (UE).

2018 já foi um ano de correção, em que ainda assim a economia apresentou um dos maiores crescimentos das últimas décadas. O ano de 2019 deverá continuar o processo de correção, sobretudo motivada pelo desempenho do mercado externo. O crescimento do consumo privado deverá abrandar, mas em sentido contrário espera-se um incremento na Formação Bruta de Capital Fixo. O mercado de trabalho deverá manter o bom desempenho dos últimos três anos, refletindo-se na continuada descida da taxa de desemprego, para níveis mais baixos que os da média da UE. A taxa de inflação poderá sofrer uma ligeira correção, nomeadamente em consequência do processo de revisão das taxas de juro de referência nos principais mercados de comércio extracomunitário e da racionalização do consumo privado face ao último ano.

No setor segurador, em concreto, espera-se a consolidação da trajetória de recuperação de prémios, acompanhando a evolução do aumento do poder de compra das famílias e uma cada vez maior apetência para os produtos não tradicionais. A inovação continuará a ser uma tônica do mercado, quer a nível de produto, quer a nível das funcionalidades de serviço colocadas à disposição dos clientes e parceiros. Tanto mais que, do ponto de vista do ambiente competitivo, será de esperar a continuação do foco no equilíbrio técnico nos vários ramos.

Para a Seguradoras Unidas, o ano de 2019 tem três objetivos principais:

1. Acelerar processo de transformação, nomeadamente, através da inovação na oferta, serviço e simplificação dos processos;
2. Foco na rentabilidade, quer continuando a conquistar ganhos de eficiência em processos internos e estrutura, quer na rentabilização do próprio negócio;
3. O fortalecimento da posição de mercado, continuando a crescer acima deste e sobretudo nos ramos não obrigatórios.

O cumprimento destes objetivos tem por base a chamada Agenda da Transformação baseada em 4 pilares estratégicos:

1. Excelência Técnica, através da aplicação de técnicas avançadas e inovação em produtos;
2. Foco no cliente, estando este no centro do processo de tomada de decisões;
3. Distribuição eficaz, *omnichannel* e em colaboração com parceiros;
4. Simplicidade e eficiência de processos, tornando-os mais rápidos e inteligentes.

Potenciando as capacidades estruturais, ao nível do digital e *Data Analytics*, executar um conjunto de iniciativas estratégicas, designadamente:

1. Inovação no Produto
 - Reforço da proposta de valor dos ramos de maior rentabilidade, nomeadamente Saúde, Vida Risco e nas Pequenas e Médias Empresas;
 - Nova Oferta de Acidentes Pessoais, Multirriscos Habitação e Alojamento Local.
2. Inovação Técnica
 - Sofisticação dos modelos de *pricing* e deteção da propensão à fraude.
3. Comunicação
 - *Projeto Crystal Clear*, visando renovar toda a comunicação interna e externa da Seguradoras Unidas, tornando mais eficaz e apelativa;
 - Formação dos colaboradores e transformação cultural no sentido de uma cultura cada vez mais única e colaborativa, aberta à mudança e focada na capacidade de execução.
4. Digitalização
 - Simplificação da operativa, nomeadamente através da digitalização dos processos, nomeadamente Sinistros e Produção;
 - Cliente digital, consolidando iniciativa “Cliente Verde”, alargando funcionalidades da *App* e lançando Tranquilidade Net Empresas;
 - Novos serviços para parceiros, como *webservices* para maior integração de sistemas e o novo Portal de Agentes.
5. Eficácia comercial e inovação na distribuição
 - Desenvolvimento de uma Rede de Distribuição mais eficaz, designadamente através da sistemática de acompanhamento comercial dos agentes e de modelos analíticos de prevenção da erosão e identificação de oportunidades

É na base destes objetivos e desafios estratégicos que a Companhia espera concretizar o plano e objetivos de crescimento e rentabilidade até 2020.

3.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano extremamente desafiante, o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia.

A Seguradoras Unidas reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do sector.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que a Seguradoras Unidas conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 12 de março de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
(Presidente do Conselho de Administração)

Alexander Wallace Humphreys
(Vogal)

Bogdan Ignashchenko
(Vogal)

Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
(Vogal)

Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira
(Vogal)

Jan Adriaan de Pooter
(Vogal)

José António Correia Dias Nogueira da Silva
(Vogal)

Pedro Luís Francisco de Carvalho
(Vogal)



04



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (ATIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(milhares de euros)

Ativo	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	56 728		56 728	52 821
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	3 271	1 506	1 765	17 064
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	12 855		12 855	14 980
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	1 533 453	7 580	1 525 873	1 522 965
Empréstimos e Contas a Receber		51 769	15 000	36 769	16 875
Depósitos junto de empresas cedentes	6	2		2	2
Outros depósitos					
Empréstimos concedidos	6	24 210	15 000	9 210	5 982
Contas a receber					
Outros	6	27 557		27 557	10 891
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios		46		46	266
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento	9	46		46	266
Outros ativos tangíveis	10	53 778	48 067	5 711	4 218
Inventários	4 e 10	95		95	78
Goodwill	12	65 981		65 981	65 981
Outros ativos intangíveis	12	146 436	133 241	13 195	15 119
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		109 399		109 399	100 359
Provisão para prémios não adquiridos	4	21 967		21 967	21 365
Provisão matemática do ramo vida	4	1 997		1 997	1 151
Provisão para sinistros	4	85 435		85 435	77 843
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	2 145		2 145	209
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		143 117	24 978	118 139	135 130
Contas a receber por operações de seguro direto	13	59 800	7 308	52 492	61 668
Contas a receber por outras operações de resseguro		51 080	4 827	46 253	58 449
Contas a receber por outras operações	13	32 237	12 843	19 394	15 013
Ativos por Impostos		79 093		79 093	108 187
Ativos por impostos correntes	24	6 028		6 028	5 702
Ativos por impostos diferidos	24	73 065		73 065	102 485
Acréscimos e diferimentos	13	2 844		2 844	2 925
Outros elementos do ativo	13	117 567		117 567	124 404
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	11	19 572		19 572	50 727
Total Ativo		2 398 149	230 372	2 167 777	2 232 308

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
 Alexander Wallace Humphreys
 Bogdan Ignashchenko
 Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
 Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira
 Jan Adriaan de Pooter
 José António Correia Dias Nogueira da Silva
 Pedro Luís Francisco de Carvalho

BALANÇO (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(milhares de euros)

Passivo e Capital Próprio	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivo			
Provisões Técnicas		1 724 047	1 781 524
Provisão para prémios não adquiridos	4	165 616	155 094
Provisão matemática do ramo vida	4	528 554	591 765
Provisão para Sinistros		990 036	989 836
De vida	4	61 224	65 377
De acidentes de trabalho	4	564 684	552 058
De outros ramos	4	364 128	372 401
Provisão para participação nos resultados	4	13 553	16 491
Provisão para compromissos de taxa	4	3 981	
Provisão para estabilização de carteira	4	427	427
Provisão para desvios de sinistralidade	4	16 808	15 858
Provisão para riscos em curso	4	5 072	12 053
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	132 902	142 913
Outros Passivos Financeiros		400	400
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores	5	400	400
Outros			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	235	415
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		81 639	96 842
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	37 314	34 672
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	32 860	54 244
Contas a pagar por outras operações	13	11 465	7 926
Passivos por Impostos		17 325	16 036
Passivos por impostos correntes	24	17 325	16 036
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	42 495	58 268
Outras provisões	13	1 567	4 008
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		2 000 610	2 100 406
Capital Próprio			
Capital	25	84 000	84 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	27 097	27 097
Reservas de Reavaliação		-3 477	20 066
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-3 477	20 066
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-128	-5 731
Outras reservas	26	49 247	46 688
Resultados transitados	25	-40 218	1 472
Resultado líquido do exercício		50 646	-41 690
Total Capital Próprio		167 167	131 902
Total Passivo e Capital Próprio		2 167 777	2 232 308

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Paulo Jorge Pinheiro SantosO DIRETOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da SilvaO DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Miguel Varela Simões LopesO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Bogdan Ignashchenko
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Gonçalo Fernando de Salgado Marques Oliveira
Jan Adriaan de Pooter
José António Correia Dias Noqueira da Silva
Pedro Luís Francisco de Carvalho

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(milhares de euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		48 607	653 211		701 818	641 748
Prémios brutos emitidos	14	53 452	750 909		804 361	740 549
Prémios de resseguro cedido	14	-5 128	-86 009		-91 137	-88 733
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	284	-12 292		-12 008	-8 528
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-1	603		602	-1 540
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	309			309	573
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro		103 026	438 941		541 967	578 893
Montantes pagos		99 412	442 268		541 680	494 909
Montantes brutos	4	100 907	508 085		608 992	533 708
Parte dos resseguradores	4	-1 495	-65 817		-67 312	-38 799
Provisão para sinistros (variação)		3 614	-3 327		287	83 984
Montante bruto	4	3 019	4 860		7 879	106 876
Parte dos resseguradores	4	595	-8 187		-7 592	-22 892
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	3 981	-6 031		-2 050	-13 066
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro		-66 021			-66 021	-65 916
Montante bruto	4	-65 175			-65 175	-65 770
Parte dos resseguradores	4	-846			-846	-146
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	941			941	-4 416
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	15 629	183 706		199 335	213 403
Custos de aquisição		10 301	146 737		157 038	166 488
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	327	-1 813		-1 486	-3 472
Gastos administrativos		7 819	48 470		56 289	64 261
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-2 818	-9 688		-12 506	-13 874
Rendimentos	16	8 810	25 694	212	34 716	23 711
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		6 504	5 037	186	11 727	13 051
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		2 306	20 657	26	22 989	10 660
Gastos Financeiros	16	2 631	2 823	27	5 481	5 002
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		2 631	2 823	27	5 481	5 002
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas		-3 060	36 762	-100	33 602	5 426
De ativos disponíveis para venda	17 e 18	272	4 856	-100	5 028	9 555
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a deter até à maturidade						
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5 e 17	-3 332			-3 332	-4 080
De outros	17 e 18		31 906		31 906	-49
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas		2 933	-43	-107	2 783	4 009
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação						
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	2 933	-43	-107	2 783	4 009
Diferenças de câmbio	19			390	390	-1 217
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18		-732		-732	-6 261
Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)		-619	-5 480	3 023	-3 076	-16 677
De ativos disponíveis para venda	6	-619	-284		-903	-5 823
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado						
De investimentos a deter até à maturidade						
De outros	7, 12, 13 e 18		-5 196	3 023	-2 173	-10 854
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-7	-5 686		-5 693	-4 111
Outras provisões (variação)	13			2 453	2 453	-2 393
Outros rendimentos/gastos	20			1 515	1 515	3 262
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas						
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial						
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	17			-1 342	-1 342	11 234
Resultado Líquido antes de Impostos		-3 214	84 287	6 017	87 090	-54 596
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	24			-1 421	-1 421	-1 487
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	24			-35 023	-35 023	14 393
Resultado Líquido do Exercício		-3 214	84 287	-30 427	50 646	-41 690
Resultado por ação (em euros)	27				0,28	-0,23

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Bogdan Ignashchenko
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira
Jan Adriaan de Poorter
José António Correia Dias Nogueira da Silva
Pedro Luís Francisco de Carvalho

05



**DEMONSTRAÇÃO
DO RENDIMENTO
INTEGRAL**



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(milhares de euros)

	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	50 646	- 41 690
Itens que Poderão vir a ser Reclassificados para a Demonstração dos Resultados	- 17 940	10 418
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	- 23 543	14 012
Variação dos impostos correntes e diferidos	5 603	- 3 594
Itens que não irão ser Reclassificados para a Demonstração dos Resultados	2 559	4 276
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	2 559	4 276
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Outro Rendimento Integral do Exercício, Líquido de Impostos	- 15 381	14 694
Total do Rendimento Integral do Exercício	35 265	- 26 996

06



**DEMONSTRAÇÃO
DE VARIAÇÃO
DE CAPITAIS PRÓPRIOS**

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			Outras Reservas			
Balanco a 1 de janeiro 2017	84 000	27 097	6 054	- 2 137	39 188	239	- 25 394	29 851	158 898
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			14 012						14 012
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				- 3 594					- 3 594
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						4 276			4 276
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					2 985		- 2 985		-
Aplicação dos resultados do exercício anterior							29 851	- 29 851	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	14 012	- 3 594	2 985	4 276	26 866	- 29 851	14 694
Resultado líquido do exercício								- 41 690	- 41 690
Balanco a 31 de dezembro 2017	84 000	27 097	20 066	- 5 731	42 173	4 515	1 472	- 41 690	131 902
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			- 23 543						- 23 543
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				5 603					5 603
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						2 559			2 559
Aplicação dos resultados do exercício anterior							- 41 690	41 690	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	- 23 543	5 603	-	2 559	- 41 690	41 690	- 15 381
Resultado líquido do exercício								50 646	50 646
Balanco a 31 de dezembro 2018	84 000	27 097	- 3 477	- 128	42 173	7 074	- 40 218	50 646	167 167

07



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(milhares de euros)

	2018	2017
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	8 882	- 29 242
Resultado líquido do exercício	50 646	- 41 690
Depreciações e amortizações do exercício	9 098	11 086
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	3 076	16 677
Variação das provisões técnicas de seguro direto	- 57 478	23 792
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	- 9 040	- 21 159
Variação de passivos por contratos de investimento	- 10 011	- 8 698
Variação de outras provisões	- 2 441	2 393
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	16 993	- 43 540
Variação de outros ativos e passivos por impostos	35 987	- 20 056
Variação de outros ativos e passivos	- 12 746	16 023
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	- 15 202	35 930
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	- 4 975	44 434
Variação de investimentos	- 110 241	- 43 769
Alienações de subsidiárias e associadas	39 886	621
Dividendos recebidos	21 801	8 676
Juros	13 534	16 037
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	- 6 832	- 8 582
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	-	-
Aquisição de imóveis	- 732	-
Alienações de terrenos e edifícios	37 609	71 451
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	-	-
Distribuição de dividendos	-	-
Subscrição de capital	-	-
Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	3 907	15 192
Caixa e equivalentes no início do exercício	52 821	37 629
Caixa e equivalentes no fim do exercício	56 728	52 821

08



**ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Seguradoras Unidas, S.A. (adiante designada por Companhia) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100%, a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (constituída em julho de 2006), a Seguros LOGO, S.A. (constituída em dezembro de 2007) e a Açoreana Seguros, S.A. (adquirida em 5 de agosto de 2016).

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 30 de dezembro de 2016, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das quatro entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data. Nesta mesma data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. alterou a sua designação para Seguradoras Unidas, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão da Companhia decidiu manter ativas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não-Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

A Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 23 zonas comerciais (21 no continente, Açores e Madeira), que são suportadas por escritórios locais e por um total de 585 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 13 lojas próprias (em Lisboa, Porto e 11 lojas nos Açores) e por 572 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana (nos Açores), dos quais 236 são exclusivos.

Através da LOGO, marca direta de seguros, lançada em janeiro de 2008, e a primeira a disponibilizar serviços e produtos através da *Internet* e telefone, comercializa seguros automóvel (incluindo moto), casa, saúde e vida risco, contando com 140 mil Clientes.

NOTA 2 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia explora todos os ramos de seguros Vida e Não-Vida, para os quais foi autorizada pela ASF, e as suas políticas e regras de subscrição são definidas tendo por objetivo obter por produto o melhor equilíbrio custo/benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas segmentada pelas linhas de negócio Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2018	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	53 452	41 106	3 945	8 401
Comissões de contratos de investimento	309	-	10	299
Prémios brutos adquiridos	53 736	41 390	3 945	8 401
Resultado dos investimentos	5 426	4 127	396	903
Custos com sinistros brutos	103 926	25 553	76 310	2 063
Variação da provisão matemática	- 65 175	- 764	- 62 728	- 1 683
Variação da provisão para compromissos de taxa	3 981	2 700	1 281	-
Variação da provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
Participação nos resultados	941	837	102	2
Custos de exploração brutos	18 447	14 835	1 403	2 209
Saldo de resseguro	- 565	- 565	-	-
Resultado técnico	- 3 214	1 790	- 12 017	7 013

(milhares de euros)

2017	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	54 918	40 727	9 620	4 571
Comissões de contratos de investimento	573	-	-	573
Prémios brutos adquiridos	54 427	40 236	9 620	4 571
Resultado dos investimentos	9 378	6 882	1 625	871
Custos com sinistros brutos	106 045	26 612	76 295	3 138
Variação da provisão matemática	- 65 770	- 8 263	- 57 507	-
Variação da provisão para compromissos de taxa	- 9 236	- 4 765	- 4 471	-
Variação da provisão para estabilização de carteira	300	300	-	-
Participação nos resultados	- 4 416	1 291	- 5 707	-
Custos de exploração brutos	24 021	12 491	2 131	9 399
Saldo de resseguro	- 1 032	- 1 032	-	-
Resultado técnico	12 402	18 420	504	- 6 522

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas segmentada pelas linhas de negócio Não-Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2018	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	750 909	162 777	112 197	331 921	144 014
Prémios de resseguro cedido	- 86 009	- 2 408	- 43 463	- 1 419	- 38 719
Prémios brutos adquiridos	738 617	162 138	113 225	320 284	142 970
Resultado dos investimentos	53 378	11 383	8 653	26 412	6 930
Custos com sinistros brutos	512 945	112 975	87 448	231 877	80 645
Custos de exploração brutos	193 394	35 161	34 121	84 795	39 317
Resultado técnico	84 287	30 899	14 268	29 039	10 081

(milhares de euros)

2017	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	685 631	142 269	106 003	295 959	141 400
Prémios de resseguro cedido	- 83 962	- 2 794	- 41 330	- 1 079	- 38 759
Prémios brutos adquiridos	677 594	141 172	106 838	288 060	141 524
Resultado dos investimentos	- 3 769	319	- 925	- 2 448	- 715
Custos com sinistros brutos	534 539	131 924	100 190	233 100	69 325
Custos de exploração brutos	203 256	36 070	42 114	83 414	41 658
Resultado técnico	- 77 482	- 21 700	- 23 923	- 33 323	1 464

NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2018, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2018. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 33. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 33. Em concreto, a permissão dada pela alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguros, da possibilidade de adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação simultânea da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, sendo que os montantes arredondados apresentados podem não somar à unidade em todos os casos.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Nos termos das normas contabilísticas aplicáveis e da legislação em vigor, a Companhia prepara demonstrações financeiras consolidadas, e por sua vez consolida na AP VIII Calm Eagle Holdings SCA, com sede no Luxemburgo, na Avenue J.F. Kennedy L-1855, 44.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2019. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS**Investimentos em Subsidiárias e Associadas***Subsidiárias*

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controle de facto).

Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia tem influência significativa mas não exerce controle sobre a sua política financeira e operacional.

Presume-se que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Companhia detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Companhia não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

Ativos Financeiros*Classificação*

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações são reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados Embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	-
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	4 a 8
Instalações interiores	5 a 20
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	7 a 10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de Investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pela Companhia.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Ativos Intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force* – VIF) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

Goodwill

O *goodwill* resultante da aquisição de um negócio é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia, à luz dos contratos de locação operacional, são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Companhia aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de benefício pós-reforma

A Companhia assume a responsabilidade de conceder aos seus empregados benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez, emergentes do regime geral da segurança social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes sejam aplicáveis.

As responsabilidades da Companhia relativas às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

A convenção coletiva de trabalho que originariamente se aplicava às relações laborais vigentes na Companhia era o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 29 de agosto de 2008, no qual se previa que os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

A Companhia, em sintonia com as demais empresas de seguros em idênticas circunstâncias, declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Em 23 de dezembro de 2011 foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2 de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Este contrato coletivo de trabalho foi sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

O Acordo Coletivo de Trabalho foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25 de 8 de julho de 2016, o que determinou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano de contribuição definido;
- ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano complementar de pensões, cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangidos pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, a Companhia, de acordo com o IAS 19, procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Plano de benefício definido

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido, nos referidos casos limitados em que a mesma ainda perdura, é calculada separadamente para cada plano, através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de *rating* elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui i) o custo do serviço corrente, ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, iii) o efeito das reformas antecipadas, iv) custos com serviços passados e v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido em custos com pessoal. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do trabalhador atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, que abrangem a generalidade dos empregados, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2018, e ressalvados os empregados abrangidos pelo plano de benefício definido, a Companhia tem dois planos de contribuição definida, consoante a origem inicial da entidade patronal (Tranquilidade ou Açoreana, anterior à fusão) para os empregados no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os empregados que observem as condições definidas no novo Acordo Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador. Adicionalmente, a Companhia atribuiu um plano de contribuição definida aos Administradores.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador, além das demais condições previstas na Cláusula 42ª do referido Acordo Coletivo de Trabalho, complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Este benefício aplica-se a todos os empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

Benefícios de saúde

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos empregados no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, incluindo remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

Impostos sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2018 e 2017 corresponde a 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 euros e inferior a 35 000 000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e Passivos Contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos Recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por Ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de Recibos por Cobrar e de Créditos de Cobrança Duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por Segmentos Operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2. A Companhia não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade para Investimentos em Subsidiárias e Associadas

A Companhia avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo Valor dos Instrumentos Financeiros e Outros Ativos ao Justo Valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os Lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente com referência ao final do período ou sempre que existam sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço que se encontra reconhecido no ativo do respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Imparidade dos Ativos de Longo Prazo

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Provisões Técnicas e Responsabilidades Relativas a Contratos de Investimento

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem i) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, ii) provisão para prémios não adquiridos, iii) provisão para riscos em curso, iv) teste de adequação das responsabilidades, v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, vi) provisão matemática de contratos Vida, vii) provisão para estabilização de carteira e viii) provisão para compromissos de taxa.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia, é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não-Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros, refletidos nas demonstrações financeiras, refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 – NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO**PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO****Políticas Contabilísticas Adotadas Relativamente a Contratos de Seguro e de Investimento**

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é considerado como um contrato de investimento mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit Linked*) emitidos pela Companhia, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit Linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit Linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit Linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não-Vida de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

A Companhia calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos do ramo Não-Vida são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão matemática Vida

As provisões matemáticas Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

Produtos Origem Tranquilidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica	Produtos Origem Açoreana	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização(*)			Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%	Até dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%	De janeiro 1999 a julho 2003	GKM 80	3%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%	De agosto 2003 a setembro 2011	GKM 80	3% e variável
Após março de 2003	GKM 80	2,75%	Após 3 de outubro de 2011 (**)	GKM 80	0,25% a 3%
Após 1 de janeiro de 2004(**)	GKM 80	0% e 0,814%			
Seguros em caso de Vida(*)			Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – Até junho de 2002	TV 73/77	4%	Rendas – Até dezembro de 1997	PF 6064	6%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%	Após 1 de dezembro de 1997	GKF 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%	Após 1 de janeiro de 2007	GKF 95 e GKF 80	2% e 3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3%, 2,25% e 1,15%	Após 1 de outubro de 2016	GRF 95	1,5%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%			
Seguros em caso de Morte(*)			Seguros em caso de Morte (*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%	Até abril de 2013	GKM 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%	Após 1 de abril de 2013	GKM 95	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%			
Após 1 de outubro de 2013	PASEM 2010	0%			
Seguros Mistos (*)			Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%	Até fevereiro de 2001	PM 6064	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%	Após 1 de março de 2001	GKM 80	3% e 4%

* Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

** Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2018.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão para compromissos de taxa

A Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base os *cash-flows* futuros, descontados às taxas de juro que correspondem à rentabilidade dos ativos afetos a essas responsabilidades e considerando a mortalidade esperada, sendo esta avaliação efetuada por fundo autónomo. Com referência a 31 de dezembro de 2018 a tábua de mortalidade considerada na avaliação foi 135% da PERMP/PERFP 2000 (2017: 109% da GKF95).

Provisão matemática Não-Vida

As provisões matemáticas Não-Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as pensões não remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se 95% da tábua de mortalidade TD 88/90 para homens (2017: 95% da TD 88/90) e 95% da tábua de mortalidade TV 88/90 para mulheres (2017: 95% da TV 88/90), com uma taxa de juro de 2,75% (2017: 2,75%) e encargos de gestão de 1,5% (2017: 1,5%). Para as pensões remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 (2017: TD 88/90) com uma taxa de juro de 5,25% (2017: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2017: 0%).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho, na parte não relativa a pensões, e no ramo Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Para o cálculo das responsabilidades associadas a sinistros ocorridos e não participados (IBNR), para os ramos de maior expressão foram feitas estimativas atuariais baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Quanto aos ramos que não registam dimensão suficiente aplica-se uma taxa genérica ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2018 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2018 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente. Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento (assistência vitalícia) em 31 de dezembro de 2018 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as do ramo de Acidentes de Trabalho que são calculadas com técnicas de Vida ou similares, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados a taxas de juro que correspondem à rentabilidade esperada dos ativos afetos a estas responsabilidades. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados.

Esta provisão é calculada de acordo com as bases técnicas dos produtos e tendo em consideração, quando aplicável, os rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir de vida (Shadow accounting)

A provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo Vida reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de Vida com participação nos resultados.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício, e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco de Fenómenos Sísmicos é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS*Provisões de resseguro cedido*

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanco	2018			2017		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Vida	3 071	-	3 071	3 355	327	3 028
Acidentes e doença	25 060	5 198	19 862	24 137	4 816	19 321
Incêndio e outros danos	37 918	8 031	29 887	38 946	7 770	31 176
Automóvel	117 661	22 091	95 570	106 024	21 203	84 821
Marítimo, aéreo e transportes	1 490	292	1 198	1 635	325	1 310
Responsabilidade civil geral	4 911	960	3 951	4 497	883	3 614
Crédito e caução	44	8	36	53	10	43
Proteção jurídica	4	1	3	85	12	73
Assistência	14 386	2 831	11 555	13 656	2 552	11 104
Diversos	604	121	483	753	149	604
Total	205 149	39 533	165 616	193 141	38 047	155 094

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2018			2017		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Vida	-284	-327	43	491	323	168
Acidentes e doença	923	382	541	1 413	590	823
Incêndio e outros danos	-1 028	261	-1 289	-835	-72	-763
Automóvel	11 637	888	10 749	7 900	2 678	5 222
Marítimo, aéreo e transportes	-145	-33	-112	-345	-31	-314
Responsabilidade civil geral	414	77	337	-68	-12	-56
Crédito e caução	-9	-2	-7	-23	2	-25
Proteção jurídica	-81	-11	-70	-8	-1	-7
Assistência	730	279	451	205	35	170
Diversos	-149	-28	-121	-202	-40	-162
Total	12 008	1 486	10 522	8 528	3 472	5 056

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de resseguro cedido refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e refletida na conta de ganhos e perdas são analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
	PPNA Líquida	PPNA Líquida		
Vida	11	12	-1	5
Acidentes e doença	227	178	49	-7
Incêndio e outros danos	7 563	8 230	-667	-2 361
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	510	697	-187	-266
Responsabilidade civil geral	760	493	267	39
Crédito e caução	13	14	-1	-11
Proteção jurídica	2	22	-20	-3
Assistência	12 322	11 059	1 263	1 164
Diversos	559	660	-101	-100
Total	21 967	21 365	602	-1 540

A evolução da provisão matemática de Vida refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	591 765	654 581
Variação do ano	-65 175	-65 770
Incorporação de participação nos resultados	1 983	2 609
Outros movimentos	-19	345
Saldo em 31 de dezembro	528 554	591 765

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade. O efeito nas demonstrações financeiras da aquisição referida ascende em 31 de dezembro de 2018 a 22,2 milhões de euros (2017: 26,7 milhões de euros).

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Tradicionais	1 997	1 151	846	146
Total	1 997	1 151	846	146

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Vida	61 224	65 377	3 019	18 920
Acidentes de trabalho	564 684	552 059	13 214	26 421
Acidentes pessoais e doença	14 182	15 526	- 1 218	1 036
Incêndio e outros danos	66 959	80 949	- 13 999	38 992
Automóvel	237 806	236 169	1 523	18 968
Marítimo, aéreo e transportes	4 395	3 206	1 189	- 484
Responsabilidade civil geral	32 351	32 197	66	2 109
Crédito e caução	151	184	- 34	- 27
Proteção jurídica	12	13	- 1	-
Assistência	-	1	3	1
Diversos	8 272	4 155	4 117	940
Total	990 036	989 836	7 879	106 876

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 431 881 milhares de euros (2017: 417 351 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2018 e 2017 foi nulo, e uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 22 913 milhares de euros (2017: 23 633 milhares de euros).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade. O efeito nas demonstrações financeiras da aquisição referida ascende em 31 de dezembro de 2018 a 36,3 milhões de euros (2017: 39,7 milhões de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 55 282 milhares de euros (2017: 56 529 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2018 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 22 210 milhares de euros (2017: 25 417 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2017 (1)	Sinistros* Pagos em 2018 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2018 (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
Acidentes e doença	567 584	75 177	485 230	- 7 177
Incêndio e outros danos	80 949	65 268	17 009	1 328
Automóvel				
Responsabilidade civil	190 199	77 139	107 232	- 5 828
Outras coberturas	45 971	24 089	14 794	- 7 088
Marítimo, aéreo e transportes	3 206	1 188	1 281	- 737
Responsabilidade civil geral	32 197	5 534	25 829	- 834
Crédito e caução	184	- 333	149	- 368
Proteção jurídica	13	4	10	1
Assistência	1	1	-	-
Diversos	4 155	873	1 667	- 1 615
Total	924 459	248 940	653 201	- 22 318

* Sinistros ocorridos no ano de 2017 e anteriores.

Do valor total de reajustamentos a maioria do impacto deve-se aos sinistros reembolsados. Estes estão incluídos nos valores de sinistros pagos mas não estão refletidos na provisão para sinistros, originando por isso um efeito significativo.

Ainda de referir que o grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos no ramo Acidentes de Trabalho devem-se também ao facto de o mapa não considerar os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas e da reversão do justo valor das responsabilidades que foram descontadas na aquisição da carteira da Açoreana Seguros, S.A., conforme referido anteriormente.

Para além destes factos, no ramo Automóvel os reajustamentos devem-se sobretudo a uma maior eficiência na regularização dos sinistros permitindo uma redução sustentada dos custos com sinistros. Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Vida	2 705	3 300	- 595	337
Acidentes de trabalho	7 425	5 236	2 189	- 403
Acidentes pessoais e doença	97	175	- 78	- 163
Incêndio e outros danos	43 872	44 198	- 326	24 159
Automóvel	15 731	11 951	3 780	- 1 317
Marítimo, aéreo e transportes	1 133	1 262	- 129	205
Responsabilidade civil geral	8 046	8 469	- 423	206
Crédito e caução	78	349	- 271	- 44
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	2	2	-	1
Diversos	6 346	2 901	3 445	- 89
Total	85 435	77 843	7 592	22 892

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 3 136 milhares de euros (2017: 2 183 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2018 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2018 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos – Prestações (1)	Montantes Pagos – Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	20 488	-	2 703	23 191
PPR's e capitalização com participação resultados	78 373	2 044	299	80 716
Não-Vida				
Acidentes e doença	151 333	3 742	11 982	167 057
Incêndio e outros danos	99 166	2 203	- 13 884	87 485
Automóvel				
Responsabilidade civil	144 067	8 442	5 816	158 325
Outras coberturas	74 357	3 482	- 4 291	73 548
Marítimo, aéreo e transportes	11 085	82	1 198	12 365
Responsabilidade civil geral	7 045	474	60	7 579
Crédito e caução	- 333	-	- 34	- 367
Proteção jurídica	5	-	-	5
Assistência	1	-	3	4
Diversos	1 042	11	4 117	5 170
Total	586 629	20 480	7 969	615 078
Resseguro aceite	1 883	-	- 90	1 793
Total Geral	588 512	20 480	7 879	616 871

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2017 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos – Prestações (1)	Montantes Pagos – Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	22 267	-	4 354	26 621
PPR's e capitalização com participação resultados	61 719	3 139	14 575	79 433
Não-Vida				
Acidentes e doença	149 210	9 596	27 400	186 206
Incêndio e outros danos	58 584	2 489	38 921	99 994
Automóvel				
Responsabilidade civil	129 259	13 217	7 105	149 581
Outras coberturas	66 558	5 089	11 823	83 470
Marítimo, aéreo e transportes	2 448	316	- 569	2 195
Responsabilidade civil geral	6 374	1 382	2 110	9 866
Crédito e caução	5	4	- 27	- 18
Proteção jurídica	10	6	-	16
Assistência	4	-	1	5
Diversos	411	17	940	1 368
Total	496 849	35 255	106 633	638 737
Resseguro aceite	1 604	-	243	1 847
Total Geral	498 453	35 255	106 876	640 584

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo apresentou a seguinte evolução:

(milhares de euros)

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	16 491	20 812
Dotação do ano	2 740	3 169
Pagamentos	- 1 443	- 1 135
Incorporação em provisão matemática	- 1 983	- 2 609
Variação da participação a atribuir (<i>shadow accounting</i>)	- 2 252	- 3 746
Saldo em 31 de dezembro	13 553	16 491

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Vida	-	-	-	- 4
Total	-	-	-	- 4

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Tradicionais	2 700	-	2 700	- 8 870
Capitalização com participação nos resultados	1 281	-	1 281	- 366
Total	3 981	-	3 981	- 9 236

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A provisão para estabilização de carteira refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Tradicionais	427	427	-	300
Total	427	427	-	300

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	15 008	13 565	1 443	1 277
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	1 305	1 305	-	-
Crédito e caução	387	887	- 500	45
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	108	101	7	7
Total	16 808	15 858	950	1 329

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2018	2017	2018	2017
Acidentes e doença	836	5 393	- 4 557	- 8 479
Incêndio e outros danos	593	4 505	- 3 912	4 434
Automóvel	3 302	2 139	1 163	- 725
Marítimo, aéreo e transportes	341	17	324	- 46
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	- 3	3	- 3
Assistência	-	- 33	33	- 563
Diversos	-	35	- 35	- 78
Total	5 072	12 053	- 6 981	- 5 460

De acordo com a Norma Regulamentar 10/2016-R de 15 de setembro, os custos com carácter extraordinário, incluindo os custos com pessoal relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

Ao abrigo desta Norma, em 2017, o cálculo da provisão para riscos em curso foi alvo de procedimentos extraordinários, solicitados pela Companhia e devidamente aprovados pela ASF, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de operações de concentração de empresas.

De referir que desde a sua aquisição pela Apollo Global Management, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. foi interveniente em diversos processos de concentração de empresas, tendo durante o exercício de 2016 adquirido 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A. O acréscimo de custos daí resultante iria provocar um aumento no valor da provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Assim, em 2017, a Companhia considerou que o montante de 35 610 milhares de euros, relativo a custos totais incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores, decorrentes de rescisões por mútuo acordo que em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que a Companhia optou por não considerar para efeitos de cálculo desta provisão o montante imputado a Não-Vida, i.e., 32 097 milhares de euros.

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas de Não-Vida correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

No âmbito do regime de Solvência II, a Companhia possui na sua estrutura e nos seus procedimentos as ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de Gestão de Risco.

O Comité faz parte integrante do estrutura de Governação da Companhia e tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*.

O Comité de Risco Global é suportado transversalmente pelos diferentes departamentos, com mais enfoque pelo Departamento de Risco Global, que tem como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros a serem elaborados pelo Departamento de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

Neste âmbito, são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justifica.

No âmbito, do Sistema de Governação, a Companhia possui na sua estrutura um conjunto de Políticas associadas às várias atividades da 1ª e 2ª Linhas de Defesa. As restantes Políticas são revistas numa base anual.

Relativamente ao risco específico de seguros, o mesmo corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Vida, o risco pode ser subdividido em riscos biométricos (Longevidade, Mortalidade, Invalidez), Risco de Despesas, Risco de Revisão, Risco de Lapses e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas, Risco de Lapses e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida classificados como “Health” em Solvência II – Acidentes Pessoais, Saúde e Acidentes de Trabalho – o risco é tratado da seguinte forma:

- Pensões de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia são considerados riscos de saúde avaliados com técnicas semelhantes às dos seguros de Vida e, como tal, o seu risco subdivide-se de forma análoga ao dos produtos Vida;
- Sinistros gerais de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Saúde, são tratados como Não-Vida e os seus riscos subdividem-se de forma análoga.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos, e serão objeto de revisão no decorrer do próximo exercício, em conjunto com outros processos core da Companhia.

Em termos sucintos, alguns dos mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente com principal enfoque nas provisões para sinistros, sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A evolução da comparação entre i) os montantes pagos dos ramos Não-Vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo as provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e ii) a estimativa final do custo, é como segue:

(milhares de euros)

Montantes Pagos Líquidos de Reembolsos (Valores Acumulados)										
	Ano de ocorrência									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Anos Decorridos										
0	203 512	237 626	236 495	226 612	239 778	226 253	214 233	215 648	227 095	241 433
1	317 476	358 391	341 803	328 120	338 924	324 031	306 579	313 123	379 032	
2	347 970	383 391	363 125	351 666	361 143	347 438	323 209	333 546		
3	362 827	395 329	374 118	364 994	374 176	355 978	334 842			
4	369 912	403 580	379 458	370 561	382 210	360 362				
5	375 089	410 214	383 758	375 987	387 875					
6	377 835	414 548	387 361	379 185						
7	381 203	416 781	390 171							
8	384 481	420 832								
9	385 935									

(milhares de euros)

Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos										
	Ano de Ocorrência									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Anos Decorridos										
0	398 229	434 023	397 409	393 492	395 285	378 890	354 953	358 620	458 759	469 439
1	397 715	431 281	402 056	386 724	390 466	387 346	355 408	350 735	438 145	
2	404 384	438 271	403 487	388 590	398 662	395 066	353 846	348 390		
3	396 449	428 598	401 755	390 139	403 239	396 646	356 955			
4	391 028	426 586	400 511	390 167	403 831	394 262				
5	389 925	425 883	401 815	390 759	404 552					
6	389 074	428 858	403 166	389 642						
7	389 968	429 227	402 902							
8	390 927	430 041								
9	389 664									

A Companhia pratica uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus tomadores, segurados, outros beneficiários de seguros, acionistas e trabalhadores.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

Para a sua persecução, a Companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadros seguintes:

Ramos Não-Vida	Tipo de Resseguro
Assistência	Proporcional
Cauções	Proporcional
Cauções (fidelidade)	Proporcional
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-top-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-agregada)	Não Proporcional
Saúde (doenças graves)	Proporcional
Saúde (despesas médicas)	Não Proporcional
Saúde (2ª opinião)	Proporcional
Responsabilidade civil <i>cyber risks</i>	Proporcional
Responsabilidade civil geral	Não Proporcional
Responsabilidade civil ambiental	Proporcional
Responsabilidade civil profissionais de saúde	Proporcional
Responsabilidade civil administradores (art.º 396)	Proporcional
Responsabilidade civil d&o	Proporcional
Responsabilidade civil intermediários de crédito	Proporcional
Marítimo (carga)	Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (proteção retenção)	Não Proporcional
Automóvel (responsabilidade civil)	Não Proporcional
Automóvel (danos próprios)	Não Proporcional
Acidentes pessoais	Não Proporcional
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Proporcional
Acidentes de trabalho	Não Proporcional
Agro	Proporcional

Ramos Vida	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual	Proporcional
Vida VTCC2.0	Proporcional
Vida Profissionais de Saúde	Proporcional
Vida Mais Cool	Proporcional
Vida Catástrofes	Não Proporcional
Vida Proteção de Cúmulos	Não Proporcional
Assistência	Proporcional
Saúde	Proporcional
Vida Proteção aos Prémios	Proporcional
Vida Grupo Contributivo e Grupo Não Contributivo	Proporcional
Vida Gestão de Tesouraria Banif	Proporcional
Capitalização/PPR	Proporcional
Vida Mais Vencer	Proporcional

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2018	2017
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	- 32 514	- 33 643
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	- 25 353	- 24 494
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de Acid. de Trabalho	- 7 471	- 7 016
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo Vida	- 1 211	770

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas, seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e de uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

De referir que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de mortalidade de vida, não são tidos em consideração os prémios futuros.

NATUREZA E EXTENSÃO DE OUTROS RISCOS

Risco de Mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos, para o qual a Companhia dispõe de uma política de ALM implementada.

Neste incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité de Investimentos. As políticas de investimento adotadas pela Companhia, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité de Investimentos, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro e a análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2018	2017
Cambial	Valorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	- 379	- 902

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2018	2017
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	- 55 116	- 49 422

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2018	2017
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	- 6 096	- 10 952

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações.

Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho e das provisões matemáticas do ramo Vida.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2018	2017
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro – Efeito nos Ativos	103 744	86 940
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro – Efeito nos Ativos	- 84 321	- 64 384

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2018	2017
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro – Efeito nos Passivos	- 59 683	- 46 045
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro – Efeito nos Passivos	33 002	29 559

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS*Risco de spread*

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*.

(milhares de euros)

Rating	2018		2017	
	%	Valor	%	Valor
AAA	26%	251 579	20%	200 516
AA	33%	315 279	33%	335 266
A	14%	133 294	8%	81 142
BBB	20%	187 799	30%	302 440
BB	3%	32 511	6%	63 812
B	0%	3 827	1%	5 817
CCC	0%	110	0%	1 267
Unrated	3%	28 369	1%	12 731
Total	100%	952 768	100%	1 002 991

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Atividade	2018			2017		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0%	4 688	-	0%	5 056	-
Comunicações	1%	17 401	- 1 086	2%	28 731	- 747
Bens consumíveis (cíclico)	1%	14 734	-	1%	17 422	- 24
Bens consumíveis (não-cíclico)	2%	26 437	- 181	2%	32 332	- 238
Energia	2%	23 053	-	2%	30 902	-
Financeiro	6%	87 545	- 6 794	8%	120 030	- 1 554
Fundos	36%	547 117	- 2 541	31%	472 441	- 2 441
Dívida Pública	47%	706 278	-	47%	710 412	-
Industrial	1%	20 001	-	2%	23 957	-
Medicina	0%	1 000	-	0%	2 750	-
Tecnologia	0%	914	-	0%	2 093	-
Serviços públicos/coletivos	3%	47 930	-	4%	55 978	-
Outros	1%	17 436	-	0%	111	-
Total	100%	1 514 534	- 10 602	100%	1 502 215	- 5 004

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A análise de maturidade e dos fluxos estimados dos ativos e passivos alvo deste tipo de risco, é como segue:

(milhares de euros)

2018	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	58 110	96 204	77 096	360 892	654 588	621 041	1 867 931
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	7 205	87 172	70 962	306 176	271 980	-	743 495
Líquido	50 905	9 032	6 134	54 716	382 608	621 041	1 124 436

(milhares de euros)

2017	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	54 575	121 572	47 988	281 778	811 654	549 607	1 867 174
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	8 365	97 733	80 305	310 557	334 960	-	831 920
Líquido	46 210	23 839	- 32 317	- 28 779	476 694	549 607	1 035 254

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

A distribuição dos saldos de depósitos é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2018		2017	
	%	valor	%	valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	39%	22 357	0%	-
A	2%	949	57%	30 282
BBB	20%	11 289	14%	7 407
BB	1%	407	1%	330
B	0%	10	0%	20
CCC	38%	21 333	27%	14 349
Unrated	1%	302	1%	316
Total	100%	56 647	100%	52 704

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, sem dedução de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2018		2017	
	%	valor	%	valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	49%	20 215	44%	23 460
A	50%	20 869	55%	29 327
BBB	0%	-	0%	-
BB	0%	-	0%	-
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	1%	438	1%	238
Total	100%	41 521	100%	53 025

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas materiais resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio;
- Risco legal.

Risco estratégico

O Risco Estratégico é o risco resultante de decisões estratégicas. Definimos Risco Estratégico como o risco de tomar decisões de negócio inadequadas, implementar decisões de forma desajustada ou não ser capaz de se adaptar às mudanças no ambiente operacional. O Risco Estratégico, em regra, é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco de reputação

O Risco de Reputação é o risco que decorre de possíveis danos à reputação das empresas como consequência da percepção negativa do público (por exemplo, entre clientes, parceiros de negócio, acionistas ou autoridades). Assim como o risco estratégico, o risco reputacional é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco intragrupo

O risco de a entidade estar dependente de transações intragrupo significativas que possam influenciar significativamente a solvência ou a posição de liquidez do grupo ou de uma das entidades envolvidas nestas transações. Essas transações podem ser relacionadas com:

- Investimentos;
- Saldos entre empresas, incluindo empréstimos, recuperáveis e acordos para centralizar a gestão de ativos ou dinheiro;
- Garantias e compromissos, tais como cartas de crédito;
- Operações com derivativos;
- Dividendos, cupões e outros pagamentos de juros;
- Operações de resseguro;
- Prestação de serviços ou acordos de partilha de custos;
- Compra, venda ou arrendamento de bens.

Risco Sistémico

O risco de destabilização do sistema financeiro ou mercado com consequências ao nível dos ativos, taxas de juro, câmbio, afetando a economia como um todo.

Riscos Emergentes

Riscos existentes, ou que possam surgir, de difícil quantificação e com potencial de perdas elevadas. Caracterizados por um elevado grau de incerteza, onde mesmo a informação básica, que suportaria uma avaliação adequada sobre a frequência e severidade de um determinado risco, é reduzida.

Medidas de mitigação

Como principais medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência e forte dinamização do Código de Conduta;
- Atualização constante de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação e renovação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

SOLVÊNCIA

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o regime em vigor. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência e informação mais detalhada sobre a Gestão do Risco serão divulgados publicamente durante o mês de abril de 2019 através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente, de forma a garantirem os compromissos assumidos pela Companhia decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

RÁCIOS DE ATIVIDADE

Os principais rácios de atividade de Não-Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2018	2017
Rácio de sinistralidade ^(a)	69,4%	78,9%
Rácio de aquisição ^(b)	19,3%	21,6%
Rácio administrativo ^(c)	6,5%	8,0%
Rácio Combinado	95,2%	108,5%

(a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / prémios adquiridos
 (b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / prémios brutos emitidos
 (c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / prémios brutos emitidos

Os principais rácios de atividade de Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2018	2017
Sinistros/Prémios (IFRS 4)	194,4%	193,1%
Benefícios pagos/Depósitos recebidos (IAS 39)	2 134,8%	2 176,8%
Custos de aquisição/(prémios + depósitos recebidos)	19,7%	26,3%
Custos administrativos/(prémios + depósitos recebidos)	14,5%	16,6%

MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos, encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Contas a receber	3 569	4 416
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	- 1 075	- 2 410
Total Líquido	2 494	2 006

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Inventários	95	78

NOTA 5 – PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A decomposição da rubrica de Passivos financeiros por contratos de investimento pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Financiados sem Participação nos Resultados	Unit Linked	PPR Unit Linked	OCA's Unit Link	Total
Saldos a 1 de janeiro de 2017	116 360	7 078	27 872	300	151 610
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	585	-	-	-	585
Montantes pagos	- 13 911	-	8	-	- 13 903
Juros técnicos	5 128	-	9	-	5 137
Outros movimentos	20	-	- 505	- 31	- 516
Saldos a 31 de dezembro de 2017	108 182	7 078	27 384	269	142 913
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	246	165	182	-	593
Montantes pagos	- 8 634	- 350	- 2 817	- 81	- 11 882
Juros técnicos	3 629	- 228	- 1 225	-	2 176
Outros movimentos	2 223	- 353	- 2 768	-	- 898
Saldos a 31 de dezembro de 2018	105 646	6 312	20 756	188	132 902

Os valores dos passivos financeiros de contratos *Unit Linked*, no valor total de 27 256 milhares de euros (2017: 34 731 milhares de euros) correspondem ao nível 2 do método de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13, dado serem instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2018			2017		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	4 430	- 810	3 620	5 906	- 2 131	3 775
Capitalização	3 983	- 488	3 495	3 881	- 727	3 154
PPR	447	- 322	125	2 025	- 1 404	621
Valorizados ao Custo Amortizado	-	- 3 332	- 3 332	-	- 4 080	- 4 080
Capitalização	-	- 3 126	- 3 126	-	- 3 454	- 3 454
PPR	-	- 206	- 206	-	- 626	- 626
Total	4 430	- 4 142	288	5 906	- 6 211	- 305

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	400	400
Derivados	-	-
Valor de Balanço	400	400

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

NOTA 6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 525 873	1 522 965
Investimentos em filiais e associadas	1 765	17 064
Depósitos a prazo	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	12 855	14 980
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	1 540 493	1 555 009
Outros ativos financeiros	36 769	16 875
Total Ativos Financeiros	1 577 262	1 571 884

Os investimentos em filiais e associadas são analisados na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que a Companhia, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou ii) contém instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 301	1 575
De outros emissores	8 637	10 153
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	2 917	3 252
Valor de Balanço	12 855	14 980
Valor de aquisição	12 880	14 284

Em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 3 514 milhares de euros (2017: 8 508 milhares de euros).

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda títulos de rendimento fixo híbridos ligados a financiamentos tier1/2 de capital no montante de 6 212 milhares de euros (2017: 2 922 milhares de euros). Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pela Companhia para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	713 219	716 888
De outros emissores	222 987	272 923
Ações	1 799	4 846
Outros títulos de rendimento variável	587 868	528 308
Valor de Balanço	1 525 873	1 522 965

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A decomposição dos valores finais de balanço é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo					
De emissores públicos	710 024	9 314	- 2 450	-	716 888
De outros emissores	257 396	5 306	10 221	-	272 923
Ações	5 205	-	698	- 1 057	4 846
Outros títulos de rendimento variável	519 587	-	17 007	- 8 286	528 308
Saldo a 31 de dezembro de 2017	1 492 212	14 620	25 476	- 9 343	1 522 965
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	702 007	9 138	2 074	-	713 219
De outros emissores	218 270	4 278	773	- 334	222 987
Ações	2 684	-	233	- 1 118	1 799
Outros títulos de rendimento variável	595 596	-	- 1 600	- 6 128	587 868
Saldo a 31 de dezembro de 2018	1 518 557	13 416	1 480	- 7 580	1 525 873

Em 31 de dezembro de 2018, os Outros títulos de rendimento variável incluem 43 468 milhares de euros, relativos a participações detidas pela Companhia em fundos de investimento imobiliário (2017: 58 526 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	9 343	4 653
Dotações do exercício	903	5 823
Anulações do exercício por venda de ativos	- 408	- 1 133
Reversões do exercício	- 2 258	-
Saldo em 31 de dezembro	7 580	9 343

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	- 334	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	- 569	- 5 823
Total	- 903	- 5 823

ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existem nem ativos nem passivos classificados nesta categoria.

INVESTIMENTOS A DETERMINADO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existem ativos classificados nesta categoria.

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos, conforme segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Empréstimos concedidos	9 210	5 982
Depósitos junto de empresas cedentes	2	2
Outros	27 557	10 891
Total de Outros Ativos Financeiros	36 769	16 875

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

Em 2018 e 2017, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor, sendo que em 2018 inclui também 23 429 milhares de euros relativos a montantes por receber originados pela alienação de imóveis.

A decomposição dos Outros ativos financeiros é como segue:

(milhares de euros)			
	Custo de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	2 310	-	2 310
Empréstimos	18 672	- 15 000	3 672
Outros	10 893	-	10 893
Saldo a 31 de dezembro de 2017	31 875	- 15 000	16 875
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	900	-	900
Empréstimos	23 310	- 15 000	8 310
Outros	27 559	-	27 559
Saldo a 31 de dezembro de 2018	51 769	- 15 000	36 769

As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A, sendo que em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não ocorreram movimentos nas perdas por imparidade.

O detalhe dos empréstimos concedidos é conforme segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Prestações acessórias – Europ Assistance	-	1 410
Prestações acessórias – Advancecare Health International	900	900
Empréstimos – Advancecare	-	1 750
Empréstimos – Calm Eagle	6 867	-
Empréstimos a colaboradores	1 443	1 922
Total de Empréstimos Concedidos	9 210	5 982

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)				
	2018		2017	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	56 728	56 728	52 821	52 821
Empréstimos e contas a receber	36 769	36 769	16 875	16 875
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	118 139	118 139	135 130	135 130
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	211 636	211 636	204 826	204 826
Passivos financeiros de contratos de investimento	138 560	132 902	151 328	142 913
Outros passivos financeiros	400	400	400	400
Outros credores por operações de seguros e outras operações	81 639	81 639	96 842	96 842
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	220 599	214 941	248 570	240 155

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

Os instrumentos financeiros são estratificados de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, que representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas, considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas, considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras, cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis acima descritos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2018			Total	2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	938 289	528 641	58 943	1 525 873	1 020 866	432 157	69 942	1 522 965
Títulos e unidades de participação	63 631	477 462	46 775	587 868	80 263	388 296	59 749	528 308
Ações e outros títulos de rendimento variável	201	-	1 598	1 799	2 021	175	2 650	4 846
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	676 382	36 837	-	713 219	680 294	29 051	7 543	716 888
De outros emissores	198 075	14 342	10 570	222 987	258 288	14 635	-	272 923
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	12 619	207	29	12 855	14 129	634	217	14 980
Títulos e unidades de participação	2 888	-	29	2 917	3 035	-	217	3 252
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	1 301	-	-	1 301	1 575	-	-	1 575
De outros emissores	8 430	207	-	8 637	9 519	634	-	10 153
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	950 908	528 848	58 972	1 538 728	1 034 995	432 791	70 159	1 537 945
Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-

O valor em 2018 classificado como Nível 2, na rubrica de Títulos e Unidades de Participação, inclui cerca de 460 milhões de euros (2017: 368 milhões de euros) que dizem respeito a um investimento em 5 sub-fundos pertencentes a um organismo de investimento coletivo, designado por ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), que é detido 100% pela Companhia.

A determinação do *fair value* destes ativos teve por base o seu valor patrimonial que, por sua vez, é determinado com base em valores de mercado ou em informação de mercado disponível para valorização do ativo (curvas de risco, *spreads*, etc) tal como definidos pela IFRS 13. Adicionalmente, este fundo é alvo de análise *look-through* por parte da Companhia tal como definido pelos requisitos de Solvência II.

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

2018	31 dez 2017	Valias Potenciais	Compras	Vendas	Imparidades	Valias Realizadas	Reclassif.	31 dez 2018
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	69 942	- 3 590	11 251	- 19 521	- 224	4 860	- 3 775	58 943
Títulos e unidades de participação	59 749	- 3 425	571	- 18 754	- 101	4 967	3 768	46 775
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 650	- 109	-	- 672	- 123	- 148	-	1 598
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	7 543	-	-	-	-	-	- 7 543	-
De outros emissores	-	- 56	10 680	- 95	-	41	-	10 570
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	217	-	29	-	-	-	- 217	29
Títulos e unidades de participação	217	-	29	-	-	-	- 217	29
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem 43 468 milhares de euros relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados (2017: 55 415 milhares de euros) e 3 338 milhares de euros relativos a fundos de *private equity* (2017: 4 551 milhares de euros), cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado como segue:

(milhares de euros)					
2018		Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
Área de Análise	Tipologia de Ativos	Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%
Fundo de investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	- 1 340	4 347	- 3 007
	Fundos <i>private equity</i>	3	- 146	331	- 188

(milhares de euros)					
2017		Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
Área de Análise	Tipologia de Ativos	Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%
Fundo de investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	- 3 216	5 541	- 2 326
	Fundos <i>private equity</i>	22	- 271	433	- 184

NOTA 7 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros das subsidiárias e associadas da Companhia podem ser resumidos da seguinte forma:

(milhares de euros)													
Nome da Empresa/Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados financeiros							
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido	
						2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Advancecare Health International, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	5 473	7 440	147	609	5 326	6 831	1 845	2 453
Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM, Rua Marechal Brós Tito, n.º 35 15.ºD LUANDA	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	49,00	49,00	49,00	33 217	42 656	26 296	33 725	6 921	8 931	1 379	4 181
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,996	100,00	100,00	5 009	3 528	4 217	2 898	792	630	157	0,4
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	99,997	100,00	100,00	3 147	2 285	2 066	1 441	1 081	844	231	78
Tranquilidade Diversified Income ICAV 2 nd Floor, Block E Iveagh Court Harcourt Road Dublin D02 YT22 Ireland	Subsidiária	C.Aqui liq imparidade	100,00	100,00	100,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Os valores de 2018 representam a última informação financeira não auditada recebida por parte de cada subsidiária ou associada, pelo que os valores oficiais definitivos poderão ser divergentes.

Durante o exercício de 2018, a Companhia alienou a participação de 47% do capital social da Europ Assistance, S.A., que detinha pelo valor de 4 222 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, a mais-valia de 19 764 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda no exercício de 2018, a Companhia alienou a participação de 25% do capital social da GNB – Companhia de Seguros, S.A., que detinha pelo valor de 3 759 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, a mais-valia de 12 141 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

No final do exercício de 2017, a Companhia alienou as participações de 70% na CRIA – Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes e de 60% na GIGA – Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, tendo registado resultante destas vendas na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, uma mais-valia de 19 milhares de euros e uma menos-valia de 68 milhares de euros, respetivamente (Nota 17).

A rubrica Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos pode ser detalhada da seguinte forma:

(milhares de euros)

2018	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare Health International	100	-	100
Tranquilidade – Moçambique Seguros	1 361	- 645	716
Tranquilidade – Moçambique Seguros Vida	1 810	- 861	949
Total	3 271	- 1 506	1 765

(milhares de euros)

2017	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare Health International	100	-	100
Europ Assistance	4 222	-	4 222
GNB Seguros	3 759	-	3 759
Tranquilidade – Corp. Angolana Seguros	7 318	-	7 318
Tranquilidade – Moçambique Seguros	1 361	- 645	716
Tranquilidade – Moçambique Seguros Vida	1 810	- 861	949
Total	18 570	- 1 506	17 064

A variação do saldo desta rubrica pode ser detalhado como segue:

(milhares de euros)

2018	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Transferências para Ativos Não Correntes Detidos para Venda	Valor de Balanço Final
Advancecare Health International	100	-	-	-	100
Europ Assistance	4 222	- 4 222	-	-	-
GNB Seguros	3 759	- 3 759	-	-	-
Tranquilidade – Corp. Angolana Seguros	7 318	-	- 5 196	- 2 122	-
Tranquilidade – Moçambique Seguros	716	-	-	-	716
Tranquilidade – Moçambique Seguros Vida	949	-	-	-	949
Total	17 064	- 7 981	- 5 196	- 2 122	1 765

(milhares de euros)

2017	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Transferências para Ativos Não Correntes Detidos para Venda	Valor de Balanço Final
Advancecare Health International	100	-	-	-	100
CRIA – Centro Reab Integrada Acidentes	403	- 403	-	-	-
Europ Assistance	4 222	-	-	-	4 222
GIGA – Grupo Integrado de Gestão de Acidentes	588	- 588	-	-	-
GNB Seguros	3 759	-	-	-	3 759
Tranquilidade – Corp. Angolana Seguros	7 318	-	-	-	7 318
Tranquilidade – Moçambique Seguros	1 361	-	- 645	-	716
Tranquilidade – Moçambique Seguros Vida	1 810	-	- 861	-	949
Total	19 561	- 991	- 1 506	-	17 064

De acordo com o IAS 36 e a política contabilística, a Companhia procedeu à análise de imparidade das subsidiárias e associadas tendo por base o *value in use* determinado com base nos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração de cada entidade ou o *fair value less cost to sell*, nos casos aplicáveis.

Durante o mês de dezembro de 2018, a Companhia chegou a acordo para alienar a sua participação na Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. a um outro acionista, Banco Económico, S.A., e também a um investidor local. Este acordo está ainda sujeito às aprovações da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros e do Banco Nacional de Angola, sendo expectável que tais aprovações sejam publicadas durante 2019. Decorrente dos termos deste acordo a Companhia reconheceu, já em 2018, uma imparidade no valor de 5,2 milhões de euros e procedeu à transferência da participação para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

Adicionalmente, a Companhia detém as seguintes entidades de finalidade especial, classificadas na rubrica de Ativos financeiros detidos para venda (Nota 6), nas quais exerce controlo e que estão incluídas no perímetro de consolidação:

	Sede	Atividade	% interesse económico	
			2018	2017
CORPUS CHRISTI	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	100,00%	100,00%
IMOPRIME	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	84,89%	84,89%
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME FINANCIAL BOND FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	100,00%

Em 2017 a empresa procedeu, através do organismo de investimento coletivo designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), ao investimento adicional de 270 milhões de euros nos sub-fundos de investimento mobiliário aberto referidos no quadro, tendo ao longo de 2018 reforçado os investimentos em 92 milhões de euros adicionais, representando em 31 de dezembro de 2018 um investimento total acumulado de 452 milhões de euros, distribuídos pelos 5 sub-fundos de investimento mobiliário aberto.

NOTA 8 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Caixa	81	117
Depósitos em instituições de crédito	56 647	52 704
Total	56 728	52 821

NOTA 9 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

Conforme referido na Nota 3, os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo do IFRS 5, os mesmos são avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos imóveis de rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
Propriedades de Investimento – Edifícios de Rendimento	2018	2017
Saldo Líquido a 1 de janeiro	266	43 891
Adições por aquisição	732	-
Transferências p/ ativos a descontinuar	-220	-34 939
Transferências de serviço próprio	-	7 697
Abates/Vendas	-	-9 959
Variações justo valor	-732	-6 424
Saldo Líquido a 31 de dezembro	46	266

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objetivo exclusivo de valorização.

Os valores referidos em 2017 e 2018 de Transferências correspondem a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspectiva estarem concluídos nos exercícios posteriores, com a efetiva realização. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	-	220
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	46	46
Total	46	266

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Rendimentos de rendas	612	1 207
Custos operacionais	27	465
em imóveis que geraram rendimentos de rendas	31	75
em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	-4	390

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é nulo em 2017 e 2018, sendo que o movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
Ativos Tangíveis – Edifícios de Serviço Próprio	2018	2017
Saldo Líquido a 1 de janeiro	-	33 257
Transferências p/ ativos a descontinuar	-	-15 789
Transferências p/ propriedades de investimento	-	-7 697
Abates/Vendas	-	-667
Imparidades – [(Dotação)/Utilização]	-	-8 590
Amortizações do exercício	-	-514
Saldo Líquido a 31 de dezembro	-	-

O valor referido em 2017 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspectiva estarem concluídos nos exercícios posteriores, com a efetiva realização. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Equipamento	53 778	48 427
Equipamento administrativo	5 388	5 126
Máquinas e ferramentas	2 048	2 032
Equipamento informático	35 222	34 589
Instalações interiores	2 678	2 678
Despesas edifícios arrendados	7 554	3 257
Material transporte	195	52
Outras imobilizações corpóreas	693	693
Imobilizado em Curso	-	2 051
Amortizações Acumuladas	- 48 067	- 46 260
Imparidades	-	-
	5 711	4 218

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)			
	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2017	3 445	-	3 445
Adições	243	2 051	2 294
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	- 1 521	-	- 1 521
Abates/Vendas	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2017	2 167	2 051	4 218
Adições	3 410	253	3 663
Transferências	2 304	- 2 304	-
Amortizações do exercício	- 2 170	-	- 2 170
Abates/Vendas	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2018	5 711	-	5 711

De referir ainda a existência de outros ativos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2018, 95 milhares de euros (2017: 78 milhares de euros).

NOTA 11 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O saldo do ativo de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	Edifícios – Rendimento	Edifícios – Uso Próprio	Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2017	37 254	23 571	-	60 825
Transferências	34 939	15 788	-	50 727
Variações justo valor	-	-	-	-
Abates / Vendas	- 37 254	- 23 571	-	- 60 825
Saldo a 31 de dezembro de 2017	34 939	15 788	-	50 727
Transferências	220	-	2 122	2 342
Variações justo valor	4 391	- 279	-	4 112
Abates / Vendas	- 24 152	- 13 457	-	- 37 609
Saldo a 31 de dezembro de 2018	15 398	2 052	2 122	19 572

Os valores referidos em 2017 e 2018 de Transferências de edifícios correspondem a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspectivam estarem concluídos nos exercícios posteriores, com a efetiva realização (Nota 9). Os imóveis que integram o saldo em 31 de dezembro de 2018 serão alienados até 31 de julho de 2019, após a conclusão dos processos de licenciamento em curso.

Os imóveis que foram transferidos para esta rubrica, em 2017 e 2018, ao abrigo do IFRS 5, foram avaliados de acordo com os valores descritos nas propostas ou nos contratos promessa de compra e venda ou deduzidos de eventuais custos de alienação.

Durante o mês de dezembro de 2018, a Companhia chegou a acordo para alienar a sua participação na Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. a um outro acionista, Banco Económico, S.A., e também a um investidor local. Este acordo está ainda sujeito às aprovações da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros e do Banco Nacional de Angola, sendo expectável que tais aprovações sejam publicadas durante 2019. Decorrente dos termos deste acordo a Companhia reconheceu já em 2018 uma imparidade no valor de 5,2 milhões de euros e procedeu à transferência da participação de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7).

NOTA 12 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. Com exceção do *Goodwill*, todas as vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas (amortização linear), 3 anos para o *software* (amortização linear) e com duração própria até à maturidade da respetiva carteira adquirida e amortização não linear, no caso do *Value in force* (VIF).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o *Goodwill* registado corresponde apenas à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos, no valor de 65 981 milhares de euros, referente à aquisição em 5 de agosto de 2016 da Açoreana Seguros, S.A.

O *goodwill* apurado deveu-se essencialmente à contabilização pelo justo valor das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e Vida financeiros, através do desconto dos *cash-flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (“EIOPA”) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de Solvência II.

Em 2018 foi efetuado o teste de imparidade ao *Goodwill* tendo por base o seu valor recuperável, não se tendo obtido qualquer indicador de imparidade. A estimativa do valor recuperável teve por base o *business plan* da Companhia e respetivas projeções de *cash-flows* descontadas a uma taxa de cerca de 9%.

Em 31 de dezembro de 2018, o VIF corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, no valor líquido de amortizações e imparidades de:

- 4 908 milhares de euros, referente à aquisição em 2006 da carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A.;
- 1 974 milhares de euros, referente à aquisição em 2016 da carteira de apólices Vida da Açoreana Seguros, S.A.

Estes ativos são amortizados pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido e previsto nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF da carteira adquirida em 2006 à GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo concluído pela existência de uma perda por imparidade no valor de 16 476 milhares de euros.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Goodwill	65 981	65 981
Outros Intangíveis	146 436	143 454
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	74 626	73 755
Software	13 295	12 509
Intangíveis em curso	1 680	355
Value in force	56 836	56 836
Amortizações Acumuladas	- 116 765	- 109 837
Outros Intangíveis	- 116 765	- 109 837
Imparidades	- 16 476	- 18 498
	79 176	81 100

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como se segue:

(milhares de euros)

	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Value in Force	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2017	65 981	21 037	8 442	370	2 763	9 462	87 018
Adições	-	6 288	42	329	5 917	-	6 288
Amortizações do exercício	-	- 9 051	- 5 448	- 295	-	- 3 308	- 9 051
Imparidades	-	2 129	-	-	-	2 129	2 129
Transferências	-	- 5 284	3 041	-	- 8 325	-	- 5 284
Saldo a 31 de dezembro de 2017	65 981	15 119	6 077	404	355	8 283	81 100
Adições	-	3 169	346	785	2 038	-	3 169
Amortizações do exercício	-	- 6 928	- 2 948	- 556	-	- 3 424	- 6 928
Imparidades	-	2 022	-	-	-	2 022	2 022
Transferências	-	- 188	525	-	- 713	-	- 188
Saldo a 31 de dezembro de 2018	65 981	13 195	4 000	633	1 680	6 882	79 176

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado com segue:

(milhares de euros)

	2019	2020	2021	2022	Após	Total
Amortização estimada	1 239	1 453	444	370	3 376	6 882

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	6 928	9 051
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro		
Montantes pagos – Montantes brutos	1 178	1 602
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	2 563	3 096
Gastos administrativos	2 910	4 030
Gastos financeiros		
Outros	277	323

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES*Ativos e ajustamentos*

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Ativo Bruto	59 800	70 458
Tomadores de seguro		
recibos por cobrar	42 563	53 412
reembolsos de sinistros	6 762	7 317
Mediadores de seguro	7 155	1 904
Cosseguradoras	3 320	7 825
Ajustamentos	- 7 308	- 8 790
Recibos por cobrar	- 4 269	- 3 849
Créditos de cobrança duvidosa	- 3 039	- 4 941
Ativo Líquido	52 492	61 668

Os reembolsos brutos de imparidades e exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 3 569 milhares de euros (2017: 4 416 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Ativo Bruto	51 080	62 429
Resseguradores	41 521	53 025
Ressegurados	9 559	9 404
Ajustamentos	- 4 827	- 3 980
Créditos de cobrança duvidosa	- 4 827	- 3 980
Ativo Líquido	46 253	58 449

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Ressegurados” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 8,3 milhões de euros (2017: 8,6 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 4,1 milhões de euros (2017: 2,4 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Ressegurados” inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias em Moçambique, no valor total de cerca de 1,2 milhões de euros (2017: 0,8 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 0,4 milhões de euros (2017: 0,3 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Ativo Bruto	32 237	28 223
Entidades relacionadas	7 816	8 027
Operações imobiliárias	-	553
Adiantamentos a fornecedores de bens e serviços	110	95
IFAP	5 058	2 397
FAT	1 565	1 222
Gestão por conta IDS e Representadas	7 384	5 153
Cauções	1 906	1 446
Planos de pagamento	4 982	5 360
Rendas e outros valores à cobrança	906	943
Pessoal	407	390
Clientes	63	164
Outros valores a receber	2 040	2 473
Ajustamentos	- 12 843	- 13 210
Créditos de cobrança duvidosa	- 12 843	- 13 210
Ativo Líquido	19 394	15 013

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Entidades relacionadas” inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 6,0 milhões de euros (2017: 6,0 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 5,2 milhões de euros (2017: 5,4 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Entidades relacionadas” inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias de Moçambique, no valor de cerca de 1,3 milhões de euros (2017: 1,2 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 0,5 milhões de euros (2017: 0,4 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de janeiro	3 849	3 439
Dotações do exercício	420	410
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro	4 269	3 849
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de janeiro	22 131	19 653
Dotações do exercício	-	2 478
Reversões do exercício	- 1 422	-
Saldo em 31 de dezembro	20 709	22 131

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Acréscimos de Rendimentos	631	1 499
<i>Profit commission de resseguro</i>	280	305
Prestações de serviços	351	1 194
Gastos Diferidos	2 213	1 426
Seguros	112	47
Rendas	333	284
Outros serviços	1 768	1 095
Total	2 844	2 925

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo em 2018 no valor de 117 567 milhares de euros, (2017: 124 404 milhares de euros), diz respeito a contratos de investimento comercializados pela Companhia, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida.

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	4 460	4 157
Mediadores de seguro		
Comissões a pagar	3 144	3 446
Contas correntes	9 391	3 913
Cosseguradoras	1 521	8 748
Prémios recebidos antecipadamente	18 798	14 408
Total	37 314	34 672

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Resseguradores	32 848	54 232
Ressegurados	12	12
Total	32 860	54 244

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Entidades relacionadas	-	2
Outros fornecedores de bens e serviços	3 051	2 113
IFAP	1 642	1 013
Pensões AT	1 353	1 571
Outros valores a pagar	5 419	3 227
Total	11 465	7 926

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Rendimentos Diferidos	18	54
Rendas	18	54
Acréscimo de Custos	42 477	58 214
Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	14 532	34 052
Custos de aquisição (incentivos e comissões)	16 858	10 519
Fornecimentos e serviços externos	10 965	13 411
Impostos	122	232
Total	42 495	58 268

Os valores de Acréscimos de Custos com pessoal incluem estimativas de custos reestruturação no montante de 2 120 milhares de euros (2017: 21 919 milhares de euros).

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Contingências fiscais e de segurança social	11	2 257
Contingências judiciais	742	1 001
Outras provisões	814	750
Total	1 567	4 008

(milhares de euros)		
	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	4 008	1 615
Dotações do exercício	311	2 925
Utilizações do exercício	-2 752	-532
Saldo em 31 de dezembro	1 567	4 008

Em 2017, a Companhia constituiu provisões para i) eventual contingência com a Segurança Social no valor de 2 257 milhares de euros referente a diferenças de interpretação sobre a incidência de contribuições sobre algumas remunerações variáveis relativas a anos transatos e ii) contingências contratuais relativas à alienação de imóveis no valor de 750 milhares de euros. Em 2018, a Companhia liquidou os valores referentes à contingência com a Segurança Social atrás referida, tendo igualmente impugnado judicialmente o tema e os montantes correspondentes.

NOTA 14 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, a variação da Provisão para Prémios Não Adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vida						
Tradicionais	41 106	40 727	-284	491	41 390	40 236
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	12 346	14 191	-	-	12 346	14 191
Não-Vida						
Acidentes e doença	242 759	220 135	923	1 414	241 836	218 721
Incêndio e outros danos	112 197	106 003	-1 028	-834	113 225	106 837
Automóvel	331 921	295 959	11 637	7 899	320 284	288 060
Marítimo, aéreo e transportes	6 190	6 341	-145	-345	6 335	6 686
Responsabilidade civil geral	17 416	17 253	414	-68	17 002	17 321
Crédito e caução	78	79	-9	-23	87	102
Proteção jurídica	74	199	-81	-8	155	207
Assistência	37 422	36 782	730	204	36 692	36 578
Diversos	2 852	2 880	-149	-202	3 001	3 082
Total	804 361	740 549	12 008	8 528	792 353	732 021

Os prémios emitidos, a variação da Provisão para Prémios Não Adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vida						
Tradicionais	5 128	4 771	-1	5	5 129	4 766
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Não-Vida						
Acidentes e doença	4 864	7 441	49	-7	4 815	7 448
Incêndio e outros danos	43 463	41 330	-667	-2 361	44 130	43 691
Automóvel	1 419	1 079	-	-	1 419	1 079
Marítimo, aéreo e transportes	2 803	2 920	-187	-266	2 990	3 186
Responsabilidade civil geral	2 443	1 849	267	38	2 176	1 811
Crédito e caução	29	22	-1	-11	30	33
Proteção jurídica	3	28	-20	-3	23	31
Assistência	28 359	26 435	1 263	1 164	27 096	25 271
Diversos	2 626	2 858	-101	-99	2 727	2 957
Total	91 137	88 733	602	-1 540	90 535	90 273

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não-Vida de 2018, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	239 027	238 300	167 057	56 772	287
Incêndio e outros danos	111 526	112 470	87 485	33 967	12 424
Automóvel					
Responsabilidade civil	203 137	197 559	158 325	51 319	5 724
Outras coberturas	128 469	122 402	73 548	33 469	-640
Marítimo, aéreo e transportes	6 064	6 248	12 365	1 600	7 603
Responsabilidade civil geral	17 313	16 895	7 579	5 083	-1 761
Crédito e caução	78	87	-367	22	-299
Proteção jurídica	74	155	5	39	-23
Assistência	37 422	36 692	4	9 379	-27 096
Diversos	2 852	2 990	5 170	640	2 382
Total	745 962	733 798	511 171	192 290	-1 399
Resseguro Aceite	4 947	4 819	1 774	1 104	-315
Total Geral	750 909	738 617	512 945	193 394	-1 714

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	53 452	54 918
Relativos a contratos individuais	41 511	35 751
Relativos a contratos de grupo	11 941	19 167
	53 452	54 918
Periódicos	39 391	44 009
Não Periódicos	14 061	10 909
	53 452	54 918
De contratos sem participação nos resultados	34 197	31 333
De contratos com participação nos resultados	19 255	23 585
	53 452	54 918
Saldo de Resseguro	- 564	- 1 032

NOTA 15 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 – RENDIMENTOS/RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito, é como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Juros	12 303	13 827
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 694	13 086
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	576	776
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Depósitos, empréstimos e outros ativos	33	- 35
Rendas	612	1 207
Terrenos e edifícios	612	1 207
Dividendos	21 801	8 677
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 842	4 615
Ativos financeiros disponíveis para venda	18 959	4 059
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	3
Total	34 716	23 711

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo, é como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	5 933	5 525
De outros emissores	6 337	8 337
Ações	2 963	5 455
Outros títulos de rendimento variável	18 838	3 222
Imóveis	612	1 207
Depósitos	- 208	- 218
Empréstimos e outros ativos	241	183
Total	34 716	23 711

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Custos imputados à função investimentos	5 454	4 537
Custos diretos de funcionamento	27	465
Total	5 481	5 002

NOTA 17 – GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)						
	2018			2017		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros – Não ao Justo Valor por Resultados	41 050	- 4 116	36 934	11 526	- 2 020	9 506
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 144	- 4 116	5 028	11 507	- 1 952	9 555
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	31 906	-	31 906	19	- 68	- 49
Financeiros – ao Justo Valor por Resultados	88	- 203	- 115	270	- 215	55
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	88	- 203	- 115	270	- 215	55
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Não Financeiros	-	-	-	493	- 330	163
Terrenos e edifícios – Uso próprio	-	-	-	4	- 143	- 139
Terrenos e edifícios – Rendimento	-	-	-	489	- 187	302
Ativos Não Correntes Classificados como Detidos para Venda	8 798	- 10 140	- 1 342	11 746	- 512	11 234
Terrenos e edifícios – Uso próprio	-	-	-	11 746	-	11 746
Terrenos e edifícios – Rendimento	8 798	- 10 140	- 1 342	-	- 512	- 512
Total	49 936	- 14 459	35 477	24 035	- 3 077	20 958

Os valores em 2017 de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, correspondem às valias realizadas nas vendas da CRIA – Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes e da GIGA – Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, respetivamente, uma mais-valia de 19 milhares de euros e uma menos-valia de 68 milhares.

Os valores em 2018 de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, correspondem às valias realizadas nas vendas da Europ Assistance, S.A. e da GNB – Companhia de Seguros, S.A., respetivamente, uma mais-valia de 19 765 milhares de euros e uma mais-valia de 12 141 milhares.

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB–Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento não *Unit Linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem os ganhos e perdas dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de -3 332 milhares de euros (2017: -4 080 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 18 – GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2018			2017		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros – ao Justo Valor	7	- 729	- 722	306	- 127	179
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
Títulos de dívida	7	- 510	- 503	192	- 127	65
Ações, UP's e outros títulos de rendimento variável	-	- 219	- 219	114	-	114
Não Financeiros	-	- 732	- 732	7 017	- 22 030	- 15 013
Terrenos e edifícios – Rendimento	-	- 732	- 732	7 017	- 13 441	- 6 424
Terrenos e edifícios – Serviço próprio	-	-	-	-	- 8 589	- 8 589
Total	7	- 1 461	- 1 454	7 323	- 22 157	- 14 834

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento *Unit Linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem os ganhos e perdas dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de 3 620 milhares de euros (2017: 3 775 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 19 – GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CâMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)						
	2018			2017		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1 040	- 1 040	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros	1 283	- 893	390	759	- 1 976	- 1 217
Total	1 283	- 893	390	1 799	- 3 016	- 1 217

NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Outros Rendimentos Técnicos	12 926	8 956
Comissões de gestão de cosseguro	111	192
Taxas de gestão de sinistros	-	-
Gestão por conta de sinistros	12 815	8 764
Outros Gastos Técnicos	18 619	13 067
Comissões de gestão de cosseguro	1 118	515
Gestão por conta de sinistros	17 501	12 552
Total	- 5 693	- 4 111

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Outros Rendimentos Não Técnicos	4 438	7 729
Restituição de impostos	171	4 898
Outros ganhos	2 866	2 356
Juros e outros ganhos financeiros	708	44
Serviços prestados	693	403
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	-	28
Outros Gastos Não Técnicos	2 923	4 467
Donativos	147	198
Mecenato	67	67
Ofertas a clientes	110	38
Multas	42	24
Quotizações	26	20
Dívidas incobráveis	55	1 895
Outros gastos	2 154	2 040
Serviços bancários e juros de mora	322	185
Total	1 515	3 262

Em 2017, a Companhia recebeu uma indicação favorável sobre o deferimento parcial de um requerimento de isenção de impostos liquidados no âmbito do processo de fusão de 2016 e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sendo essa a justificação do valor de Restituição de impostos, pois o reembolso consistirá em cerca de 4,9 milhões de euros. Não obstante o deferimento não ter sido total, a Companhia interpôs ação judicial sobre os restantes 0,6 milhões de euros que perfaziam os 5,5 milhões de euros da totalidade do requerimento.

NOTA 21 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de Custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros – Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função é como segue:

(milhares de euros) (%)

2018	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	11 579	20%	20 936	35%	24 557	41%	2 084	4%	59 156	100%
Fornecimentos e serviços externos	7 018	14%	18 627	38%	21 572	45%	1 230	3%	48 447	100%
Impostos	3	0%	3 670	66%	1 875	34%	8	0%	5 556	100%
Amortizações	1 880	21%	2 911	32%	3 525	38%	782	9%	9 098	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	1 350	100%	1 350	100%
Total	20 480	17%	46 144	37%	51 529	42%	5 454	4%	123 607	100%

(milhares de euros) (%)

2017	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	23 472	24%	43 532	45%	29 280	30%	1 379	1%	97 663	100%
Fornecimentos e serviços externos	9 122	17%	23 126	44%	20 055	38%	697	1%	53 000	100%
Impostos	691	12%	9	0%	4 866	84%	231	4%	5 797	100%
Amortizações	1 963	18%	3 792	34%	4 937	44%	394	4%	11 086	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	7	0%	11	1%	145	7%	1 836	92%	1 999	100%
Total	35 255	21%	70 470	42%	59 283	34%	4 537	3%	169 545	100%

A Companhia, após o processo de fusão ocorrido no final de 2016 e decorrente da reestruturação organizacional e de integração de sistemas informáticos ocorrida em 2017 e 2018, concretizou no final de 2018 uma revisão dos critérios de imputação dos custos por natureza, tendo em atenção uma nova estrutura de centros de custo e respetivas alocações por função, bem como uma nova repartição entre custos alocados a Vida e Não-Vida e consequentemente na inerente repartição mais detalhada por ramos.

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Eletricidade e Água	565	677
Combustíveis	621	627
Material de escritório, impressos e outros	130	182
Artigos para oferta	8	628
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	462	379
Manutenção de equipamento informático	6 001	5 974
Rendas	4 088	3 797
Aluquer operacional de viaturas e outros alugueres	2 223	2 280
Despesas de deslocação e representação	791	1 085
Comunicações telefónicas e redes	239	427
Correios	3 088	3 095
Seguros	374	256
Avenças e honorários	214	369
Publicidade e marketing	4 790	4 875
Limpeza, higiene e conforto	464	530
Vigilância e segurança	131	177
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	13 611	16 792
Serviços e desenvolvimentos informáticos	7 364	7 745
Quotizações APS	485	876
Cobrança de prémios	1 388	1 379
Formação de mediadores	65	64
Trabalho temporário	439	98
Outros serviços e fornecimentos diversos	906	688
Total	48 447	53 000

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Taxa para a ASF	1 837	1 674
Taxa para o FAT	1 835	1 866
Imposto municipal sobre imóveis	17	4
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	1 744	1 815
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	107	103
Outros impostos, taxas e licenças	16	335
Total	5 556	5 797

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2018	2017
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	2 838	4 094
Software	557	294
Outros ativos intangíveis	3 533	4 663
Equipamento informático	521	716
Imóveis de uso próprio	-	514
Equipamento administrativo e máquinas	236	205
Instalações interiores	111	123
Outro equipamento	1 302	477
Total	9 098	11 086

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

O montante de Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Juros de depósitos de resseguradores	-	60
Juros de passivos subordinados	-	104
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	1 350	1 835
Total	1 350	1 999

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	88 230	78 590
Custos imputados	46 144	70 470
Outros custos de aquisição	22 664	17 428
Custos de aquisição diferidos (variação)	- 1 486	- 3 472
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	4 760	4 978
Custos imputados	51 529	59 283
Comissões e participação nos resultados de resseguro	- 12 506	- 13 874
Total	199 335	213 403

NOTA 22 – GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia segregado por categoria profissional é analisado como segue:

	2018	2017
Diretores/Gestão de Topo	24	27
Gestores/Gestão Intermédia	35	41
Coordenadores/Gestão Operacional	122	149
Técnicos	396	463
Especialistas/Operacionais	344	438
Auxiliares	3	5
Total	924	1 123

Após terminado o prazo concedido pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em que vigorou o Estatuto de Empresa em Reestruturação, o número de trabalhadores fixou-se, no final de 2018, nos 924 trabalhadores.

O montante das despesas com o pessoal é discriminado como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Remunerações – Órgãos sociais	2 710	2 482
Remunerações – Pessoal	39 934	43 570
Encargos sobre remunerações – Órgãos Sociais	878	413
Encargos sobre remunerações – Pessoal	11 162	11 447
Planos de contribuição definida	1 169	1 071
Benefícios pós-emprego – Planos de pensões de benefícios definidos	200	397
Benefícios de cessação de emprego	- 282	35 610
Seguros obrigatórios	1 029	855
Gastos de ação social	1 177	1 110
Formação	250	392
Outros gastos com pessoal	929	316
Total	59 156	97 663

O valor de Benefícios de cessação de emprego em 2017 englobava os montantes tanto já incorridos como os ainda estimados à altura referentes ao processo de reestruturação aprovado pelo Conselho de Administração, no seguimento do processo de fusão ocorrido no final de 2016, o qual foi igualmente submetido e aprovado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Os custos com pessoal incluem em 2018 um custo com planos individuais de reforma de 1 169 milhares de euros (2017: 1 071 milhares de euros), dos quais 390 milhares de euros (2017: 425 milhares de euros) dizem respeito aos órgãos sociais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados e a faturar pela KPMG e Associados, SROC, S.A., o Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2018, excluindo despesas e imposto sobre o valor acrescentado, ascendem a 330 milhares de euros, dos quais 265 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas, 49 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente no âmbito de Solvência II e dos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e política antifraude e 16 milhares de euros relativos a outros serviços não incluídos nos conceitos anteriores.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Companhia assume a responsabilidade de atribuir aos seus empregados, benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes são aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, originariamente aplicável, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social.

Como referido na Nota 3, a Companhia declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Existem também planos que abrangem um conjunto de benefícios de saúde para os empregados no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Como também mencionado na Nota 3, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Este Contrato Coletivo de Trabalho foi, entretanto, sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE n.º 4 de 29 de janeiro de 2016, o qual foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, e que ampliou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano individual de reforma de contribuição definida;
- ii) prémio de permanência equivalente a 50% do ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano de pensões aplicável aos empregados cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangido pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano. Adicionalmente, a Companhia efetuou o “curtailment” ao plano de pensões de benefício definido dos Administradores que tinha até 31 de dezembro de 2015. No decurso de 2016 foi acordado entre o Associado (Tranquilidade) e os participantes e beneficiários com direitos adquiridos a renúncia ao plano em vigor.

Estes participantes acordaram a transferência do valor de responsabilidades financiadas no fundo de pensões, à data da renúncia, para uma adesão a um fundo de pensões aberto de contribuição definida. Para os reformados com pensões em pagamento a responsabilidade é coberta através da compra de rendas vitalícias, assegurando os pagamentos futuros.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Companhia é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os empregados pertencentes ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, são os seguintes:

	2018	2017
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,50%	0,50%
Taxa de desconto	1,00%	1,00%
Probabilidade de passagem à pré-reforma	5,00%	15,00%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	Project Unit Credit Method

O impacto da alteração em 2018 do pressuposto referente à probabilidade de passagem à pré-reforma representou um acréscimo de cerca de 3,9 milhões de euros nos desvios atuariais.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores e ex-administradores da Global Seguros, do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, são as seguintes:

	2018	2017
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de desconto	1,55%	1,55%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	Project Unit Credit Method

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

O número de participantes abrangidos pelo plano de benefício definido era o seguinte:

	2018	2017
Ativos	33	59
Reformados	291	299
Total	324	358

As responsabilidades por serviços passados da Companhia, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)						
	2018			2017		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro	- 24 558	- 304	- 24 862	- 47 585	- 357	- 47 942
Saldo do fundo em 31 de dezembro	27 458	-	27 458	48 179	-	48 179
Ativos/(Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de dezembro	2 900	- 304	2 596	594	- 357	237

Em 2018, a rubrica de Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, para além do valor de 2 596 milhares de euros (2017: 237 milhares de euros) inclui também uma dedução das responsabilidades com os benefícios de contribuição definida de 451 milhares de euros (2017: 28 milhares de euros), totalizando desta forma 2 145 milhares de euros (2017: 209 milhares de euros).

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

Ainda em 2018, a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo inclui as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 235 milhares de euros (2017: 415 milhares de euros).

Importa ainda referir que, no passado, parte das responsabilidades com pensões de reforma foram transferidos pelo Fundo para a Companhia através da aquisição de apólices de seguros de Vida (rendas) junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (entidade cuja fusão por incorporação na Seguradoras Unidas, S.A. ocorreu em 30 de dezembro de 2016).

O número de pensionistas (rendeiros) coberto por essas apólices ascende a 272 (2017: 288), e o valor total da responsabilidade ascende a 5 293 milhares de euros (2017: 5 877 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades com pensões em pagamento da Companhia encontravam-se integralmente financiadas. O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da Segurança Social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano. O fundo de pensões da Companhia apresenta uma duração média de cerca de 6 anos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade) e 9 anos (Fundo de Pensões Açoreana Seguros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2018			2017		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	47 585	357	47 942	54 003	770	54 773
Settlement de benefícios	-13 434	-	-13 434	-	-	-
Custo do serviço corrente	54	-	54	216	-	216
Custo dos juros	539	2	541	455	14	469
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-6 640	-55	-6 695	-2 820	-345	-3 165
Pensões pagas pelo Fundo	-3 513	-	-3 513	-4 150	-	-4 150
Benefícios pagos pela Companhia	-	-	-	-	-82	-82
Curtailment	-33	-	-33	-119	-	-119
Responsabilidades em 31 de dezembro	24 558	304	24 862	47 585	357	47 942

A redução das responsabilidades face ao exercício anterior deve-se essencialmente a i) liquidação do Fundo de Pensões afeto ao plano de pensões de benefício definido dos Administradores que tinha até 2015, no montante de 13 434 milhares de euros e ii) ganhos atuariais relativos à redução da ocorrência de pré-reformas de ativos, em virtude do processo de reestruturação que a Companhia teve ao longo dos últimos anos.

A evolução do valor do Fundo de Pensões pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2018			2017		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de janeiro	48 179	-	48 179	51 048	-	51 048
Settlement de benefícios	-13 434	-	-13 434	-	-	-
Rendimento real do fundo						
Rendimentos de juros	416	-	416	411	-	411
Ganhos e perdas atuariais	-745	-	-745	1 112	-	1 112
Pensões pagas pelo fundo	-3 513	-	-3 513	-4 150	-	-4 150
Asset ceiling	-3 391	-	-3 391	-	-	-
Transferências para outros fundos de pensões	-54	-	-54	-242	-	-242
Saldo do Fundo em 31 de dezembro	27 458	-	27 458	48 179	-	48 179

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

A redução no valor dos ativos prende-se com a liquidação do Fundo de Pensões afeto ao plano de pensões de benefício definido dos Administradores que tinha até 2015.

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2018			2017		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de janeiro	- 4 778	263	- 4 515	- 846	608	- 238
(Ganhos) e perdas atuariais						
nas responsabilidades	- 6 640	- 55	- 6 695	- 2 820	- 345	- 3 165
nos ativos do plano	745	-	745	- 1 112	-	- 1 112
Asset ceiling	3 391	-	3 391	-	-	-
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de dezembro	- 7 282	208	- 7 074	- 4 778	263	- 4 515

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2018			2017		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
(Ativos) / Passivos a Receber ou Entregar em 1 de janeiro	- 594	357	- 237	2 955	770	3 725
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	- 6 640	- 55	- 6 695	- 2 820	- 345	- 3 165
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	745	-	745	- 1 112	-	- 1 112
Encargos do ano:						
Custo do serviço corrente	54	-	54	216	-	216
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	123	2	125	44	14	58
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-	-	-	- 82	- 82
Asset ceiling	3 391	-	3 391	-	-	-
Curtailment	21	-	21	123	-	123
(Ativos) / Passivos a Receber ou Entregar em 31 de dezembro	- 2 900	304	- 2 596	- 594	357	- 237

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2018			2017		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	54	-	54	216	-	216
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	123	2	125	44	14	58
Curtailment	21	-	21	123	-	123
Custos do Exercício	198	2	200	383	14	397

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

	2018		2017	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	- 421	437	- 581	604
Variação na evolução das pensões	532	- 516	668	- 651
Variação na evolução dos salários	183	- 178	295	- 259

Tendo em atenção que coexistem dois fundos, os ativos do Fundo de Pensões total são reportados em separado, conforme 2 quadros seguintes.

Os valores de ativos abaixo divulgados, e que não incluem qualquer ativo no Grupo, representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade, o qual até ao exercício de 2017 se encontrava fusionado com o Fundo de Pensões do Grupo GNB Seguros Vida, do qual a Companhia detinha em 2017 cerca de 53,7%, podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 780	4 495
Titulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	17 213	47 016
Imobiliário	526	783
Liquidez	728	1 769
Subscrições e resgates em processamento	-	-
Outros ativos	95	100
Total	20 342	54 163

Com referência a 29 de dezembro de 2016 a Açoreana Seguros, S.A. extinguiu a adesão coletiva n.º 2 ao Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP, procedendo à constituição do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, fundo fechado constituído em 29 de dezembro de 2016, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2012.

Este Fundo é um Património Autónomo, exclusivamente afeto à realização dos três Planos de Pensões previstos no seu contrato constitutivo (dois Planos de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida) e os valores dos seus ativos, que não incluem qualquer ativo no Grupo, podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 277	4 240
Titulos de rendimento fixo e fundos de obrigações	11 862	12 314
Imobiliário	2 679	2 786
Liquidez	1 053	1 058
Subscrições e resgates em processamento	-	-
Outros ativos	-	1 763
Total	19 871	22 161

Do valor total dos ativos dos 2 fundos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e Fundo de Pensões Açoreana Seguros) cerca de 24% dizem respeito a ativos a cobrir os planos de contribuição definida. O valor total dos ativos dos 2 fundos estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis descritos na Nota 6, é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Nível 1	36 176	72 197
Nível 2	1 240	1 368
Nível 3	2 798	2 759
Total	40 213	76 324

A reconciliação dos ativos de nível 3 é como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
1 de janeiro	2 759	2 550
Compras	601	321
Alienações	- 248	- 52
Variação de justo valor	- 314	- 60
31 de dezembro	2 798	2 759

O nível 3 é representado essencialmente por fundos imobiliários fechados e a variação de justo valor dos mesmos em cerca de 10% corresponderia a uma perda ou ganho estimado de 280 milhares de euros (2017: 276 milhares de euros).

NOTA 24 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo que em 2017 se registou um prejuízo fiscal, o cálculo do imposto corrente do exercício de 2018 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 22,5%, que corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2016 e genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspecionadas. Não obstante, já depois de ter inspecionado os exercícios de 2015 e 2016, a Autoridade Tributária decidiu proceder, em 2018, à inspeção sobre o exercício de 2014, exercício este que já tinha sido alvo de análise aquando do requerimento de manutenção de prejuízos fiscais solicitado pela Companhia em 2015 com decisão favorável da Autoridade Tributária no mesmo ano.

Desta inspeção ao exercício de 2014 resultaram divergências, maioritariamente relativas à aceitação de menos-valias sobre a venda de títulos, com impacto negativo em resultados no valor de 24,9 milhões de euros (0,5 milhões de euros de insuficiência de estimativa de imposto e 24,4 milhões de euros de reversão de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais), sendo que estas divergências vão ser impugnadas judicialmente pela Companhia.

De uma forma geral e referentes a questões fiscais de IRC, IVA, IMT e Imposto do selo, a Companhia já submeteu, ou está a preparar a submissão, de processos de impugnação judicial no valor total de cerca de 43,3 milhões de euros relativos a impostos e juros pagos ou à não aceitação de prejuízos fiscais, atinentes fundamentalmente a IRC dos exercícios de 2006 e 2014, no valor de 15,6 e 24,9 milhões de euros, respetivamente. No caso de as decisões judiciais serem favoráveis os respetivos valores serão considerados proveitos nos exercícios em que essas decisões sejam conhecidas e irrevogáveis.

Os exercícios ainda não inspecionados estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

As entidades fusionadas na Companhia apresentaram resultados fiscais negativos nos exercícios descritos conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte Não Reconhecido	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2014	116 149	-	116 149	-	2026
2015	2 308	-	-	2 308	2027
2016	93 374	-	-	93 374	2028
2017	38 378	-	-	38 378	2022
2018	14 057	-	-	14 057	2023
Total	264 266	0	116 149	148 117	-

Para efeito do cálculo de impostos diferidos e apuramento do valor base de diferenças temporárias, a Companhia realizou um teste de recuperabilidade do total dos prejuízos fiscais das 4 entidades fusionadas face ao plano de negócio aprovado pelos órgãos de gestão e os lucros tributáveis expectáveis decorrentes.

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis, a efetuar em cada um dos períodos de tributação, não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Em virtude da fusão ocorrida os prejuízos fiscais das entidades fusionadas, com exceção dos referentes à entidade incorporante, ficam sujeitos a uma limitação anual de dedução correspondente ao rácio entre o respetivo capital próprio de cada uma e do último período encerrado anterior à fusão e a totalidade dos capitais próprios de todas as entidades envolvidas na fusão nesse mesmo período.

Sobre os prejuízos fiscais de 2015 da entidade fusionada Açoreana Seguros, S.A., tendo em atenção a alteração da titularidade de mais de 50% do capital social no decurso de 2016 e a limitação à dedução dos prejuízos fiscais consagrada no n.º 8 do Código do IRC, a Companhia entendeu, por se tratar de um ativo contingente à data de encerramento do exercícios de 2017 e 2018, não reconhecer o ativo por impostos diferidos no montante de 6,2 milhões de euros decorrente desses prejuízos reportáveis, os quais seriam passíveis de utilização nos 12 exercícios posteriores.

A entidade fusionada Açoreana Seguros, S.A. entregou em 2016, dentro dos prazos legais, os respetivos requerimentos de pedido de autorização para manutenção destes prejuízos fiscais, estando, à data de encerramento do exercícios de 2017 e 2018, a aguardar o deferimento dos mesmos por parte da Autoridade Tributária.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2018		2017	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	112	374	109	227
Retenção de imposto na fonte	12	2 408	28	1 712
Imposto sobre o valor acrescentado	82	227	60	949
Outros impostos e taxas	793	12 891	411	11 528
Contribuições para a segurança social	11	1 425	195	1 620
Tributos das autarquias locais	5 018	-	4 899	-
Total	6 028	17 325	5 702	16 036

Em 2017, a Companhia recebeu uma indicação favorável sobre o deferimento parcial de um requerimento de isenção de impostos liquidados no âmbito do processo de fusão de 2016 e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sendo essa a justificação do valor de Tributos das autarquias locais pois o reembolso estimado consistia em cerca de 4,9 milhões de euros.

Em 2018 a Companhia recebeu o efetivo deferimento parcial por parte da Autoridade Tributária, que permitiu rever o valor referido para 5,0 milhões de euros, e, dado que o deferimento não foi total, a Companhia interpôs ação judicial em janeiro de 2019 sobre os restantes 0,4 milhões de euros que perfaziam os 5,4 milhões de euros da totalidade do requerimento.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço pelo seu líquido podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Investimentos	25 065	25 658	- 1 231	- 5 572	23 835	20 087
Benefícios pós-emprego	582	5 548	-	-	582	5 548
Provisões não aceites	604	955	-	-	604	955
Prejuízos Fiscais	31 104	49 460	-	-	31 104	49 460
Imóveis	17	4 493	- 1 523	-	- 1 505	4 493
Value in force	4 071	4 595	- 488	- 651	3 584	3 944
Provisões Técnicas	14 459	16 506	-	-	14 459	16 506
Outras diferenças temporárias	402	1 492	-	-	402	1 492
Total	76 306	108 707	- 3 241	- 6 222	73 065	102 485

Em 2018 e originado pela fusão da Açoreana Seguros, S.A., encontra-se reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 17 107 milhares de euros (2017: 17 107 milhares de euros) decorrente das imparidades (ativos disponíveis para venda) ou perdas potenciais (ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através dos ganhos e perdas) associadas à participação detida no BANIF, S.A.

O reconhecimento do aludido ativo decorre do facto de ser expectável que as referidas perdas concorram para efeitos da determinação do lucro tributável quando forem efetivamente realizadas, nomeadamente por via da liquidação do BANIF, S.A. nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2018, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 295 milhares de euros (2017: 695 milhares de euros) relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2018, e em função de i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2019 e ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a Companhia alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 24,84% para 24,71% (diminuição de cerca de 227 milhares de euros).

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)				(milhares de euros)			
2018	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total	2017	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	- 1 421	- 1 421	Imposto Corrente	210	- 1 487	- 1 277
Estimativa de IRC	-	-	-	Estimativa de IRC	210	- 210	-
Imposto autónomo	-	- 1 421	- 1 421	Imposto autónomo	-	- 1 277	- 1 277
Imposto Diferido	5 603	- 35 023	- 29 420	Imposto Diferido	- 3 804	14 393	10 589
Investimentos	4 341	- 593	3 748	Investimentos	- 2 178	- 313	- 2 491
Benefícios pós-emprego	-	- 4 966	- 4 966	Benefícios pós-emprego	-	5 233	5 233
Provisões não aceites	-	- 351	- 351	Provisões não aceites	-	- 1 325	- 1 325
Prejuízos Fiscais	1 262	- 19 617	- 18 355	Prejuízos Fiscais	- 1 626	8 150	6 524
Imóveis	-	- 5 998	- 5 998	Imóveis	-	5 462	5 462
Value in force	-	- 361	- 361	Value in force	-	- 406	- 406
Provisões Técnicas	-	- 2 047	- 2 047	Provisões Técnicas	-	- 1 166	- 1 166
Outras diferenças temporárias	-	- 1 090	- 1 090	Outras diferenças temporárias	-	- 1 241	- 1 241
Total	5 603	- 36 444	- 30 841	Total	- 3 594	12 906	9 312

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Resultado antes de impostos	87 090	- 54 596
Taxa de imposto nominal	21,0%	21,0%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	- 18 289	11 465
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	- 1 439	- 922
Prejuízos fiscais desreconhecidos	- 24 391	-
Outros proveitos e custos excluídos de tributação/diferença de taxa ID's	1 250	142
Imposto Autónomo	- 1 421	- 1 277
Imóveis	267	4 014
Dividendos excluídos da tributação	601	1 045
Benefícios fiscais	111	187
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	6 868	- 1 747
Imposto Reconhecido nos Resultados	- 36 444	12 906
Taxa de Imposto Efetiva	41,8%	23,6%

NOTA 25 – CAPITAL

Em 2016, o acionista procedeu a diversas operações de reforço e devolução de prestações acessórias, tendo o valor líquido destes movimentos refletido um reembolso de 32,9 milhões de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2018, o valor de prestações acessórias ascende a 27,1 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social ascende a 182 milhões de euros, representado por 182 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontra realizado em 84 milhões de euros, pelo seu acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l.. O capital não realizado deverá ser realizado até ao termo do prazo de 5 anos a contar do dia 30 de dezembro de 2016, podendo ser realizado antecipadamente mediante pedido fundamentado do Conselho de Administração nesse sentido.

Os resultados dos exercícios de 2017 e de 2016 foram aplicados em 2018 e 2017, respetivamente, conforme indicado:

(milhares de euros)		
	2018	2017
Resultados Transitados	- 41 690	26 866
Pagamento de Dividendos	-	-
Reserva Legal	-	2 985
Total	- 41 690	29 851

NOTA 26 – RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva Legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por Impostos Diferidos e Correntes

Os impostos diferidos e correntes reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas Livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Reserva Desvios Atuariais

De acordo com o IAS 19 – Benefícios a empregados, a Companhia reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Reservas de justo valor de ativos financeiros	- 3 477	20 066
Reserva por impostos diferidos	- 128	- 5 731
Outras reservas	49 247	46 688
Reserva legal	42 173	42 173
Reserva desvios atuariais	7 074	4 515
Reservas livres	-	-
Reservas	45 642	61 023

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Titulos de rendimento fixo	2 847	7 771
Titulos de rendimento variável	- 1 367	17 705
Shadow accounting	- 4 957	- 5 410
Reservas de Justo Valor	- 3 477	20 066

A reserva de justo valor líquida explica-se como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	1 518 557	1 492 212
Imparidade	- 7 580	- 9 343
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	1 510 977	1 482 869
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	1 512 457	1 508 345
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor – custo)	1 480	25 476
Impostos diferidos e correntes	- 128	- 5 731
Shadow Accounting	- 4 957	- 5 410
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	- 3 605	14 335

O movimento da reserva de justo valor líquida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Saldo a 1 de janeiro	14 335	3 917
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	- 23 093	25 181
Imparidade reconhecida no ano	- 903	- 7 329
Variações do Shadow Accounting	453	- 3 840
Variação impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	5 603	- 3 594
Saldo a 31 de dezembro	- 3 605	14 335

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	2018	2017
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	50 646	- 41 690
Número de ações (final do exercício)	182 000 000	182 000 000
Resultados por Ação (em euros)	0,28	- 0,23

NOTA 28 – DIVIDENDOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha como acionista único a sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l., pertencente ao Grupo Apollo, ao qual não foram pagos dividendos nos exercícios de 2018 e 2017.

NOTA 29 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia as entidades sob controlo ou influência significativa, os fundos de pensões, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Para além dos membros dos órgãos sociais atrás referidos são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhe são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exerçam influência significativa.

Em 15 de janeiro de 2015 o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista da Companhia, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF. Desta forma, em 31 de dezembro de 2017 e 2018, são consideradas entidades relacionadas da Companhia todas as suas participadas e as restantes entidades que integram o Grupo Apollo.

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes, estratificadas por tipo de entidade:

- a) Subsidiárias (resseguro, gestão de sinistros e consultadoria);
- b) Associadas (resseguro e consultadoria);
- c) Outras entidades relacionadas (gestão de seguros do ramo saúde, seguros Vida e Não-Vida, consultadoria, gestão de ativos e serviços médicos).

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

O montante global dos ativos e passivos da Companhia que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2018				2017			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	193	969	7 249	275	2 555	1 132	6 431	188
CLOSE TO CUSTOMERS, A.C.E.	427	-	4 116	138	376	-	3 182	208
ADV HEALTH INTERNATIONAL	900	-	-	-	900	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT HOLDINGS LLP	-	-	-	320	-	-	521	-
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	1 122	-	-	-	1 423	-
APOLLO MANAGEMENT VIII, LP	-	-	-	-	-	-	500	-
CALM EAGLE HOLDINGS SARL	7 055	-	-	189	6 870	-	-	-
CORPUS CHRISTI	-	-	-	1	-	-	-	-
ESUMÉDICA	18	-	105	14	6	-	147	-
EUROP ASSISTANCE*	-	-	-	-	1 410	1 946	-	2 214
GNB SEGUROS*	-	-	-	-	3	-	-	2 176
TRQ ANGOLA	5 045	-	2 879	4 068	9 561	-	2 692	3 617
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	1 272	-	240	687	1 525	-	403	667
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	376	-	2	129	479	-	-	33
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	-	-	-	1 388	-	-	-	729
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND	-	-	-	3 663	-	-	-	-
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	-	-	-	6 250	-	-	-	-
AAME FINANCIAL BOND FUND	-	-	-	2 263	-	-	-	-
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	-	-	-	1 671	-	-	-	-
	15 286	969	15 713	21 056	23 685	3 078	15 299	9 832

* Entidade alienada em 2018

Em 2018 foram ainda registados reforços de imparidade de débitos sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. de 1,5 milhões de euros (2017: reforço de 2,7 milhões de euros) e sobre as duas subsidiárias de Moçambique de 0,2 milhões de euros (2017: reforço de 0,7 milhões de euros).

Em 2018 foi registada imparidade sobre a participação financeira detida sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. no valor total de 5,2 milhões de euros. Em 2017 foram também registadas imparidades sobre as participações financeiras detidas sobre as duas subsidiárias de Moçambique no valor total de 1,5 milhões de euros.

Em 2018 foi registado um custo com um seguro de responsabilidade civil para as funções do Conselho de Administração no valor de 204 milhares de euros (2017: 204 milhares de euros).

Em 2018 foi registado um custo com planos individuais de reforma de membros do Conselho de Administração de 390 milhares de euros (2017: 425 milhares de euros).

Em 2018 não foi registado qualquer custo com rescisões contratuais e respetivos encargos relativo a membros do Conselho de Administração (2017: 761 milhares de euros).

Em 2017 e 2018 não foram feitas quaisquer transferências para os fundos de pensões de benefício definido.

Relativamente aos outros benefícios a empregados, ver adicionalmente informação divulgada na nota 22 e nas Políticas de Remuneração.

NOTA 30 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 – COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Em 2016 foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda da maioria dos imóveis detidos pela Companhia e pelo Fundo de Pensões da Companhia, bem como de fundos imobiliários participados pela Companhia, nomeadamente Imoprime e Imocrescente.

No âmbito deste contrato celebrado a Companhia assumiu o compromisso e garantia de pagamento de uma indemnização máxima de 15% do preço do portefólio dos imóveis alienados, caso se verifique desconformidade quanto às declarações e garantias prestadas pela Companhia, das quais se destacam: i) inexistência de defeitos estruturais ou de construção, ii) licenciamento dos imóveis, iii) inexistência de litígios, dívidas ou compromissos com terceiros, e iv) propriedade dos imóveis alienados. Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 esta possível contingência poderia assumir o valor máximo de 18 743 milhares de euros, caducando a mesma ao fim de 24 meses após a outorgação das escrituras públicas, isto é, caducou no dia 24 de fevereiro de 2019.

A Companhia detém contratos de arrendamento de vários espaços ocupados que incluem garantias de renda, cuja maturidade das respetivas prestações é analisada como segue:

	(milhares de euros)		
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Rendas contratadas	540	1 590	8 397

A Companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte, cuja maturidade das respetivas prestações é analisada como segue:

	(milhares de euros)		
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	285	730	1 637

A Companhia detém também uma opção de compra de 2% do capital da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., que a efetivar-se alterará a participação para 51% do capital e direitos de votos desta entidade, estando todo o processo condicionado à autorização prévia pelas autoridades angolanas competentes. Esta opção apenas está vigente tendo em atenção que, tal como referido na Nota 7, o processo de aprovação do acordo de alienação desta participação ainda ter sido deferido e publicado pelas entidades oficiais angolanas competentes para o efeito.

A Autoridade da Concorrência (AdC) instaurou, em 2017, um procedimento contra-ordenacional a vários operadores do mercado segurador por práticas restritivas da concorrência, tendo a Seguradoras Unidas colaborado na investigação e tendo prestado todas as informações solicitadas. Neste contexto, a Seguradoras Unidas e a AdC iniciaram um procedimento de transação. Em fevereiro de 2019, a Seguradoras Unidas foi notificada da deliberação da AdC de aprovação da transação, não tendo sido aplicada qualquer sanção pecuniária à Companhia, ficando assim concluído o processo.

NOTA 32 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

A Companhia celebrou em 15 de janeiro de 2019 um Acordo de Empresa, que foi publicado no BTE, n.º 5 de 8 de fevereiro de 2016 e irá substituir os anteriores IRCT's aplicados na empresa, incluindo o Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

Relativamente à nova convenção coletiva de trabalho, há que salientar o seguinte:

- i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores continuam a estar abrangidos por um plano de contribuição definida;
- ii) o aludido prémio de permanência é substituído por um prémio anual de carreira, equivalente a 10% da retribuição efetiva mensal, por cada ano completo de carreira (a partir dos 3 anos), sendo que este novo prémio iniciar-se-á apenas a partir de 1 de janeiro de 2020;

Em 2019, vigorará um regime transitório, que, em síntese, se traduz no seguinte:

- i) O prémio de permanência oriundo do Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016, que se vença em 2019, equivalente a 50% da retribuição efetiva mensal do trabalhador, será pago no momento em que se completar o respetivo ciclo de 5 anos;
- ii) Os demais trabalhadores, que em 1 de janeiro de 2018 tenham já completado 3 ou mais anos de carreira na Companhia, com exceção dos que vinham já beneficiando de dias de licença anual com retribuição e pretendam manter essa regalia em 2019, beneficiarão de uma compensação pecuniária extraordinária equivalente a 10% da sua retribuição efetiva mensal, a qual será paga até 31 de maio de 2019.

Ademais, relativamente aos trabalhadores da Companhia, no ativo ou cujos contratos cessaram após 30 de junho de 2016, filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos profissionais de Seguros e Afins e integrados em plano de pensões de benefício definido, oriundo do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008, foi protocolizada a respetiva migração para plano de pensões de contribuição definida.

Nos termos desta migração, que pressupõe a concordância expressa dos trabalhadores participantes, o valor das respetivas responsabilidades por serviços passados de benefícios de reforma por velhice, nos termos previstos no Contrato Coletivo de Trabalho de 2008, calculado a 31 de dezembro de 2016, acrescido das rentabilidades ocorridas desde essa data até à data em que for celebrada a necessária alteração ao respetivo contrato constitutivo do fundo de pensões após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, será convertido em conta individual.

As responsabilidades com serviços passados ascendem a cerca de 463 milhares de euros acrescidas de rentabilidades de cerca de 22 milhares de euros. Atendendo ao valor atual dos ativos do fundo, é expectável que estas responsabilidades se encontrem totalmente financiadas pelo mesmo na data da transferência.

Sobre os prejuízos fiscais de 2015 da entidade fusionada Açoreana Seguros, S.A., (Nota 24) a Companhia foi notificada em fevereiro de 2019, pela Autoridade Tributária, do deferimento dos requerimentos de pedido de autorização para manutenção dos mesmos, sendo que impacto positivo nos resultados de reconhecer o respetivo ativo por impostos diferidos no montante de 6,2 milhões de euros ocorrerá portanto no exercício de 2019.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

FRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Rédito, IFRIC 13 – Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito – Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não teve impacto decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRIC 22 – Transações em Moeda Estrangeira e Contraprestação de Adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não teve qualquer impacto na adoção da presente interpretação.

Outras Alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após 1 de janeiro de 2017, à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Companhia não teve qualquer impacto na adoção das referidas alterações.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado, caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação, incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não necessita mais de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 foi aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º 3/2008-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 16 – Locações

O IASB emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia irá reconhecer os novos ativos e passivos para as suas locações operacionais nomeadamente de agências e instalações (serviços centrais). A natureza das despesas relacionadas com estas locações operacionais será alterada, uma vez que a IFRS 16 substitui despesas lineares de locações operacionais por depreciações para os ativos sob direito de uso e encargos com juros relativos aos passivos de locação.

Anteriormente, a Companhia reconhecia as despesas de locação operacional linearmente durante a vigência do contrato de locação, e reconhecia ativos e passivos apenas na medida em que observava uma diferença no período de tempo entre os pagamentos de locação e o reconhecimento da despesa.

A Companhia planeia aplicar o expediente prático referente à definição de contrato de locação na data de transição, ou seja, irá aplicar a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019 e identificados como locação de acordo com a IAS 17 e IFRIC 4.

Deste modo, para as locações anteriormente classificadas como locações operacionais no âmbito da IAS 17, o ativo sob direito de uso é mensurado por uma quantia igual ao passivo da locação, ajustada pela quantia de quaisquer pagamentos de locação prévios ou acrescidos relacionados com essa locação, reconhecidos na demonstração da posição financeira imediatamente antes da data de aplicação inicial. Assim, à data de 1 de janeiro de 2019 o impacto nulo em resultados transitados será nulo.

A Companhia já efetuou uma avaliação inicial dos potenciais impactos nas suas demonstrações financeiras, contudo, ainda não consolidou a sua avaliação de forma a aferir sobre o montante dos impactos a incorporar nas demonstrações financeiras.

O impacto real de aplicar a IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial irá depender de condições económicas futuras, do desenvolvimento do portefólio de contratos de locação da Companhia, da avaliação da Companhia, nomeadamente se este irá exercer alguma das opções de renovação, da amplitude que a Companhia escolha em termos de utilização dos expedientes práticos disponíveis e do reconhecimento das exceções.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa. Nesse contexto, a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

Outras alterações efectuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após, 1 de janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (alteração à IAS 28 emitida em 12 de outubro de 2017) clarificando a interação com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos actuariais actualizados para determinar os custos dos serviços passados e o juro líquido do período. O efeito do *asset ceiling* não é tomado em consideração para o cálculo do ganho ou perda na liquidação do plano e é tratado separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de outubro de 2018).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2021.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, SUBSIDIÁRIAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1.2 - Partes de capital em subsidiárias							
ADV HEALTH INTERNATIONAL	100 000			1,00	100 000,00	1,00	100 000,00
subtotal	100 000	0,00			100 000,00		100 000,00
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em subsidiárias							
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV	2			1,00	2,00	1,00	2,00
TRQ ANGOLA	2 450			2 986,90	7 317 897,10	866,20	2 122 190,16
TRQ MOÇAMBIQUE CS	49 998			27,23	1 361 259,95	14,33	716 392,05
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	66 998			27,02	1 810 331,96	14,17	949 635,97
subtotal	119 448	0,00			10 489 491,01		3 788 220,18
Total	219 448	0,00			10 589 491,01		3 888 220,18
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
B.P.G. SA	10 472			2,09	21 905,33	1,54	16 124,38
BANIF SGPS	6 954 651 167			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	247,87	49 077,37
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,11	34 686,48
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	1 015,06	40 602,45
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
IMOVALORSII	90 000			0,00	0,00	0,00	0,00
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
NORMA ACORES	4 000			35,77	143 082,80	36,66	146 644,46
NOS ACORES	13 936			24,65	343 497,32	21,57	300 550,74
NOS MADEIRA	17 314			62,39	1 080 220,46	51,12	885 176,52
Portugal Capital Ventures S.C.R. S.A.	2 525			6,06	15 300,49	5,85	14 780,35
S.N.I.SOC NAC IMOBILIARIA SA	7 500			0,00	0,00	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	3,00	166 800,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	13,32	99 921,15
FINPRO SCR SA	1 425 332			0,00	0,00	0,00	0,00
AUDATEX PORTUGAL	150			301,47	45 220,35	301,47	45 220,35
subtotal	6 956 603 640	0,00			2 591 387,05		1 799 585,25
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
BANIF IMOGEST	257 879			21,91	5 650 696,22	17,95	4 629 495,38
DUBLIN REAL ESTATE FUND CLASS ID	2 000 000			1,44	2 872 220,00	1,33	2 666 640,00
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	3 500			11,05	38 684,10	70,39	246 376,58
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	200 000 916			0,01	1 870 761,98	0,01	1 430 006,55
EXPLORER II	92			8 847,87	814 369,41	10 091,40	928 825,57
FUNDO DE INVEST. IMOB. CORPUS CHRISTI	1 200			997,36	1 196 831,38	1 089,54	1 307 447,28
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	3 274			997,11	3 264 765,93	1 513,31	4 954 931,55
IMOPRIME FUNDO DE INV IMOB FECHADO	30 559			976,27	29 833 605,42	978,73	29 908 726,24
SC1 CLASSE A FUNDO CAPITAL RISCO	1 000 000			0,58	581 175,42	0,70	702 607,41
FUNDO DE COMPENSAÇÃO SEGURO UNIDAS	27 920			1,06	29 469,38	1,05	29 319,03
subtotal	203 325 340	0,00			46 152 579,24		46 804 375,59
subtotal	7 159 928 980	0,00			48 743 966,29		48 603 960,84
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PT OT 4.95% 10/25/23		3 200 000,00	121,32%	113,8%	3 641 289,38	122,2%	3 911 284,16
PT OT 5.65% 02/15/24		1 100 000,00	125,25%	117,4%	1 291 921,66	130,2%	1 432 100,40
PT OT 4.8% 06/15/20		40 000,00	107,48%	113,0%	45 216,00	110,1%	44 040,39
subtotal	0	4 340 000,00			4 978 427,04		5 387 424,95
ENTIGERE		23 200,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANIF 09/19 TV 30/06/2019		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BRISA 1.875% 04/25		1 600 000,00	101,59%	102,4%	1 638 917,44	102,8%	1 645 512,98
BRISA 3.875% 04/21		400 000,00	108,07%	112,3%	449 113,50	111,0%	443 903,62

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
E.D.P. 5.375%/16-09-2075		500 000,00	104,71%	101,9%	509 651,95	109,0%	544 917,74
EDP FINANCE 2.625% 01/22		1 900 000,00	106,08%	107,0%	2 033 843,07	108,6%	2 062 897,41
EDP FINANCE 4.125% 01/21		500 000,00	107,72%	111,0%	555 171,80	111,6%	558 109,86
EDP FINANCE 4.875% 09/20		2 500 000,00	108,12%	112,2%	2 805 293,13	109,6%	2 739 161,65
GALP ENERGIA 3% 01/14/21		1 200 000,00	103,05%	103,4%	1 240 487,69	105,9%	1 271 255,18
GALP ENERGIA 4.125% 01/19		200 000,00	100,35%	104,4%	208 741,81	104,2%	208 388,94
MOTA ENGL 5.5% 04/19		300 000,00	99,53%	93,7%	281 171,26	100,6%	301 798,33
REN FINANCE 4.75%		2 200 000,00	107,55%	113,3%	2 492 687,37	108,5%	2 387 792,90
REN FINANCE BV 2.5% 02/25		750 000,00	105,21%	106,2%	796 349,65	107,4%	805 578,60
RENTIGLOBO SGPS 0% 17-200626		401 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTIGLOBO SGPS 0% 200626		2 006 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTIGLOBO SGPS 1,5% 17-200626		882 400,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	367,67
SEMAPA TV /30-11-2020		100 000,00	101,40%	101,1%	101 115,74	101,6%	101 638,59
A. GAUDENCIO TF 25/05/1995		49 900,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.G.D. TV CMS Cap-Floor/05-08-2021		1 000 000,00	80,00%	80,0%	800 000,00	82,0%	820 273,98
FNAC INVEST 22/05/1995		24 950,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
subtotal	0	21 537 450,00			13 912 544,41		13 891 597,45
subtotal	0	25 877 450,00			18 890 971,45		19 279 022,40
Total	7 159 928 980	25 877 450,00			67 634 937,74		67 882 983,24
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
NCG BANCO NC	185 838			0,50	92 919,00	0,00	0,00
subtotal	185 838	0,00			92 919,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AAME FINANCIAL BOND FUND	701 017			99,85	70 000 000,00	95,89	67 222 866,89
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	1 740 806			101,10	176 000 000,00	101,21	176 189 984,97
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND	742 217			101,05	75 000 000,00	97,97	72 716 284,10
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	650 000			100,00	65 000 000,00	98,87	64 267 320,00
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	79 249			1 009,48	80 000 000,00	1 006,21	79 740 962,05
ACE CREDIT ALLOCATION FUND I	17 405			1 004,21	17 477 856,61	995,38	17 324 110,83
ISHARES CORE EURO CORP BOND	21 458			131,68	2 825 555,94	127,60	2 738 040,80
ISHARES EURO CORP EX-FINCL	74 303			118,07	8 773 301,47	114,73	8 524 411,70
ISHARES EURO GOVT 15-30 YR	55 081			254,62	14 024 759,53	229,47	12 639 437,07
ISHARES EURO HY CORP	81 956			105,13	8 616 414,69	99,84	8 182 487,04
ISHARES EURO ULTRASHORT BOND	316 448			100,35	31 755 514,54	99,69	31 546 701,12
ABERDEEN SM BETA LVGE GROWTH FUND E	9 000			17,56	158 044,69	16,25	146 250,00
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	75 000			11,97	898 051,12	14,62	1 096 500,00
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	53 000			9,88	523 715,85	14,34	760 020,00
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	22 000			10,47	230 308,98	14,88	327 360,00
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	7 471			21,23	158 585,30	31,60	236 094,03
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	10 018			20,31	203 449,04	31,62	316 767,58
FIDELITY TARGET 2045 ACÇÕES	100			13,89	1 389,13	13,25	1 325,00
FIDELITY TARGET 2050 ACÇÕES	250			13,77	3 441,79	13,24	3 310,00
subtotal	4 656 779	0,00			551 650 388,68		543 980 233,18
subtotal	4 842 617	0,00			551 743 307,68		543 980 233,18
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
B.T.P.S. ITALIA 04/24 TF 5,125% 31-07-2024		3 500 000,00	115,03%	128,7%	4 506 036,05	117,2%	4 101 065,07
B.T.P.S. ITALIA 08/19 TF 4,5% 01/03/2019		2 410 000,00	100,70%	106,8%	2 573 542,94	102,2%	2 462 791,05
B.T.P.S. ITALIA 09/20 TF 4,25% 01/03/2020		2 000 000,00	104,55%	110,4%	2 208 297,93	106,0%	2 119 137,23
B.T.P.S. ITALIA 2.00% /01-12-2025		1 650 000,00	98,46%	106,9%	1 764 094,68	98,6%	1 627 314,34
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2020		380 000,00	104,47%	110,7%	420 616,41	106,3%	404 074,90
B.T.P.S. ITALIA 4.75% /01-09-2021		100 000,00	109,76%	117,6%	117 627,76	111,3%	111 330,14
B.T.P.S. ITALIA 5,50%/01-09-2022		240 000,00	114,63%	124,5%	298 880,96	116,4%	279 465,73
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/26		12 684 100,00	103,73%	103,8%	13 161 842,19	104,3%	13 223 558,25
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/31		7 701 400,00	99,09%	100,3%	7 724 387,63	99,6%	7 671 982,76
BELGIUM KINGDOM 1.6% 06/22/47		34 000 000,00	96,24%	96,8%	32 919 800,00	97,1%	33 006 398,90
BELGIUM KINGDOM 3% 28/09/2019		34 600 000,00	102,67%	104,8%	36 248 965,00	103,4%	35 790 794,55
BELGIUM KINGDOM 4.00%/28-03-2022		2 700 000,00	114,19%	121,0%	3 266 171,21	117,2%	3 165 279,54
BELGIUM KINGDOM 4.25% 09/28/21		420 000,00	112,81%	118,7%	498 698,48	113,9%	478 394,78
BELGIUM KINGDOM 5% 03/28/35		6 030 000,00	153,58%	164,0%	9 890 933,93	157,4%	9 490 509,61

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
BONOS SPANISH 4,85% 31/10/2020		10 122 000,00	109,33%	115,2%	11 659 546,50	110,1%	11 148 122,61
BONOS SPANISH 5.15% /31-10-2028		4 230 000,00	134,10%	141,9%	6 004 344,97	135,0%	5 709 006,17
BONOS SPANISH 5.50% /30-04-2021		4 190 000,00	113,22%	119,7%	5 016 209,16	116,9%	4 898 603,61
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 5.85% 01/22		8 000 000,00	118,12%	124,6%	9 965 036,82	123,5%	9 878 092,06
BTPS 3.75% 09/24		3 775 000,00	109,05%	119,0%	4 490 966,72	110,3%	4 163 356,28
BTPS 4.5% 03/01/26		282 000,00	114,22%	127,3%	359 008,21	115,7%	326 312,86
BTPS 4.5% 03/24		1 800 000,00	112,48%	123,1%	2 215 103,31	114,0%	2 051 487,00
BTPS 4.5% 05/23		2 400 000,00	112,00%	121,4%	2 912 681,18	112,7%	2 705 604,00
BTPS 5% 03/01/25		9 207 000,00	116,29%	129,3%	11 907 027,48	117,9%	10 859 061,20
BTPS 5.5% 11/22		2 880 000,00	114,75%	125,0%	3 600 653,71	115,6%	3 330 694,36
BUND DEUTSCHLAND 4.75% /04-07-2028		2 900 000,00	142,96%	153,9%	4 464 124,11	145,3%	4 213 829,50
BUND DEUTSCHLAND 4.75% /04-07-2034		15 300 000,00	162,93%	164,2%	25 126 293,67	165,3%	25 286 687,27
BUNDES 0% 08/10/21		2 630 000,00	101,59%	101,8%	2 676 224,84	101,6%	2 671 685,50
BUNDES 0% 15/08/26		23 630 800,00	99,94%	97,8%	23 101 200,01	99,9%	23 617 094,14
BUNDES 4% 01/04/37		20 985 000,00	157,51%	159,2%	33 409 490,45	161,5%	33 884 094,29
BUNDES 5.5% 01/04/31		21 337 400,00	160,70%	168,3%	35 919 111,64	166,1%	35 450 324,65
BUNDES REP 3% 07/04/20		47 000 000,00	105,50%	105,7%	49 664 440,00	107,0%	50 281 282,44
COMMUNAUTE FRANCAISE BEL 2.1% 30/06/2067		20 000 000,00	100,44%	99,5%	19 901 800,00	101,5%	20 298 926,03
EFSF 1.8% 07/10/48		10 000 000,00	104,62%	103,8%	10 382 000,00	105,5%	10 547 408,22
EFSF 2 28/02/56		20 000 000,00	108,01%	107,3%	21 454 000,00	109,7%	21 936 742,47
FRANCE GOVT 0% 02/25/21		10 000 000,00	100,99%	101,3%	10 127 400,00	101,0%	10 098 500,00
FRANCE GOVT 0% 05/25/22		2 120 000,00	100,99%	100,3%	2 126 991,08	101,0%	2 141 051,10
FRANCE GOVT 0.25% 25/11/26		23 383 700,00	98,55%	95,8%	22 403 326,34	98,6%	23 049 233,02
FRANCE GOVT 1.25% 05/25/36		33 578 800,00	99,93%	98,8%	33 161 409,86	100,7%	33 808 957,38
FRANCE GOVT 1.5% 05/25/31		28 180 000,00	106,46%	106,2%	29 939 881,11	107,4%	30 254 642,48
FRANCE GOVT 2% 05/25/48		4 500 000,00	108,50%	106,3%	4 783 500,00	109,7%	4 936 836,58
IRISH GOVT 5% 10/18/20		1 250 000,00	109,92%	116,6%	1 458 051,05	110,9%	1 386 708,73
IRISH GOVT 5.92% 05/42		5 487 023,76	160,15%	157,6%	8 646 449,23	163,8%	8 987 817,08
IRISH TREASURY GOV. 4.40%/18-06-2019		950 000,00	102,29%	108,7%	1 032 842,03	104,7%	994 191,53
IRISH TREASURY GOV. 4.50% /18-04-2020		320 000,00	106,43%	112,8%	360 936,30	109,6%	350 702,38
NETHERLANDS GOV 3.25% 07/15/21		24 000 000,00	109,77%	111,5%	26 766 840,00	111,3%	26 706 190,68
NETHERLANDS GOV. 3.75%/15-01-2023		5 000 000,00	116,80%	123,2%	6 161 920,81	120,4%	6 019 544,51
NETHERLANDS GOVT 0% 01/15/22		607 500,00	101,47%	101,2%	615 078,46	101,5%	616 430,25
NETHERLANDS GOVT 0.5% 15/07/2026		8 440 500,00	102,62%	100,9%	8 520 400,36	102,8%	8 680 928,23
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/15/33		6 617 900,00	124,93%	127,9%	8 464 822,89	127,3%	8 426 126,04
NETHERLANDS GOVT 4% 01/15/37		5 450 000,00	154,98%	157,7%	8 595 828,78	158,8%	8 655 233,09
O.A.T. 3.75%/25-04-2021		4 500 000,00	109,76%	115,4%	5 191 311,22	112,3%	5 054 962,19
O.A.T. 4.00% /25-04-2055		6 000 000,00	161,06%	165,2%	9 914 032,28	163,8%	9 827 983,56
O.A.T. 5.75% /25-10-2032		2 000 000,00	161,65%	178,4%	3 567 517,38	162,7%	3 254 089,59
REPUBLIC AUSTRIA 3.90% /15-07-2020		4 240 000,00	106,81%	112,7%	4 780 215,56	108,6%	4 605 138,35
REPUBLIC AUSTRIA 6.25% /15-07-2027		1 350 000,00	149,53%	161,6%	2 182 208,55	152,4%	2 057 748,78
REPUBLIC OF AUSTRI 2.4% 05/23/34		3 430 000,00	120,57%	124,4%	4 265 739,83	122,0%	4 185 688,20
REPUBLIC OF AUSTRI 4.15% 03/15/37		2 700 000,00	151,83%	155,8%	4 207 735,49	155,1%	4 188 689,02
REPUBLIC OF AUSTRIA 0.75% 10/20/2026		8 058 000,00	103,33%	102,5%	8 257 886,71	103,5%	8 338 252,82
REPUBLIC OF AUSTRIA 3.5% 09/15/21		240 000,00	110,90%	115,5%	277 092,24	111,9%	268 622,46
REPUBLIC OF PERU 2.75% 01/30/26		500 000,00	108,41%	109,5%	547 337,11	110,9%	554 684,86
REPUBLIC OF POLAND 4% 03/23/21		2 000 000,00	108,98%	114,0%	2 279 066,09	112,1%	2 241 527,40
REPUBLIC POLAND 4.2% /15-04-2020		600 000,00	105,71%	111,0%	665 786,24	108,7%	652 210,68
REPUBLICA SLOVAKIA 4%/27-04-2020		200 000,00	105,80%	111,5%	223 019,96	108,5%	217 037,62
REPUBLICA SLOVENIA 4.125%/26-01-2020		1 800 000,00	104,72%	110,2%	1 984 409,53	108,6%	1 953 920,96
REPUBLIKA OF SLOVENIJA 1.50% 03/35		100 000,00	97,77%	88,3%	88 348,56	98,9%	98 920,80
REPUBLIKA SLOVENIJA 1.75% 11/03/40		5 000 000,00	99,49%	97,7%	4 884 780,78	99,8%	4 988 604,11
REPUBLIKA SLOVENIJA 4.625% 09/24		1 000 000,00	124,10%	127,4%	1 274 016,51	125,5%	1 255 348,49
SPANISH GOV 4% 04/30/20		2 280 000,00	105,85%	110,6%	2 521 662,25	108,5%	2 474 482,44
SPANISH GOVT 1.95% 07/30		6 860 000,00	103,07%	104,5%	7 166 216,63	103,9%	7 127 041,96
SPANISH GOVT 2.15% 10/25		2 980 000,00	108,41%	109,5%	3 263 635,97	108,8%	3 241 265,99
SPANISH GOVT 2.75% 10/24		1 490 000,00	112,00%	113,4%	1 689 084,13	112,5%	1 675 647,89
SPANISH GOVT 5.4% 01/31/23		1 550 000,00	121,14%	126,5%	1 960 580,62	126,1%	1 954 183,73
SPGB 0.05% 01/31/21		11 000 000,00	100,49%	100,3%	11 036 850,00	100,5%	11 058 932,88
SPGB 4.2% 01/31/37		1 276 000,00	131,44%	123,4%	1 574 545,01	135,3%	1 726 265,78
SPGB 4.4% 10/31/23		3 630 000,00	119,04%	123,3%	4 476 806,48	119,8%	4 347 881,23
SPGB 4.9% 07/30/40		4 400 000,00	144,22%	149,9%	6 593 497,60	146,3%	6 436 821,49

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

(valores em euros)

	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
Designação						Unitário	Total
SPGB 5.15% 10/31/44		100 000,00	150,99%	142,8%	142 763,41	151,8%	151 849,68
SPGB 5.9% 07/30/26		395 000,00	135,30%	133,4%	526 746,39	137,8%	544 275,69
SPGB 6% 01/31/29		2 313 000,00	142,69%	139,4%	3 223 301,42	148,2%	3 427 505,42
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24		440 000,00	99,62%	99,6%	438 423,68	101,0%	444 200,31
BTPS 0.65% 11/01/20		50 000,00	100,22%	101,5%	50 770,00	100,3%	50 162,42
REPUBLIC AUSTRIA TV CMS FLOOR/28-07-2025		1 000 000,00	105,44%	106,5%	1 064 600,00	105,9%	1 058 683,97
SPGB 0.75% 07/30/21		95 000,00	102,35%	102,5%	97 413,50	102,7%	97 534,07
subtotal	0	582 547 123,76			673 412 237,38		671 863 769,43
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
COMMUNITY OF MADRID 4.125% 05/24		3 000 000,00	117,69%	120,2%	3 605 855,38	120,2%	3 606 495,20
ONTARIO PROVINCE 4.75% /23-04-2019		900 000,00	101,52%	108,2%	973 522,12	104,8%	943 213,07
RESEAU FERRE FRANCE 6.00% /12-10-2020		400 000,00	111,22%	119,6%	478 284,53	112,5%	450 128,27
subtotal	0	4 300 000,00			5 057 662,03		4 999 836,54
2.2.2.3 - De outros emissores							
A2A SPA 4.375% 01/10/21		260 000,00	108,20%	114,2%	296 881,80	112,5%	292 385,96
ABERTIS INFRA. 4.375%/25-10-2019		1 100 000,00	103,75%	110,1%	1 210 736,53	104,6%	1 150 797,09
ADIDAS AG 1.25% 10/21		750 000,00	102,08%	99,5%	746 164,95	102,4%	767 765,03
AIR PRODUCTS & CHEMICALS 1% 02/12/25-14		750 000,00	101,45%	99,6%	746 935,92	102,3%	767 461,44
AMERICA MOVIL 6.375% 09/06/73		400 000,00	111,63%	115,7%	462 682,69	113,7%	454 632,11
ARCELORMITTAL 3.125% 01/22		1 000 000,00	104,85%	99,9%	998 510,69	107,9%	1 078 561,37
ASSIST PUBL HOPIT PARIS 1.75% 11/27/41		7 500 000,00	100,50%	101,7%	7 628 425,00	100,7%	7 550 026,02
AT&T INC 1.3% 09/05/23		600 000,00	100,88%	101,4%	608 351,81	101,3%	607 792,26
AURIZON NETWORK PTY 3.125% 06/01/26		5 100 000,00	106,17%	109,6%	5 590 314,68	108,0%	5 507 675,14
AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1.75% 10/24		500 000,00	103,87%	99,3%	496 420,45	104,2%	521 195,89
BANIF FINANCE 3% 31/12/2019 CALL 2014		200 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BARCLAYS 6.5% 12/29/49		2 000 000,00	96,88%	94,8%	1 895 958,94	97,2%	1 943 056,67
BARCLAYS 6.625% 03/30/22		600 000,00	112,03%	118,2%	708 928,53	117,0%	702 261,53
BARCLAYS BANK 6% 01/14/21		1 750 000,00	107,61%	113,7%	1 988 944,21	113,4%	1 984 112,60
BERKSHIRE HATHAWAY 1.125% 03/16/27		880 000,00	98,42%	99,0%	871 203,33	99,3%	873 944,15
BG ENERGY CAPITAL 3.625% 07/19/19		1 000 000,00	101,93%	106,9%	1 068 988,78	103,6%	1 036 004,93
BHARTI AIRTEL INTERNAT 3,375% 05/2021		750 000,00	100,31%	99,6%	747 114,95	102,4%	767 951,09
BK TOKYOMITSUBISHI UFJ 0.875% 03/22		880 000,00	101,01%	99,7%	877 498,92	101,7%	895 111,29
BLACKROCK 1.25% 05/06/25		980 000,00	101,38%	99,6%	976 034,51	102,2%	1 001 525,62
BNP PARIBAS 05/49 TF 4,875% 17/10/2049 CALL 2011		2 000 000,00	102,06%	100,7%	2 013 691,10	103,1%	2 061 214,25
BOMBARDIER 6.125% 05/15/21		1 100 000,00	101,28%	100,1%	1 101 263,38	102,0%	1 122 479,88
C.D.C. IXIS 5.375% /29-11-2027		1 900 000,00	111,11%	113,4%	2 154 092,33	111,6%	2 119 986,42
C10 CAPITAL SPV LTD 07/49 TF/TV 6,277% 30/06/2049 CALL 2017		1 000 000,00	81,98%	80,9%	809 460,83	82,0%	819 872,74
CARREFOUR 1.25% 06/25		500 000,00	97,60%	99,6%	498 073,48	98,3%	491 608,02
CARREFOUR 1.75% 07/22		500 000,00	102,81%	99,6%	497 904,09	103,6%	518 116,37
CARREFOUR 3.875% 04/25/21		3 000 000,00	107,97%	114,2%	3 424 931,93	110,6%	3 318 603,29
CASINO GUICHARD CALL 4.87%/31-01-2048		1 100 000,00	64,77%	95,2%	1 046 945,88	69,2%	761 468,22
CASINO GUICHARD PERRACHO 2.33% 25-24		700 000,00	84,72%	100,0%	700 107,96	87,9%	615 470,01
CASINO GUICHARD PERRACHO 3.311% 01/23		300 000,00	93,02%	109,8%	329 326,02	97,3%	291 790,81
CIE DE SAINT-GOBAIN 3.625% 06/15/21		300 000,00	107,89%	113,0%	338 918,18	109,9%	329 593,11
CIE FINANCEMENT FONCIER 5.75% /04-10-2021		500 000,00	115,98%	124,5%	622 681,64	117,4%	586 806,51
CITIGROUP INC 05/30 TF/TV 4,25% 25/02/2030 CALL 2025		3 500 000,00	115,54%	113,7%	3 979 080,80	119,1%	4 169 688,08
COCA-COLA 1.125% 03/09/27		880 000,00	100,15%	99,2%	873 328,92	101,1%	889 402,02
COMMERZBANK AG 7.75%/16-03-2021		100 000,00	113,37%	117,0%	117 032,88	119,5%	119 526,53
CREDIT SUISSE 5.75% 09/18/25		3 500 000,00	106,90%	107,3%	3 756 086,02	108,5%	3 798 982,46
CREDIT SUISSE LONDON 09/19 TF 4,75% 05/08/2019		1 460 000,00	102,85%	108,8%	1 588 414,82	104,8%	1 529 788,39
DAIMLER AG 1.875% 07/24		1 000 000,00	104,03%	105,7%	1 057 057,64	104,9%	1 049 341,09
DELPHI AUTOMOTIVE 1.5% 03/25		600 000,00	96,39%	99,7%	598 028,04	97,6%	585 626,63
DEUTSCHE ANN FIN 2.125% 07/22		280 000,00	103,85%	99,7%	279 035,38	104,9%	293 632,74
EDENRED 1.375% 03/25		900 000,00	99,14%	99,2%	892 866,24	100,3%	902 277,62
ELECTRICITÉ DE FRANCE 09/21 TF 6.25% 25/01/2021		1 500 000,00	112,54%	121,2%	1 818 049,53	118,4%	1 775 428,77
ELECTRICITE FRANCE CALL 4.125% TV/22-01-2048		1 100 000,00	101,84%	95,0%	1 045 369,98	105,7%	1 162 891,07
ELECTRICITE FRANCE CALL 5.0% TV/22-01-2049		2 000 000,00	97,34%	94,4%	1 888 094,51	102,0%	2 040 672,60
ENAGAS FIN 1% 03/25/23		500 000,00	102,24%	99,8%	498 993,08	103,0%	515 029,32
ENAGAS FINANCIACIONES 1.25% 02/25		700 000,00	102,33%	99,3%	695 217,95	103,5%	724 166,01
ENBW 6.125% 07/39		560 000,00	159,84%	145,4%	814 328,82	162,8%	911 714,75
ENEL 5% 01/15/75		3 000 000,00	103,38%	107,3%	3 218 597,21	108,2%	3 245 205,61
ENEL FINANCE 4.875% 04/17/23		1 000 000,00	117,41%	125,8%	1 258 337,40	120,9%	1 208 528,90

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
ENEL SOCIETA 5.25%/20-05-2024		3 000 000,00	120,43%	133,0%	3 989 448,22	123,7%	3 709 929,04
ENERGIE AG OBEROSTERREICH 05/25 TF 4,5% 04/03/2025		1 695 000,00	121,99%	124,9%	2 117 359,78	125,7%	2 130 908,03
ENI SPA 4.125%/16-09-2019		700 000,00	102,86%	108,4%	758 914,06	104,1%	728 391,62
ERSTE GROUP BANK 7.125% 10/10/22		3 000 000,00	121,23%	114,7%	3 441 381,61	122,8%	3 684 890,55
ESM 1.85 01/12/55		15 000 000,00	105,90%	105,0%	15 747 000,00	106,0%	15 907 358,22
EVONIK INDUSTRIES 1% 01/23/23		500 000,00	101,72%	99,5%	497 730,90	102,7%	513 304,93
FCE BANK PLC 1.134% 02/10/22		500 000,00	96,40%	100,0%	500 065,76	97,4%	487 013,09
FERROVIAL SA 2.5% 07/24		1 000 000,00	106,51%	107,2%	1 071 822,13	107,7%	1 076 655,34
FIAT CHRYSLER 4.75% 07/15/22		225 000,00	108,67%	108,0%	242 971,15	110,9%	249 464,96
FIAT FINANCE 4.75% 03/21		1 000 000,00	106,61%	107,4%	1 073 717,91	110,3%	1 103 028,91
FIAT FINANCE 6.75% 10/19		305 000,00	104,71%	109,3%	333 309,89	106,1%	323 755,87
FINMEC FINANCE 4.5% 01/21		730 000,00	106,02%	110,5%	806 569,00	110,3%	805 115,20
FINMECCANICA FIN. 5.25% /21-01-2022		2 580 000,00	110,09%	116,0%	2 991 894,50	115,0%	2 967 927,39
FLOWERVE CORPORATION 1.25% 03/17/22		1 880 000,00	99,25%	99,6%	1 872 064,45	100,2%	1 884 544,45
FRESENIUS SE & CO 4% 02/01/24		1 200 000,00	111,83%	117,0%	1 404 578,21	113,5%	1 361 790,66
GAS NATURAL CAPITAL 5.125%/02-11-2021		2 000 000,00	113,56%	120,6%	2 412 196,16	114,4%	2 287 828,49
GAS NATURAL FENOSA 2.875% 03/24		600 000,00	109,62%	99,9%	599 229,38	111,9%	671 643,78
GAS NATURAL FENOSA 4.125% 11/29/49		2 400 000,00	102,00%	101,8%	2 443 362,70	102,5%	2 459 687,01
GDF SUEZ 1% 03/13/26		2 300 000,00	99,89%	99,4%	2 286 574,73	100,7%	2 315 841,02
GENERAL ELECTRIC 05/35 TF 4,125% 19/09/2035		500 000,00	100,07%	147,7%	738 422,56	101,2%	506 175,21
GENERAL MOTORS FINANCIAL 1.875% 10/15/19		500 000,00	101,40%	100,0%	499 822,43	101,8%	508 962,74
GIE PSA TRESORERIE 03/33 TF 6% 19/09/2033		800 000,00	119,64%	121,5%	971 985,68	121,3%	970 625,20
GOLDMAN SACHS GROUP 06/21 TF 4,75% 12/10/2021		490 000,00	109,09%	113,9%	557 893,88	110,1%	539 632,57
GOLDMAN SACHS GROUP 1.375% 07/26/22		1 050 000,00	101,64%	99,5%	1 044 783,33	102,2%	1 073 501,15
GOLDMAN SACHS GROUP 3.25% 02/01/23		1 585 000,00	108,17%	112,7%	1 786 436,82	111,1%	1 761 459,13
GRAND CITY PROPERTIES 3.75% 12/29/49		1 900 000,00	98,65%	101,0%	1 918 338,66	101,9%	1 935 977,94
GROUPAMA 6% 01/23/27		2 600 000,00	110,82%	100,0%	2 598 859,71	116,4%	3 027 489,86
GROUPAMA SA 7.875% 10/27/39		700 000,00	104,99%	104,0%	728 010,96	106,4%	744 718,78
HALIFAX BK SCOTLAND 05/30 TF/TV 4,5% 18/03/2030 CALL 2025		3 005 000,00	104,06%	108,4%	3 258 621,34	107,6%	3 233 550,83
HEIDELBERG CEMENT 7.5%/03-04-2020		800 000,00	109,03%	117,0%	936 297,07	110,8%	886 708,00
HSBC 5.25% 12/29/49		1 000 000,00	98,74%	95,8%	957 736,36	100,3%	1 002 526,66
IBERDROLA 2.5% 10/22		600 000,00	107,73%	99,8%	598 895,90	108,2%	649 198,52
IBERDROLA FIN 4.125% 03/20		2 000 000,00	105,03%	110,6%	2 212 778,16	108,2%	2 164 485,75
IBM CORP 1.25% 05/26/23		880 000,00	103,06%	99,9%	878 790,21	103,8%	913 510,40
INTESA SANPAOLO 1.125% 01/20		270 000,00	100,43%	99,7%	269 304,84	101,5%	274 079,29
INTESA SANPAOLO 1.125% 03/22		500 000,00	98,20%	99,8%	498 890,39	99,1%	495 669,11
INTESA SANPAOLO 6.625% 09/13/23		1 085 000,00	113,36%	117,3%	1 272 444,56	115,3%	1 251 465,31
JP MORGAN CHASE 1.5% 01/27/25		1 000 000,00	101,72%	100,0%	999 567,11	103,1%	1 031 060,41
KELLOGG CO 1.25% 03/10/25		1 380 000,00	99,52%	100,0%	1 379 650,93	100,5%	1 387 337,44
KENNEDY WILSON EUR 3.25% 11/12/25		1 300 000,00	95,60%	103,8%	1 348 954,33	96,0%	1 248 471,92
KPN NV 5.625%/30-09-2024		1 125 000,00	123,83%	133,7%	1 504 451,27	125,3%	1 409 071,59
LA POSTE 03/23 TF 4,375% 26/06/2023		1 500 000,00	117,64%	123,9%	1 858 082,94	119,9%	1 798 446,37
LANDBK SACHSEN GIRO 6.195% /21-05-2031		400 000,00	140,13%	143,6%	574 201,14	143,9%	575 594,50
MACQUARIE BANK 1% 09/16/19		200 000,00	100,71%	100,0%	200 001,82	101,0%	202 006,82
METRO AG 1.5% 03/25		500 000,00	95,95%	99,9%	499 369,63	97,1%	485 647,26
MOODYS CORP 1.75% 03/27-26		500 000,00	102,38%	98,3%	491 699,36	103,8%	519 009,86
MORGAN STANLEY 1.75% 01/30/25		1 000 000,00	101,32%	99,9%	998 634,79	102,9%	1 029 301,64
NATIONAL GRID NA INC 0.75% 02/22		200 000,00	100,60%	99,6%	199 150,47	101,3%	202 521,40
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.25% 03/25		880 000,00	98,82%	100,0%	879 587,78	99,9%	878 703,50
NRW 1 16/10/46		10 000 000,00	87,91%	85,5%	8 545 000,00	88,1%	8 811 521,92
OBRASCON HUARTE LAIN 4.75% 03/15/22		200 000,00	53,61%	74,3%	148 662,48	55,0%	109 992,83
ORANGE 5.25% 12/29/49		2 200 000,00	108,42%	110,8%	2 437 572,48	113,1%	2 488 605,35
P TELECOM 05/25 TF 4,5% 16/06/2025		1 700 000,00	1,00%	20,7%	351 050,00	1,0%	17 000,00
PETROBRAS 5.875% 03/22		1 500 000,00	109,84%	97,9%	1 468 595,69	114,7%	1 719 850,07
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 4.25% 10/02/23		1 080 000,00	105,02%	89,4%	965 275,26	106,1%	1 145 544,61
PEUGEOT 6.5% 01/19		725 000,00	100,20%	108,3%	785 113,13	106,4%	771 214,77
POHJOLA BANK PLC 0.75% 03/22		500 000,00	101,30%	99,8%	498 903,48	101,9%	509 613,01
PPG INDUSTRIES 1.4% 03/13/27		880 000,00	99,11%	98,9%	870 428,65	100,2%	882 048,95
PROLOGIS LP 1.375% 10/07/20		1 000 000,00	101,76%	99,9%	999 237,73	102,1%	1 020 752,05
PURPLE PROTECTED ASSET		10 600 764,19	99,63%	100,3%	10 632 171,74	99,7%	10 569 491,93
RABOBANK 5.5% 01/22/49		500 000,00	102,23%	98,5%	492 552,71	102,3%	511 285,68
RABOBANK 6.875% 03/19/20		4 900 000,00	107,95%	112,5%	5 510 403,48	113,4%	5 554 435,28

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

(valores em euros)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
RCI BANQUE 0.625% 03/20		1 450 000,00	100,33%	99,9%	1 448 847,49	100,8%	1 462 254,29
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		2 000 000,00	103,86%	99,7%	1 993 964,41	105,9%	2 117 352,88
REPSOL 3.875% 12/29/49		1 032 000,00	102,47%	92,4%	953 502,00	105,5%	1 088 287,54
REPSOL INTL FINANCE 4.875% 02/19		1 200 000,00	100,64%	107,2%	1 286 461,42	104,9%	1 258 214,30
ROYAL BANK OF SCOTLAND 3.625% 03/25/24		2 300 000,00	100,25%	99,2%	2 281 473,89	103,0%	2 369 845,32
SES SA 4.625% 12/29/49		300 000,00	100,06%	103,3%	309 865,75	104,7%	313 978,97
SMURFIT KAPPA ACQUISITIO 3.25% 06/01/21		770 000,00	103,74%	106,5%	819 825,90	104,0%	800 775,40
SOCIETE GENERALE 4% 06/07/2023		2 000 000,00	109,66%	112,0%	2 239 823,56	111,9%	2 238 529,87
SODEXO 1.75% 01/24/2022		700 000,00	104,16%	100,0%	699 882,51	105,8%	740 557,52
STANDARD CHARTERED 3.625% 11/23/22		500 000,00	106,42%	105,1%	525 575,10	106,8%	533 976,99
STATE GRID EUROPE DEV 1.5% 01/22		1 000 000,00	102,33%	99,8%	998 476,15	103,7%	1 037 191,50
STORA ENSO OYJ 5.5% 03/19		300 000,00	100,55%	107,9%	323 610,34	105,1%	315 157,44
SVENSKA CELLULOSA 1.125% 03/25		1 000 000,00	99,37%	99,8%	998 368,67	100,3%	1 002 947,39
TELECOM ITALIA 3.25% 01/23		400 000,00	101,53%	107,5%	429 964,22	104,6%	418 534,14
TELECOM ITALIA 5.25% 02/22		2 250 000,00	107,98%	114,8%	2 583 240,64	112,6%	2 534 316,17
TELECOM ITALIA FIN SA 03/33 TF 7,75% 24/01/2033		100 000,00	123,95%	134,9%	134 917,80	131,2%	131 194,41
TELEFONICA 4.693%/11-11-2019		2 150 000,00	104,01%	110,2%	2 369 723,18	104,6%	2 249 972,36
TELEKOM FINANZ 4% 04/04/22		1 400 000,00	111,38%	117,2%	1 640 843,51	114,3%	1 600 898,08
TELENET FINANCE VI 4.875% 15/07/27		1 704 300,00	106,57%	105,4%	1 795 740,87	108,8%	1 854 284,79
TEOLLISUUDEN 2.125% 02/04/25		1 500 000,00	99,55%	99,5%	1 492 407,33	101,5%	1 522 023,48
TESCO CORP 1.375% 07/19		952 000,00	100,49%	99,9%	950 970,19	101,2%	963 265,81
TOTAL 2.625% 12/29/49		1 630 000,00	99,04%	95,1%	1 550 089,89	101,3%	1 650 522,82
TRASM. ELET. RETE NAZIONALE 04/24 TF 4,9% 28/10/2024		3 100 000,00	120,17%	134,8%	4 178 403,00	121,0%	3 751 904,52
TS ENERGY ITALY 4.2% 30/06/2032		12 946 500,00	100,00%	100,0%	12 946 500,00	100,0%	12 946 500,00
TYCO INT FINANCE 1.375% 02/25/25		500 000,00	95,83%	99,9%	499 356,96	97,0%	484 980,21
UBS AG TF\TV 4.75%/12-02-2026		1 200 000,00	105,78%	106,4%	1 276 835,50	110,0%	1 319 686,00
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		1 000 000,00	99,59%	99,7%	997 463,38	100,4%	1 003 860,00
UNICREDIT 5.75% 10/28/25		2 085 000,00	103,00%	104,1%	2 169 792,66	104,0%	2 168 654,78
UNICREDIT SPA 6.95% 10/31/22		980 000,00	111,89%	110,9%	1 086 525,25	113,1%	1 107 943,96
UNICREDITO ITALIANO 04/20 TF 4,375% 29/01/2020		1 890 000,00	104,27%	109,2%	2 063 295,09	108,3%	2 046 858,61
UNIV POLITEC VALENCIA 6.6%/15-12-2022		498 840,00	120,00%	113,5%	566 366,27	120,3%	600 051,22
VATTENFALL 3% 03/19/77		2 000 000,00	94,37%	87,8%	1 755 009,39	96,7%	1 934 478,08
VNESHECONOMBANK 4.032% 02/21/23		750 000,00	102,89%	98,0%	734 791,87	106,3%	797 621,84
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		220 000,00	103,66%	100,0%	219 934,64	104,1%	229 114,21
VOLKSWAGEN 5.125% 09/29/49		3 000 000,00	103,09%	105,4%	3 161 574,50	104,7%	3 142 405,48
VOLVO 4.85% 03/10/78		2 100 000,00	105,10%	103,2%	2 166 457,56	109,0%	2 289 738,16
WASHINGTON MUTUAL BANK 06/17 TF 4,5% 17/01/2017		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
WENDEL 2.75% 10/24		100 000,00	102,82%	99,6%	99 611,08	103,5%	103 494,08
WESFARMERS 1.25% 10/21		840 000,00	102,87%	100,3%	842 930,01	103,2%	866 570,01
WHIRLPOOL CORP 0.625% 03/12/20		280 000,00	100,39%	99,8%	279 409,28	100,9%	282 498,78
WP CAREY 2% 01/20/23		1 500 000,00	101,80%	102,4%	1 536 282,51	103,7%	1 555 281,16
CLOVERIE PLC SWISS REINS 6.625% 09/01/42		2 992 000,00	118,79%	126,1%	3 771 416,00	121,0%	3 619 848,25
ITALCEMENTI FINANCE 6.625% 03/20		800 000,00	105,49%	119,3%	954 312,00	109,7%	877 690,96
MERRIL LYNCH TV CMS FLOOR/04-10-2019		200 000,00	102,53%	110,5%	221 000,00	103,7%	207 476,96
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		400 000,00	116,00%	122,0%	488 000,00	119,8%	479 016,00
R.B.S. TV CMS FLOOR /10-06-2019		500 000,00	101,44%	102,5%	512 500,00	104,1%	520 309,24
SOCIETE GENERALE 9.375% 09/29/49		1 950 000,00	105,30%	123,3%	2 403 375,00	108,3%	2 112 451,03
LOAN CALM EAGLE 01/04/2017 NEW		540 800,00	100,00%	100,0%	540 800,00	100,0%	540 800,00
LOAN CALM EAGLE 15/05/2016 NEW		6 325 879,50	100,00%	100,0%	6 325 879,50	100,0%	6 325 879,50
	subtotal	0	249 468 083,69		256 417 630,80		256 867 711,09
	subtotal	0	836 315 207,45		934 887 530,21		933 731 317,06
	Total	4 842 617	836 315 207,45		1 486 630 837,89		1 477 711 550,24
	Total	7 164 771 597	862 192 657,45		1 554 265 775,63		1 545 594 533,48
3 - TOTAL GERAL		7 164 991 045	862 192 657,45		1 564 855 266,64		1 549 482 753,66

09



**DIVULGAÇÃO
DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO**



DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2018;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, da ASF.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DA SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

1. Introdução | Objeto

- 1.1 A presente Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral da Seguradoras Unidas S.A. (de ora em diante também designada por “Companhia” ou “SU”), tem por objeto dar cumprimento ao regime previsto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que prevê que as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.
- 1.2 No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão de 10 de outubro, bem como pelas disposições constantes da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e da Circular n.º 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.
- 1.3 É com base no mencionado enquadramento legal e regulamentar que se procede à elaboração e divulgação da presente Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral da Seguradoras Unidas, S.A. para o ano de 2018 (a “Política de Remuneração”), que se submete à aprovação da Assembleia Geral.

2. Princípios aplicáveis à Política de Remuneração

A presente Política de Remuneração obedece aos princípios constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, nomeadamente os seguintes:

- a) A Política de Remuneração e as suas respetivas práticas são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com a atividade da Companhia, i) sendo consistente com uma estratégia de gestão e controlo de riscos eficaz, ii) evitando uma excessiva exposição ao risco, iii) evitando potenciais conflitos de interesses e iv) sendo coerente com os objetivos, valores e interesses da Companhia a longo prazo;
- b) A Política de Remuneração obedece ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão, natureza e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade;
- c) A Política de Remuneração obedece aos limites previstos nos Estatutos da Companhia.

3. Aprovação, Divulgação e Revisão da Política de Remuneração

3.1 Aprovação

A Política de Remuneração dos órgãos sociais da Companhia é, nos termos previstos no artigo 13.º dos Estatutos da Companhia, aprovada em sede de Assembleia Geral, sob proposta do Comissão de Remuneração.

3.1.1 Comissão de Remuneração

- a) Composição

A Comissão de Remuneração é composta por dois administradores não executivos, eleitos em Assembleia Geral para o período de 2016 a 2018.

b) Atribuições

A Comissão de Remuneração realiza as atribuições previstas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, entre as quais a revisão, com uma periodicidade mínima anual, da Política de Remuneração da Companhia, bem como da implementação da mesma.

3.1.2 Consultores Externos

Na definição da referida política de remuneração não são utilizados serviços de Consultores Externos.

3.2 Divulgação

A Política de Remuneração é transparente e será objeto de divulgação interna, nomeadamente através da sua publicação no Portal da Companhia. A Política de Remuneração deverá ainda constar nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no sítio institucional da Companhia durante um período mínimo de 5 anos.

3.3 Revisão

A Política de Remuneração é revista com uma periodicidade mínima anual, nos termos previstos no n.º 5 artigo 64.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJAS).

A Política de Remuneração é submetida a uma avaliação interna independente executada pelas funções-chave da Companhia em articulação entre si.

4. Membros do Conselho de Administração com Funções Executivas

4.1 Remuneração dos Membros do Conselho de Administração com funções executivas

A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é fixada pela Comissão de Remuneração em conformidade com a presente Política de Remuneração, e integra uma componente fixa de remuneração e, eventualmente, uma componente variável.

4.1.1 Componente Fixa da Remuneração

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa mensal, paga 14 (catorze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional.

Sempre que a remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados anualmente em sede de Assembleia Geral, não devendo, em regra, ser inferior a 60% da mencionada remuneração total anual.

4.1.2 Componente Variável da Remuneração

À componente fixa poderá acrescer uma remuneração variável, calculada com base em critérios de desempenho individual e/ou coletiva e sujeita a limites, nos termos que vierem a ser definidos em Assembleia Geral.

A remuneração variável anual, quando existente, não deverá, em regra, ser superior a 40% da remuneração total anual, oscilando contudo o seu valor exato, em cada ano, em função da avaliação do desempenho individual e global dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Companhia, designadamente do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, tendo sempre em consideração no processo de avaliação a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia aos riscos assumidos, quer ainda da representação das provisões técnicas.

O pagamento da componente variável da remuneração, quando atribuída, tem lugar preferencialmente após o apuramento das contas de cada exercício económico, sendo que a remuneração variável anual da totalidade dos membros do Conselho de Administração com funções executivas não poderá exceder 5% dos lucros do exercício, quando existentes, conforme determinado no artigo 13.º dos Estatutos da Companhia.

4.1.2.1 Elegibilidade à Componente Variável | Critérios de Desempenho | Atribuição

a) A elegibilidade para atribuição de remuneração variável assenta num processo de avaliação de desempenho individual e/ou coletivo, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e pré-determinados, incluindo critérios não financeiros, tendo em conta nomeadamente os seguintes indicadores:

- i) Remuneração líquida referente ao período da avaliação;
- ii) ROE;
- iii) Rácio combinado; e
- iv) Adequação do capital ao nível de risco e às provisões técnicas realizadas.

- b) A avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é realizada pela Acionista única da Companhia, em Assembleia Geral, conforme modelo definido internamente na Companhia, nomeadamente em obediência aos princípios enunciados na presente Política de Remuneração.
- c) Na eventualidade de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Companhia no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, poderão ser introduzidas limitações necessárias e adequadas, incluindo o eventual não pagamento de qualquer componente variável, com vista preservar o seu equilíbrio financeiro e o cumprimento dos demais rácios de solvabilidade impostos legalmente.

4.1.2.2 (Não) Diferimento da Componente Variável

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.

4.1.2.3 Natureza da Componente Variável | Instrumentos Financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de bônus de *performance*, prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

4.1.2.4 Celebração de contratos

É proibida a celebração de contratos pelos membros do órgão de administração, quer com a Companhia, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Companhia.

4.2 Fundo de Pensões e Outros Benefícios

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas poderão ainda beneficiar de uma contribuição para um Fundo de Pensões nos termos e condições constantes na Deliberação de Acionista Única, datada de 10 de julho de 2016, da qual se lavrou a Ata número 53 do Livro de Atas da Assembleia Geral.

Para além do referido na presente Política de Remuneração, não são consideradas outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

5. Membros do Conselho de Administração sem funções executivas

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a ser definidos pela Comissão de Remuneração que, em qualquer caso e a verificar-se, não dependerá de qualquer elemento de desempenho, não havendo lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

6. Limites à indemnização a pagar por destituição sem justa causa do órgão de administração

A eventual indemnização por destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não deve ser paga se a mesma resultar de um inadequado desempenho do membro cessante.

7. Órgãos de Fiscalização

7.1 Conselho Fiscal

7.1.1 O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no artigo 25.º dos Estatutos da Companhia, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

7.1.2 Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal, pago 12 vezes em cada ano civil completo, nos termos definidos em Assembleia Geral.

8. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

9. Membros da Mesa da Assembleia Geral

9.1 A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 15.º dos Estatutos da Companhia, constituída por um Presidente e um Secretário.

9.2 Os membros da Mesa da Assembleia Geral poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização, sendo o mesmo definido pela Comissão de Remuneração, caso haja lugar ao seu pagamento.

Quadro de remunerações pagas durante o ano de 2018 aos membros dos Órgãos Sociais da Seguradoras Unidas, S.A.

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
Conselho de Administração			2 341,3
Alexandre Wallace Humphreys	-	-	-
Bogdan Ignashchenko	-	-	-
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr	-	-	-
Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira	275,0	31,0	306,0
Gustavo Alexandre P. T. Mesquita Guimarães (Presidente)	150,0	-	150,0
Jan Adriaan de Pooter	400,0	342,0	742,0
José António Correia Dias Nogueira Silva ¹	229,2	61,0	290,2
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente ²	69,1	185,0	254,1
Pedro Luís Francisco Carvalho	320,0	279,0	599,0
Conselho Fiscal			110,0
Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	50,0	-	50,0
Manuel Maria de Paula Reis Boto	30,0	-	30,0
Pedro Manuel Aleixo Dias	30,0	-	30,0
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	-	-	-
Total Remunerações	1 553,3	898,0	2 451,3

1 Nomeado em março de 2018.

2 O membro dos Órgãos Sociais indicado deixou entretanto de exercer o respetivo cargo.

No decurso do ano de 2018, e em relação aos quatro membros do Conselho de Administração com funções executivas, foram ainda efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões, nos termos previsto no ponto 4.2 da presente de Política de Remunerações, no valor global de 417 250 euros.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS “COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE” DA SEGURADORAS UNIDAS, S.A.**1. Introdução | Objeto**

- 1.1 A presente Política de Remuneração dos Colaboradores que exercem Funções-Chave da Seguradoras Unidas, S.A. (de ora em diante também designada por “Companhia” ou “SU”), para o ano de 2018, tem por objeto dar cumprimento ao regime previsto no Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão de 10 de outubro, bem como às disposições constantes da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e da Circular n.º 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.
- 1.2 Com base no mencionado enquadramento, e em particular com a Norma Regulamentar n.º 5/2010, de 1 de abril, da ASF, a presente Política de Remunerações (“Política de Remuneração”) é aplicável:
- a) Aos Colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem uma atividade no âmbito dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno, compliance e atuarial;
 - b) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1.º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade, na medida em que desenvolvem uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da Companhia, entendendo-se como tal todos os aqueles que tenham um acesso regular a informação privilegiada e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Companhia.
- 1.3 Para efeitos da presente Política de Remuneração, o conjunto dos Colaboradores acima identificados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.
- 1.4 Salvo decisão contrária do Conselho de Administração, os termos da presente Política de Remuneração aplicam-se igualmente, com as necessárias adaptações, aos restantes Colaboradores da Companhia que não se incluam nos cargos/funções definidos supra no ponto 1.2.

2. Princípios aplicáveis à Política de Remuneração

A presente Política de Remuneração obedece aos princípios constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, nomeadamente os seguintes:

- a) A Política de Remuneração e as suas respetivas práticas são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com a atividade da Companhia, (i) sendo consistente com uma estratégia de gestão e controlo de riscos eficaz, (ii) evitando uma excessiva exposição ao risco, (iii) evitando potenciais conflitos de interesses e (iv) sendo coerente com os objetivos, valores e interesses da Companhia a longo prazo;
- b) A Política de Remuneração obedece ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão, natureza e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade;
- c) A Política de Remuneração obedece aos limites previstos nos Estatutos da Companhia.

3. Aprovação, Divulgação e Revisão da Política de Remuneração

3.1 Aprovação

A Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de Política de Remuneração participam diversos quadros dos principais Departamentos da Companhia, em particular do Departamento de Recursos Humanos.

3.2 Consultores Externos

Na definição da Política de Remuneração não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3.3 Divulgação

A Política de Remuneração é transparente e será objeto de divulgação interna, nomeadamente, através da sua publicação no Portal da Companhia.

A Política de Remuneração deverá ainda constar nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no sítio institucional da Companhia durante um período mínimo de 5 anos.

3.4 Revisão

A Política de Remuneração é revista com uma periodicidade mínima anual, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 64.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJAS).

A Política de Remuneração é submetida a uma avaliação interna independente executada pelas funções-chave da Companhia em articulação entre si.

4. Colaboradores com Funções-Chave

4.1 Remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave

4.1.1 A remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave integra uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável (i) em função da prossecução dos objetivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, assegurando-se que a remuneração lhes proporciona uma recompensa adequada atendendo à relevância do exercício das suas funções e (ii) de forma consentânea com o seu papel na Companhia e não em relação ao desempenho desta.

4.1.2 Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, entre os quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível corporativo, como também a nível departamental e individual.

4.1.3 Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de Recursos Humanos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

4.2 Componente Fixa da Remuneração

Sempre que a remuneração total anual dos Colaboradores com Funções-Chave integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração, sendo composta pelo vencimento base e por outras prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os Colaboradores da Companhia, representando em média na Companhia aproximadamente, entre 80% e 85% da remuneração total anual.

4.3 Componente Variável da Remuneração

À componente fixa poderá acrescer uma remuneração variável, calculada com base em critérios de desempenho e sujeita a limites, nos termos que vierem a ser definidos pelo Conselho de Administração.

A remuneração variável anual, quando existente, não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual, por regra, não deverá ser superior a 40% do valor total da remuneração anual.

4.4 Elegibilidade à Componente Variável | Critérios de Desempenho | Atribuição

4.4.1 A elegibilidade para atribuição de remuneração variável é anual, e assenta num processo de avaliação de desempenho, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e pré-determinados, incluindo critérios não financeiros.

4.4.2 A remuneração variável, fixada, em cada ano, não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo Conselho de Administração, estando sujeita a aprovação anual pelo Conselho de Administração em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores.

4.4.3 A elegibilidade e/ou o montante da remuneração variável, quando devida, poderá ser reduzida ou, no limite, suprimida, em caso de deterioração do desempenho ou desempenho negativo da Companhia.

4.5 (Não) Diferimento da Componente Variável

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.

4.6 Natureza da Componente Variável | Instrumentos Financeiros

Caso haja lugar ao pagamento de uma remuneração variável, o seu pagamento será, em regra, feito de uma só vez, em numerário, salvo decisão em contrário do Conselho de Administração.

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

4.7 Outros benefícios

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” poderão auferir, se aplicável, ainda os seguintes benefícios, conforme definido no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável na Companhia ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (N.º 1 DO ARTIGO 4.º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1 Adoção de uma Política de Remuneração (PR) consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos clientes.	Cumpre	
I.2 Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumpre	
I.3 Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral.	Cumpre	
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores.	Cumpre	
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente.	Cumpre	
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumpre	
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.		
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1 A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre	
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções.	Cumpre parcialmente	O CR é composto por dois membros do Conselho de Administração não executivos e não remunerados de forma a garantir a independência.
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço.	Não aplicável	
III.4 A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos.	Cumpre	
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração - Membros com Funções Executivas		
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade.	Cumpre	Os critérios de avaliação assentam em indicadores de gestão, sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Não cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2019.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Não cumpre	Considerando a atual estrutura remuneratória, os limites máximos estabelecidos e os limites de tolerância ao risco definidos, não foi até à data considerado necessário diferir a componente variável da remuneração. Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2019.
IV.5 A componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4.
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3.
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3.
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3.

RELATÓRIO E CONTAS 2018
CONTAS INDIVIDUAIS

Recomendação		Grau de Cumprimento	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros não Executivos			
IV.10	A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprir	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11	Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumprir	
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1	Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador. A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprir	
V.2	Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não cumprir	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2019.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3.	A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumprir	
V.4	Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprir parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5	A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprir	
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6.	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprir	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação em 2019.
V.7.	A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave			
V.8.	Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprir parcialmente	A componente variável da remuneração das funções-chave é independente da performance das unidades operacionais mas dependente dos resultados da Companhia.
V.9	Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumprir parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma.
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1	A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumprir	
VI.2	A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprir	
VI.3	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprir	
VII. Grupos Financeiros			
VII.1	A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão da ASF com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	Não aplicável	
VII.2	A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.	Não aplicável	
VII.3	As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não aplicável	
VII.4.	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações	Não aplicável	

10



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Seguradoras Unidas, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.167.777 milhares de euros e um total de capital próprio de 167.167 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 50.646 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variação de capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Seguradoras Unidas, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de dezembro de 2018, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 1.525.873 milhares de euros e 12.855 milhares de euros, respetivamente, conforme nota 6 às demonstrações financeiras, representando cerca de 70% e 1% do ativo, respetivamente.

O risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota 3 – Ativos financeiros anexa às demonstrações financeiras. No que respeita aos ativos disponíveis para venda, a Entidade determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

O justo valor para a maioria dos ativos acima referidos que compõem a respetiva carteira de ativos é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de ativos;
- Teste à valorização da carteira de ativos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos, análise dos principais pressupostos considerados na valorização de unidades de participação; e,
- Avaliação das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de dezembro de 2018, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 532.535 milhares de euros e 132.902 milhares de euros, respetivamente, e representam, cerca de 27% e 7% respetivamente, do passivo.

O risco

A Entidade procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro e contratos de investimento, que estão refletidas nas provisões matemáticas e nos passivos financeiros, tendo por base métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Análise do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades associadas aos contratos de seguro do ramo vida e aos contratos de investimento;
- Avaliação da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto incluindo garantias; e,
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões para sinistros

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para sinistros, no valor de 990.036 milhares de euros, representa 49% do passivo à mesma data dos quais 431.881 milhares de euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4 anexa às demonstrações financeiras da Entidade.

- (i) **Provisão para sinistros (exceto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho - Pensões) no montante de 558.155 milhares de euros**

O risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, exceto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*);
- Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros;
- Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários responsáveis da Entidade; e,
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

dv

(ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho no montante de 431.881 milhares de euros**O risco**

A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento, é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros de Acidentes de Trabalho;
- Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão, em especial, os pressupostos económicos e não económicos e utilizados na projeção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho;
- Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários responsáveis da Entidade; e,
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de dezembro de 2016, para o ano de 2016. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de abril de 2018 para um terceiro mandato para o ano de 2018.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 25 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

25 de março de 2019

Ana Cristina Soares

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

11



**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL**



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da Seguradoras Unidas, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **Seguradoras Unidas, SA** (“Unidas”) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2018, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da **Unidas**, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, tendo tido durante o exercício 11 reuniões conforme as atas exaradas ao livro respetivo, bem como a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, tivemos reuniões periódicas, quer com o Conselho de Administração, quer com os diversos serviços da **Unidas**, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Legal, Gestão de Risco Global, *Compliance* e Controlo Interno, de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados. Adicionalmente e no cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados, SROC, que, no exercício das suas funções, examinou as presentes demonstrações financeiras de 2018, emitindo a correspondente Certificação Legal das Contas em 25 de março de 2019, sem reservas nem ênfases, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2018, a Conta de Ganhos e Perdas, as demonstrações do rendimento integral, de variação de capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo anexo às demonstrações financeiras. Nesta análise, observámos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e dos critérios valorimétricos em vigor. Procedemos, ainda, a uma análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Adicionalmente, este Conselho fiscal recebeu da KPMG um documento designado *Report to Audit Committee* (“Relatório adicional ao órgão de fiscalização”) que incluiu de forma muito detalhada a análise das áreas consideradas como de maior relevância para a auditoria, bem como as conclusões obtidas sobre a auditoria efetuada. Em particular, julga este Conselho Fiscal ser importante referir que sobre Solvência II (em vigor desde janeiro de 2016) existe um reporte mensal dos rácios de solvência, devendo os dados definitivos ser apenas divulgados em abril de 2019, devidamente certificados, conforme previsto pela legislação.

Durante o corrente exercício, que apresenta um resultado líquido de 50.646 milhares de euros, e da análise efetuada às presentes demonstrações financeiras, merece particular relevância o seguinte:


- Operacionalmente, em 2018, continuou a verificar-se um bom crescimento anual do sector segurador em Portugal, quer no ramo Vida (14,5%) quer no ramo Não-Vida (7,5%); neste mercado, a quota da **Unidas** no Não-Vida situou-se em 15,5%, registando um aumento de prémios de 9,6%, em particular resultante do acréscimo nos Acidentes de Trabalho com

14,4%, no Automóvel com 12,1% e na Saúde com 7,4%; de referir, ainda, que no ramo Vida a atividade registou ligeiro decréscimo de 2,8%;

- Internamente, concluiu-se o processo de integração da carteira da Açoreana nos sistemas da **Unidas** em resultado da fusão efetuada em 30 de dezembro de 2016, da Tranquilidade, T-Vida, Açoreana e Logo;
- Pela relevância na atividade, em particular no ramo de Incêndios e outros Danos, existiu este ano em Portugal um evento penalizador nos resultados de todo o setor superior a 60 milhões de euros e que foi o furacão Leslie em outubro de 2018;
- Entre os custos operacionais merece destaque a redução significativa de 39,4% em 2018 face a 2017, em particular pelo impacto significativo no exercício anterior dos custos com a reestruturação de pessoal (35,6 milhões de euros) bem como pela continuação da política de redução de pessoal, registando 251 saídas e a entrada de 52 novos colaboradores; no entanto, pela relevância nestes custos, ainda há que referir que a rubrica de fornecimentos e serviços externos diminuiu 8,6% em 2018 face a 2017;
- A atividade financeira registou uma rentabilidade média global de 2,3% que sobe para 3,8% se for considerada a parte ainda não realizada na reserva de justo valor; para a mesma, contribuiu significativamente a manutenção da estratégia adotada em exercícios anteriores de investimento em obrigações de taxa fixa privilegiando os países *Euro Core* (representa 53% da carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2018), em fundos de investimento diversificados, nomeadamente nos ICAV's e na redução da exposição ao setor imobiliário e ao mercado de ações; esta política de prudência na gestão das taxas de juro foi estabelecida também em consideração com Solvência II;
- No entanto, merece ainda destaque o desempenho negativo dos mercados financeiros durante 2018 com reflexo na reserva de justo valor (ou reavaliação) incluída no capital próprio, no montante de 17,9 milhões de euros;
- Pela sua relevância, nomeadamente na apresentação dos resultados do exercício de 2018, merecem ser mencionados os seguintes eventos não-recorrentes: (i) o reconhecimento das mais-valias reconhecidas nas vendas das participações da GNB Seguros e da Europ Assistance, nos montantes de 12,2 milhões de euros e 19,8 milhões de euros, respetivamente; (ii) o desreconhecimento dos impostos diferidos ativos de 24,4 milhões de euros, com origem na Tranquilidade e de cuja decisão a **Unidas** irá impugnar judicialmente; e (iii) as imparidades adicionalmente registadas, no montante de 5,2 milhões de euros, nas participadas de Angola e Moçambique.

Para além destes temas, o Conselho Fiscal deu particular atenção:

- À mensuração de instrumentos financeiros, incluindo o reconhecimento de imparidades; à suficiência das provisões matemáticas dos ramos Vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento; às provisões para sinistros, incluindo as provisões matemáticas de acidentes de trabalho provisão para despesas de regularização de sinistros;
- À análise dos riscos de recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, do *goodwill* e das contas a receber, incluindo os valores das participadas com sedes noutros países estrangeiros;
- Ao cumprimento do programa de *Compliance*, sustentado num Código de Conduta devidamente aprovado, contemplando entre diversas outras atividades o tema do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e prevenção de práticas de suborno e corrupção; neste âmbito, foi desenvolvida uma Linha de Ética em conformidade com as melhores práticas internacionais; de salientar que nesta análise temos presente o relatório anual das atividades de *Compliance*, datado de 20 de fevereiro de 2019;



- Sempre que entendeu relevante, este Conselho Fiscal reuniu com o Departamento de Auditoria Interna, do qual recebeu um Relatório Anual da Atividade datado de 8 de fevereiro de 2019 com o detalhe da atividade anual;
- Igualmente, este Conselho Fiscal reuniu durante o exercício com o Departamento de Risco e acompanhou as respetivas funções, recebendo em 19 de março de 2019 os seus relatórios sobre “corrupção” e sobre o “branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo”;
- Finalmente, obteve informação sobre a situação atual dos processos relevantes em que a **Unidas** se encontra envolvida e que presentemente são monitorados pelo Departamento Legal;
- Sobre os temas de controlo interno, este Conselho Fiscal obteve da parte da KPMG e do Departamento de Auditoria Interna informação detalhada sobre as deficiências existentes tendo de seguida reunido com o Conselho de Administração de quem recebeu garantias sobre os esforços já desenvolvidos e a desenvolver no sentido de todas as situações detetadas serem superadas.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas emitida pela KPMG, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral da **Seguradoras Unidas, SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos Serviços da **Seguradoras Unidas** o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 27 de março de 2019



Luis Palha da Silva



Manuel Maria Reis Boto



Pedro Aleixo Dias

RELATÓRIO E CONTAS
CONTAS INDIVIDUAIS

20
18

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.